

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

ISSN 0034-723X

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 1 - 104, jan./mar. 1995

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Órgão oficial do IBGE

Publicação trimestral, editada pelo IBGE, que se destina a divulgar artigos e comunicações inéditos de natureza teórica ou empírica ligados à Geografia e a campos afins do saber científico.

Propondo-se a veicular e estimular a produção de conhecimento sobre a realidade brasileira, privilegiando a sua dimensão espacial, encontra-se aberta à contribuição de técnicos do IBGE e de outras instituições nacionais e estrangeiras.

Os originais para publicação devem ser endereçados para:

Revista Brasileira de Geografia/Diretoria de Geociências
Av. Brasil, 15 671 - Prédio 3B - Térreo - Lucas - 21241-051 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tel.: (021)391-1420 - Ramal 223.

A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Impresso no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI em meio digital.

Publicação editorada na Divisão de Editoração/Departamento de Editoração e Gráfica - DEDIT/CDDI, em 1997.

Criação: Programação Visual e Capa
Pedro Paulo Machado

© IBGE

Revista brasileira de geografia/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ano 1, n. 1 (1939, jan./mar.) - Rio de Janeiro: IBGE, 1939- Trimestral. Órgão oficial do IBGE. Inserto : Atlas de relações internacionais, no período de jan./mar. 1967 - out./dez. 1976. Números especiais: vol. 47, n. 1/2 (jan./jun.1985): Sumários e índices acumulados de autor e assunto dos vols. 1 ao 45 (1939-1983); vol. 50, t. 1 (1988) :Clássicos da geografia; vol. 50, t. 2 (1988): Reflexões sobre geografia. ISSN 0034-723X = Revista brasileira de geografia. 1. Geografia - Periódicos. I. IBGE.

IBGE. CDDI. Departamento de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/88-23 Rev.

CDU 91 (05)
PERIÓDICO

SUMÁRIO

ARTIGOS

ESPAÇO E INDÚSTRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - 5

Silvana Maria Pintaudi
Ana Fani Alessandri Carlos

OS AVATARES DA TEORIA DA DIFUSÃO ESPACIAL: UMA REVISÃO TEÓRICA - 25

Carlos Alberto Franco da Silva

ESPAÇO SAGRADO: O EXEMPLO DE PORTO DAS CAIXAS, BAIXADA FLUMINENSE - 53

Zeny Rosendahl

DINÂMICA ECONÔMICA E REORGANIZAÇÃO ESPACIAL. NOTAS SOBRE O CASO DA EXPANSÃO DO CAPITAL URBANO NO ESPAÇO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA - 73

Angela Moulin S. Penalva Santos

IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL - 83

Roberto Lobato Corrêa

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DOS ORIGINAIS - 103

ESPAÇO E INDÚSTRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO*

*Silvana Maria Pintaudi**
Ana Fani Alessandri Carlos****

INTRODUÇÃO

Quanto mais se estuda o processo de industrialização e sua materialização nos diferentes espaços, mais se compreende que, além de muito complexo, este é um processo que se concretiza de diferentes formas. O espaço é produto e condição da sociedade e, portanto, cada uma dá origem a um espaço particular. No Brasil, um País com mais de 8,5 milhões de km², a industrialização se materializa com matizes muito diferentes, dependendo da porção territorial que se esteja observando, o que significa dizer que o espaço por ela criado no Estado de São Paulo é específico. Por outra parte, a industrialização no Brasil não pode ser compreendida, se este estado não fizer parte da análise, já que é o lugar de sua gênese. Finalmente, este trabalho também significa a busca de uma melhor compreensão do urbano e vice-versa, porque não seria compreensível a indústria

sem a cidade que, como centro de inovação, é motor de seu crescimento e desenvolvimento.

Em um rápido esboço, procuraremos mostrar as origens do processo de industrialização no Estado de São Paulo, bem como seu ritmo de desenvolvimento e transformações mais recentes, para refletirmos sobre o espaço produzido através dos processos de industrialização e urbanização e sobre a condição de existência de nossa sociedade.

A GÊNESE DO PROCESSO

Falar sobre a gênese da industrialização no Estado de São Paulo significa estar falando, quase ao mesmo tempo, da gênese da industrialização no Brasil. Isto porque, como veremos adiante, é no Sudeste brasileiro, e particularmente no Estado de São Paulo, que se apresentaram, no final do Século XIX, as circunstâncias que permitiram e garantiram o florescimento da indústria no País.

* Recebido para publicação em 20 de abril de 1995.

** Professora Assistente, Doutora do Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - campus de Rio Claro (SP).

*** Professora Assistente, Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo (SP).

Entre as condições de surgimento da industrialização no Brasil apontadas por Martins (1973, p.70), estão a extinção do trabalho escravo (1988) e a imigração estrangeira para atender à demanda de mão-de-obra nas lavouras de café. O movimento migratório no Estado de São Paulo, nos últimos 15 anos do Século XIX, registrou a entrada de 919 505 pessoas, e que nos 15 anos anteriores ao fim da escravidão foram anotados apenas 33 923 migrantes (Martins, 1973, p.76).

Com isso, tivemos uma ampliação do mercado de consumo de cunho popular, que não podia ser abastecido por produtos importados, dado o custo elevado que significaria manter esta mão-de-obra. Está assim criada a oportunidade para o aparecimento da indústria paulista que, em fins do século passado, “não se propôs à substituição das importações, mas sim à *exploração das possibilidades* manufatureiras surgidas nas franjas da economia exportadora” (Martins, 1973, p.71 - grifo nosso).

A indústria vai se constituir num setor marginal até o momento em que passa a haver um desequilíbrio entre o valor que se produzia e o valor do que se necessitava importar para abastecer o mercado interno. A extensão da monocultura do café chegou ao limite de provocar a importação de produtos alimentícios manufaturados. Como a importação era matéria de competência federal (a burocracia federal controlava e era mantida por impostos cobrados sobre a importação) foi nesta esfera que as soluções para o problema do desequilíbrio das contas apareceram: estimulou-se a indústria a produzir para o mercado interno através da aplicação de um imposto sobre consumo anteriormente instituído e se estabeleceu um acordo com os ingleses, no final do Século XIX, que implicava acumulação de divisas em bancos da Inglaterra para saldar dívidas, o que na prática resultou em desestímulo à importação. A elite política de então, formada pelo setor agroexportador da economia, teve que passar a admitir a ajuda do setor industrial que nascia (Martins, 1973).

A indústria nascente vai concorrer com as grandes casas importadoras de bens de consumo de Santos (cidade portuária do Estado de São Paulo) e do Rio de Janeiro que, de certo modo, tinham um controle do mercado consumidor não só nas capitais (São Paulo e

Rio de Janeiro) como no interior dos respectivos estados. De acordo com Martins (1973, p. 104), “a industrialização foi uma questão mercantil, e o industrial, um mercador, já que era essa a racionalidade dominante e o meio possível de efetivar o industrialismo”. A dominância de interesses do setor agroexportador no âmbito do sistema será a “questão a ser solucionada como condição de sobrevivência e expansão do capitalismo industrial e reversão do domínio da dimensão comercial sobre a produtiva” (Martins, 1973, pp.109/110).

O fato é que a indústria brasileira, particularmente a do Estado de São Paulo, nasceu nos anos oitenta do Século XIX, alimentada pelo processo de acumulação propiciado pelo café. Este produto foi também responsável por transformações no setor de comunicações e transportes que serão decisivos também para a implantação de indústrias no estado. É o caso da instalação do cabo submarino de telégrafo entre o Brasil e a Europa em 1874, o que propiciou maior rapidez na realização de negócios internacionais. É também o caso das ferrovias, construídas com capitais públicos e privados nacionais e ingleses e que a partir de meados do Século XIX foram a condição de surgimento de inúmeras vilas e cidades que, posteriormente, viriam a integrar o processo de industrialização do estado. Segundo Reis Filho (1968), entre 1500 e 1720 tinham sido fundadas algumas vilas e cidades no Estado de São Paulo (ver Quadro 1).

Grande parte das cidades situa-se no litoral do estado; as mais distantes situam-se no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, e a maior distância no sentido do interior do Estado de São Paulo é de 106 km, para atingir a cidade de Itu. Depois de 1750, mais precisamente entre 1751 e 1800, são fundadas 12 sedes (antigas vilas ou cidades) dos atuais municípios que compõem o estado; entre 1801 e 1850, fundam-se mais 21, e é entre 1851 a 1899 que presenciamos o primeiro surto de criação de municípios, quando surgem 109 sedes. É pois, a partir de meados do Século XIX, principalmente a partir da instalação de linhas ferroviárias (Figura 1), que o cenário paulista sofre mudanças e se prepara para receber a implantação de aproximadamente 400 sedes municipais na primeira metade do Século XX (em 1990 eram 582 as sedes municipais do Estado de São Paulo).

QUADRO 1
VILAS E CIDADES FUNDADAS - SÃO PAULO - 1532/1750

SÉCULO	VILAS E CIDADES	ANO DE REFERÊNCIA	DISTÂNCIA ENTRE A VILA DE SÃO PAULO E AS DEMAIS VILAS E CIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO
XVI	São Vicente	1532	
	São Paulo (1)	1554	
	Itanhaém	1561	
	Santos	1545	
	Iguapé	1577	
	Cananéia	1587	
XVII	Moji das Cruzes	1611	63
	Santana do Parnaíba	1625	44
	São Sebastião	1636	
	Ubatuba	1637	
	Taubaté	1645	134
	Jacareí	1653	77
	Jundiá	1655	63
	Guaratinguetá	1651	178
	Itu	1657	106
Sorocaba	1661	87	
XVIII	Pindamonhangaba	1705	151
	São Paulo (2)	1711	

FONTE - Reis Filho (1968, pp.85/88).

(1) Vila. (2) Cidade.

A presença de cidades e vilas, contudo, não é condição de predominância da vida urbana. A urbanização da população é um processo recente não só no Estado de São Paulo, mas em todo o Brasil, e se fez de maneira muito acelerada, como se depreende dos números da Tabela 1. A tabela indica também que esta urbanização se deu de forma diferenciada no espaço brasileiro, acontecendo primeiramente na Região Sudeste, que compreende os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Além disso, ele mostra que a população brasileira passa a

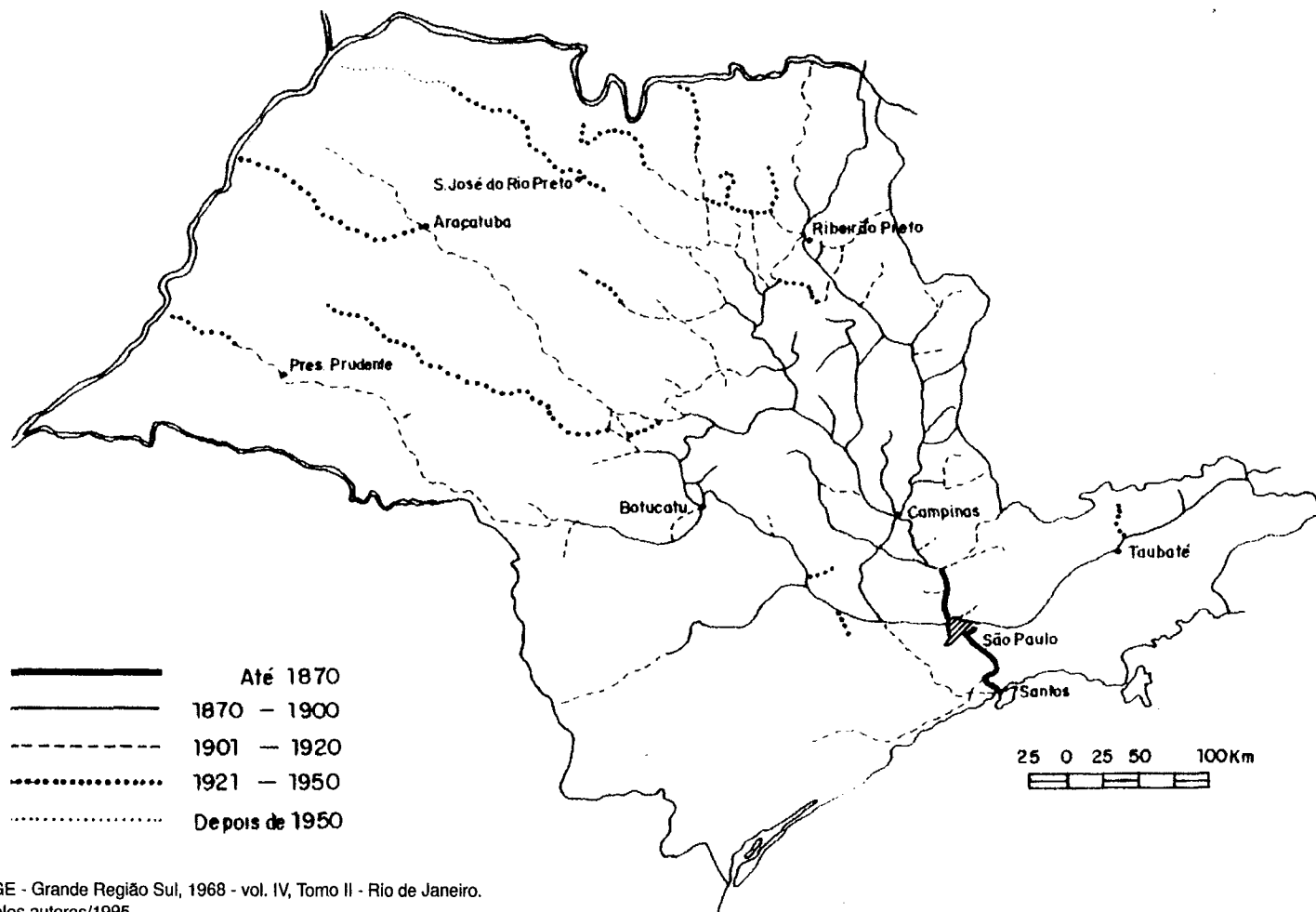
habitar mais na cidade a partir dos anos sessenta no Sudeste e apenas nos anos oitenta é que as demais regiões do País apresentarão a mesma característica. O Censo de 1991 revela que 75,46% da população brasileira vivia em cidades. Tudo isto nos permite inferir que a economia brasileira se tenha tornado mais urbana depois dos anos sessenta e que nos anos setenta e oitenta esta característica tenha se acentuado e generalizado no País. Tal hipótese se confirma, como veremos no item seguinte.

TABELA 1
PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - BRASIL - 1940/1991

GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO URBANA (%)					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Norte	28	31	38	45	52	58
Nordeste	23	26	34	42	50	61
Sudeste	39	47	57	73	83	88
Sul	28	29	37	44	62	74
Centro-Oeste	21	24	35	48	67	81

FONTES - Retrato do Brasil, 1985, vol.3, p.218 e IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1993.

FIGURA 1
EVOLUÇÃO DAS FERROVIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO



FONTE - FIBGE - Grande Região Sul, 1968 - vol. IV, Tomo II - Rio de Janeiro.
 Organizado pelos autores/1995.
 Desenho: A. Rosalem/UNESP.

No que respeita especificamente ao Estado de São Paulo, a Tabela 2 é indicativa do crescimento do número e das dimensões das cidades entre as décadas de 40 e 80.

TABELA 2
NÚMERO DE CIDADES, SEGUNDO AS
CATEGORIAS DIMENSIONAIS
SÃO PAULO - 1940/1980

CATEGORIAS DIMENSIONAIS	NÚMERO DE CIDADES		
	1940	1950	1960
TOTAL	270	369	503
Até 5 000 habitantes	185	254	332
De 5 001 a 10 000 habitantes	45	59	68
De 10 001 a 20 000 habitantes	24	28	56
De 20 001 a 50 000 habitantes	12	20	25
De 50 001 a 100 000 habitantes	2	6	15
De 100 001 a 1 000 000 habitantes	1	1	6
Mais de 1 000 000 habitantes	1	1	1

CATEGORIAS DIMENSIONAIS	NÚMERO DE CIDADES	
	1970	1980
TOTAL	571	571
Até 5 000 habitantes	333	271
De 5 001 a 10 000 habitantes	89	95
De 10 001 a 20 000 habitantes	61	75
De 20 001 a 50 000 habitantes	56	72
De 50 001 a 100 000 habitantes	14	28
De 100 001 a 1 000 000 habitantes	17	29
Mais de 1 000 000 habitantes	1	1

FONTE - Atlas da População do Estado de São Paulo, 1991.

São Paulo foi o berço da industrialização no Brasil e, paralelamente a este processo, se dá o de urbanização. Isto confere especificidade ao nosso espaço urbano. Por volta de 1860, quando os cafezais começaram a se expandir para o oeste do estado, a capital paulista tinha uma população de 27 900 pessoas, das quais 15 200 habitavam a zona rural; em 1886, quando se implantaram as primeiras indústrias, eram 47 697 pessoas das quais 8 700 residiam na zona rural. No caso do Estado de São Paulo, a cidade não precedeu a indústria, mas forjou-se junto com ela.

AS CARACTERÍSTICAS E O RITMO DO PROCESSO

O processo de industrialização no Estado de São Paulo, ao longo de seus 114 anos, se materializou de diferentes formas e a ritmos diversos. Diante disso, a seguir apresentaremos estas diferenças segundo cada um dos períodos de desenvolvimento do processo em tela.

Os Primeiros 50 Anos (1880 a 1930)

Ainda que não se possa falar em um processo de industrialização desde a implantação das primeiras indústrias, já que o setor industrial se achava sob a égide do capital mercantil e, especialmente, os estabelecimentos se apresentavam concentrados em alguns pontos dos territórios paulista (SP) e fluminense (RJ), alguns dados estatísticos a Tabela 3 nos permitem ter uma idéia da dimensão inicial do fenômeno através do número de estabelecimentos, bem como do tipo de indústrias que foram implantadas em São Paulo.

TABELA 3
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS,
SEGUNDO O PERÍODO DE FUNDAÇÃO
SÃO PAULO - 1850/1919

PERÍODO DE FUNDAÇÃO	ESTABELECIMENTOS
De 1850 a 1854	2
De 1855 a 1859	-
De 1860 a 1864	1
De 1865 a 1869	2
De 1870 a 1874	7
De 1875 a 1879	4
De 1880 a 1884	23
De 1885 a 1889	55
De 1890 a 1894	138
De 1895 a 1899	161
De 1900 a 1904	334
De 1905 a 1909	414
De 1910 a 1914	1 038
De 1915 a 1919	1 867
Sem declaração	99

FONTE - A Cidade de São Paulo, vol.III, 1958, p.35.

Conforme se pode observar, é a partir da década de 1880 que se inicia o crescimento constante do número de estabelecimentos industriais. Em 1912, era o Estado de São Paulo que tinha o maior número de estabelecimentos fabris que pagavam imposto de consumo; dos 9 475 estabelecimentos em atividade no Brasil, 3 321 se localizavam em São Paulo; 1 199 no Rio Grande do Sul; 732, em Minas Gerais; 642, no Distrito Federal; 587, no Rio de Janeiro, e os demais distribuídos em outros estados (A Cidade de São Paulo, 1958, p. 31).

No que concerne aos tipos de indústrias em funcionamento, os censos apontam o seguinte:

TABELA 4

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO OS TIPOS DE INDÚSTRIAS - SÃO PAULO - 1920/1950

TIPOS DE INDÚSTRIAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1)		
	1920	1940	1950
TOTAL GERAL	13 336	49 418	89 086
TOTAL	4 145	14 225	24 519
Têxtil	247	998	1 522
Alimentação	1 267	4 499	7 876
Metalúrgica e mecânica	142	773	1 150
Química e Farmacêutica	265	510	772
Materiais de transporte	(2)...	124	207
Vestuário e toucador	(2)...	1 122	1 586
Cerâmicas, vidros e cristais	(2)...	1 581	3 498
Construção civil	55	412	952
Papel e papelão	(2)...	93	188
Borracha	(2)...	33	54
Outras	271	4 080	6 714

FONTES - A Cidade de São Paulo, 1958, pp. 34, 36 e 42.
(1) Censos. (2) Dados que não podem ser comparados.

Apesar das dificuldades de comparação com alguns tipos de indústrias coletadas pelo Censo de 1920, podemos dizer que, em geral, os números atestam um crescimento muito

rápido de todos os tipos de indústrias implantadas no decurso da primeira metade do Século XX. As indústrias têxteis e de alimentação são de longe as primeiras não só em número, mas também em valor da produção, o que, de certo modo, dá o perfil da nossa indústria até aquele momento.

Dos Anos 30 aos Anos 50

A partir da década de 30, a industrialização entra em nova fase, que se identifica pela formação de um mercado nacional. Além disso, concordamos com Cano (Atlas, 1990, p.51), quando afirma que:

“O período de 1929-1933 (da crise e recuperação) representa a passagem do centro dinâmico da economia do primário exportador - em que a exportação é variável determinante da renda e do emprego - para a industrialização - em que o investimento autônomo é que cumpre aquela função. Nas décadas de 30 e 40 a indústria nacional de bens de consumo não duráveis se consolida e ocorre considerável avanço na produção de insumos básicos. Cria-se ainda uma incipiente produção de bens de capital.

A industrialização até 1955 era, porém, restrita. Isso devido a sua incipiente base técnica e alta dependência da importação de bens de produção e, por conseguinte, das escassas divisas ainda geradas pelo setor primário exportador. O avanço industrial precipitou pressões e condições para a implantação da indústria pesada, que se realizou entre 1956 e 1960, maiormente concentrada em São Paulo”.

Esta transformação da economia brasileira, tendo a indústria como motor, torna-se nítida quando observamos os dados das Contas Nacionais que fazem parte da Tabela 5.

Por outra parte, em 1950, os dados do censo indicavam que o setor alimentício havia contribuído com 22,8%, e o setor têxtil, com 21,4% do valor total da produção no Estado de São Paulo; portanto, quase a metade do valor produzido (44,2%) era proveniente dos bens de consumo não-duráveis. Apesar disso, já se podia identificar uma diversificação da indústria quanto aos seus setores para atender à demanda crescente de bens de consumo e de infra-estrutura por parte das indústrias já implantadas.

TABELA 5
ESTRUTURA PERCENTUAL DA RENDA INTERNA, SEGUNDO OS
SETORES ECONÔMICOS - 1939/1978

SETORES ECONÔMICOS	ESTRUTURA DA RENDA INTERNA (%)						
	1939	1949	1959	1965	1970	1975 (1)	1978 (1)
Agropecuária	28,5	24,9	19,2	15,9	10,2	10,5	11,2
Indústria	18,8	26,0	32,6	32,5	36,3	39,4	37,1
Serviços	52,6	49,1	48,2	51,6	53,6	50,1	51,7

FONTES - 1939, Oliveira & Reischstul - 1977 e demais de indicadores sociais, IBGE, tabelas selecionadas - 1979, Apud Godenstein & Seabra - 1982.

(1) Dados estimados.

Destacamos ainda que espacialmente as indústrias se apresentavam concentradas na Região Metropolitana de São Paulo. Esta concentração espacial foi o resultado de uma concentração anterior da produção nesta porção do Território Nacional e, dado o fato de que a cidade de São Paulo (bem como a do Rio de Janeiro) já apresentava um certo grau de desenvolvimento urbano, tornava-se mais vantajosa a implantação de indústrias junto a ela.

A ação governamental foi decisiva ao fazer com que os cofres públicos arcassem com a implantação de indústrias básicas, como a siderúrgica e a de refino de petróleo, além de incentivar com subsídios as indústrias de iniciativa privada, garantindo as relações entre empregadores e empregados com uma legislação trabalhista que favoreceu a exploração da mão-de-obra. As medidas governamentais tomadas na década de 30 permitiram que houvesse ampliação e diversificação da estrutura industrial que fizeram com que o Brasil conseguisse completar o processo de substituição de produtos importados. Além disso, a política de industrialização, principalmente depois de 1945, favoreceu a entrada de capitais estrangeiros e a implantação de indústrias estrangeiras, como é o caso do setor automobilístico que desempenhou importante papel no processo de industrialização, marcou o caráter do nosso crescimento econômico e contribuiu ainda mais para a concentração financeira e a territorial das indústrias no Sudeste do País. A partir dele há uma nova estruturação das cidades, o que significa dizer que se reestrutura uma nova rede urbana determinada pelo traçado da rede rodoviária.

O resultado foi que as indústrias localizadas no SE do País passaram a competir com as

das demais regiões e, dadas as vantagens comparativas elas acabaram vencendo a concorrência e favorecendo a concentração cada vez maior de indústrias na região e, particularmente, no Estado de São Paulo.

Os Anos 60 e 70

Estas duas décadas foram marcadas por uma expansão da economia, orientada por uma política econômica, cuja sustentação foi garantida por militares que governaram o País entre 1964 e 1985. De acordo com Jaguaribe et al. (1989, p. 54):

“Com propriedade pode-se qualificar o estilo de crescimento adotado como excludente e concentrador. Excludente, por deixar à margem dos benefícios diretos do desenvolvimento largas parcelas da população, quando muito aproveitando-se dos sobejos do núcleo modernizante e permanecendo em situação de pobreza ou mesmo da mais estrita miséria. Concentrador, por apenas alguns aproveitarem, justamente aqueles que conseguiram se integrar ao setor moderno da economia”.

Tal situação, contudo, veio responder a uma nova fase da economia capitalista mundial que, depois de terminada a Segunda Grande Guerra, passou por um novo surto de internacionalização. Santos (1987, p. 103), analisando o golpe militar de 1964, lembra que este foi, principalmente, uma resposta “aos imperativos da participação do Brasil no bloco atlântico da economia mundial” e acrescenta que a integração do País na Aliança Atlântica era indispensável para a evolução da mesma. A ditadura militar veio impor o consenso na sociedade para poder organizar as condições gerais de produção em todo o Território Na-

cional. Representando a burguesia financeira, comercial e industrial, o governo militar buscou resolver as divergências entre as diferentes frações do capital para a manutenção da taxa de lucro, e o fez através do rebaixamento no preço da força de trabalho e de grandes investimentos na produção pela criação estratégica de empresas estatais que deram sustentação ao funcionamento da economia.

Neste período, houve um reforço na concentração das indústrias do Estado de São Paulo, ao menos até o início dos anos 70. Segundo Goldenstein e Seabra (1982, p. 35), “em 1970 o Sudeste detinha 80,3% do valor da transformação industrial do País e 70,1% do emprego, e São Paulo, 57,2% e 48,3%, respectivamente”. Para estes autores, o Plano de Metas (1956-1960), que foi o marco da implantação do planejamento global no País e que estava direcionado para o desenvolvimento da indústria,

“teve como consequência a aceleração da concentração da atividade econômica, sobretudo em São Paulo.

Essa região (central), que recebeu de início todo o impacto da implantação industrial característica dessa nova fase, teria como resultado uma transformação quantitativa e qualitativa de sua estrutura produtiva industrial. Essa estrutura passou a ser cada vez mais dominada por ramos ligados à produção de bens de consumo duráveis: indústria automobilística, eletrodomésticos, etc.; por bens de capital e bens intermediários: mecânica, material elétrico e eletrônica; química pesada, destacando-se a petroquímica; indústria naval, esta última concentrada no Rio de Janeiro; expansão da siderurgia em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, constituindo-se neste último estado um complexo siderúrgico-mecânico”.

Nestes 20 anos São Paulo amplia sobremaneira o seu domínio do mercado nacional e, de certa forma, capitais ali acumulados acabaram migrando e reforçando os fluxos entre São Paulo e outros Estados da Federação, bem como entre São Paulo (a metrópole) e o interior do estado. A desconcentração da indústria se processa particularmente a partir dos anos 70, porém se tornou mais intensa e visível nos anos 80.

No tocante ao interior do estado, este vê a sua estrutura produtiva sofrer profunda al-

teração, o que em outras palavras significa dizer que de produtor de bens não-duráveis passou a produtor de bens duráveis. Por outro lado, a Região Metropolitana de São Paulo, que em 1959 detinha 73,8% do valor de transformação industrial do estado e chegou a 74,3% em 1970, vê este percentual decrescer, já que o interior do estado eleva sua participação para 35,4 % em 1980 e para 40,0% em 1987. Os custos de aglomeração, aliados a problemas de ordem ambiental e deterioração das condições de vida provocados pela concentração da indústria, levaram o governo do estado a se preocupar em implementar políticas de descentralização industrial (Negri, p.12). Neste sentido foram feitos estudos a partir do final da década de 60, que foram sendo ampliados e aprofundados em governos subseqüentes. Se a característica do setor industrial do interior do estado foi a de ser complemento ao da metrópole, expandindo setores de bens não-duráveis (indústrias alimentícias e têxteis), isto ocorreu até a década de 60. Depois disso, ou seja, no decurso dos anos 70 as transformações foram no sentido da modernização do setor industrial, que contaram com alguns fatores que Negri resume como segue:

“Com a implantação da indústria pesada, aquele grau de complementaridade foi aprofundado: o desenvolvimento da agricultura exigiu modernização em segmentos agroindustriais e do setor de bens de produção necessários àquela expansão.

A extraordinária expansão industrial dos anos 70 modifica a estrutura industrial do interior, que passou a contar também com a presença marcante da instalação de um grande número de indústrias de portes médio e grande, pertencentes ao segmento de maior complexidade industrial, como o metal-mecânica, petroquímico e eletrônica.

A presença do Estado nessa descentralização (sic) foi marcante. De um lado os efeitos de estímulo e de encadeamento técnico gerados pela instalação de duas grandes refinarias de petróleo, pela Petrobrás, em Paulínia e São José dos Campos; acrescenta-se ainda a consolidação do principal pólo petroquímico do País, em Cubatão, com presença da Petrobrás e também pela expansão da COSIPA no setor siderúrgico. Essa presença foi também crescente, em decorrência da política econômica do governo federal, instituindo o Proálcool em meados dos anos 70,

gerando grandes efeitos de encadeamento com a indústria de bens de capital, que se consolidou próximo da maior concentração alcooleira de São Paulo - regiões de Ribeirão Preto e Campinas.

Ainda lembramos a implantação dos ramos de informática, microeletrônica e de telecomunicações na Região de Campinas, basicamente por estatais federais e institutos de pesquisa e, também, pela influência da pesquisa da UNICAMP. Por último, formou no Vale do Paraíba complexo aeronáutico para fins civis e militares e industriais de material bélico”.

Além destes fatores e de grandes investimentos em rodovias e estradas vicinais, foram implementadas políticas municipais de incentivo à instalação de indústrias e à construção de Distritos Industriais, o que fez com que na década de 80 a participação do valor adicionado da indústria se distribuisse melhor entre a metrópole e o interior, 52,8% e 47,2%, respectivamente, no ano de 1985. O que ocorreu no período em tela não foi a transferência (descentralização) de indústrias da metrópole para o interior, mas a procura do interior do estado para a instalação de novas indústrias (Pintaudi, 1989, p. 132).

Os Anos 80

Como já assinalamos, o processo brasileiro de industrialização dá-se de forma concentrada na Região Sudeste do País, e dentro dessa área o Estado de São Paulo aparece como o mais rico da Federação. Aqui é preciso destacar o papel da metrópole de São Paulo, que é o pólo econômico mais importante e dinâmico do País. Todavia, assistimos desde o final dos anos 70 a uma tendência à desconcentração da indústria em São Paulo, que se consolida nos anos 80 através, principalmente, do fenômeno de dispersão espacial da indústria para o interior do Estado de São Paulo a partir da metrópole paulista e do Estado de São Paulo para estados limítrofes. Isto porque se constatam, hoje, grandes transformações no processo produtivo em função do desenvolvimento de novas tecnologias que produzem, incessantemente, transformações na organização do trabalho e da produção, fato este que produz uma nova articulação espacial.

Nesse contexto, assiste-se em São Paulo ao mesmo fenômeno que presenciamos no mundo todo: antigas regiões industriais per-

dem e/ou diminuem sua importância em detrimento de outros lugares, criando uma nova distribuição dos estabelecimentos industriais porque o capital migra constantemente em busca de melhores condições de acumulação, o que se traduz na busca de novas vantagens locais.

Em 1980 a metrópole concentrava 55,4% de todos os estabelecimentos industriais do Estado de São Paulo; em 1990 esse número cai para 49,35.

A Região Metropolitana de São Paulo concentrava em 1980 64,7% das indústrias do Estado de São Paulo. Esse número cai para 60% em 1987. Pela primeira vez na história do processo brasileiro de industrialização, a metrópole cresce menos do que o interior do estado. Por outro lado, mesmo crescendo, esse ritmo vem diminuindo. O Estado de São Paulo produzia em 1970, em relação ao Brasil, 58% do valor de transformação industrial contra 51,9% em 1985.

Na metrópole paulista assistimos à diminuição do número de estabelecimentos industriais que deixam o centro para localizar-se em áreas com apoio de infra-estrutura e terrenos amplos e vazios a preços inferiores àqueles encontrados na metrópole (onde os mesmos rareiam). Estes também são atraídos pelos incentivos fiscais, mas se localizam próximos dos eixos de circulação que se dirigem à metrópole e ao porto.

No período 1980/1985, a metrópole teve um percentual de decréscimo de 5,35% no que se refere aos estabelecimentos industriais (passando de 41 486 para 31 501), de 2,30% no que se refere ao número de pessoas ocupadas (passando de 1 761 802 para 1 567 978) e uma diminuição no valor de transformação industrial, que diminuiu em 1,94% no período. Comparando-se a participação da metrópole no conjunto do Território Nacional, temos que em 1985 a metrópole abrigava 15,2% dos estabelecimentos industriais contra 18,3% em 1980; 28% dos operários ocupados na indústria contra 30,8% em 1980 e gerava 26,8% do valor de transformação industrial contra 33,1% de 1980. Percebe-se, todavia, que o valor da transformação gerado na metrópole apresenta um ritmo de queda inferior aos demais indicadores, o que aponta para uma mudança do caráter do processo industrial.

A Região Metropolitana de São Paulo apresenta uma sensível queda das indústrias de

bens de consumo (com aumento apenas na editorial e gráfica) , aumento da química, produção de material plástico , mecânica e material de transporte (no período 1970/1990); são as indústrias mais modernas e, de forma geral, com alto conteúdo tecnológico. Muda o comportamento dos gêneros industriais que se desenvolvem com a indústria da informática.

A tendência da localização industrial é seguida pela inversão dos destinos das correntes migratórias que antes de 1980, se dirigiam preferencialmente para a metrópole e agora se voltam para o interior do Estado de São Paulo em maior número do que para a capital. O ano de 1991 apresenta, por exemplo, dados negativos de entrada de imigrantes na metrópole (o saldo migratório cai de 3 083 171 em 1980 para 586 664 em 1991), conseqüência do crescimento negativo do emprego. Enquanto a oferta de emprego crescia 9,8% em todo o estado entre os anos 1980-1988, o interior concentrou 14,2% do emprego e a região metropolitana, 7,4% (segundo dados do Ministério do Trabalho).

Assiste-se, assim, a uma nova tendência da redistribuição do emprego que pode ser vista através da direção que toma o movimento migratório. As taxas anuais de crescimento para a metrópole de São Paulo atestam essa tendência do deslocamento das correntes migratórias, pois, enquanto no período 60/70 a taxa era de 3,20%, aumentando para 3,49 na década de 70, caiu para 2,12% na década de 80.

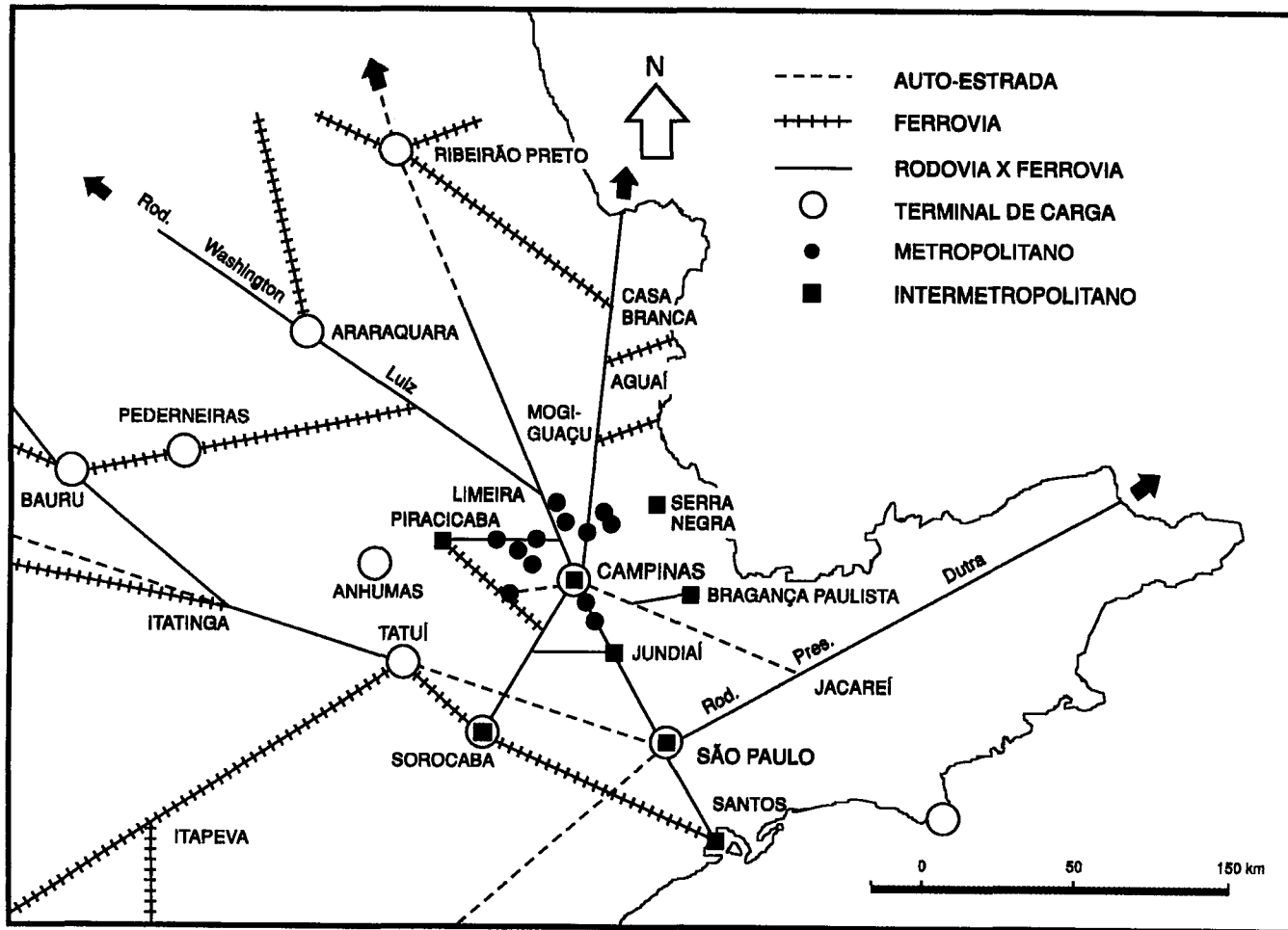
Convém ter em mente o fato de que o Estado , através do governo de São Paulo, durante as décadas de 70 e 80 tomou medidas concretas, visando à desconcentração da atividade econômica na Região Metropolitana de São Paulo através de vários convênios. Com isso, interferiu de modo claro e objetivo no processo de reprodução de espaço paulista através da constituição de um sistema viário que acabou indicando o sentido da nova localização das atividades econômicas, principalmente no que diz respeito à indústria, promovendo a construção e o adensamento da rede urbana, injetando recursos nos programas sociais, distribuindo recursos para as prefeituras levarem a cabo seus próprios programas de desenvolvimento econômico. Desta forma, o estado acabou apontando áreas preferenciais e prioritárias para o recebimento de novos empreendimentos industriais por estarem no caminho dos principais eixos

de penetração rodoviário para o interior e retirando incentivos fiscais da Região Metropolitana de São Paulo (principalmente da metrópole e das cidades que formam o ABC paulista - Santo André, São Bernardo e São Caetano), onde estão principalmente, as indústrias automobilísticas e de autopeças.

É preciso lembrar que é da metrópole que saem as principais estradas que marcam e direcionam a expansão da indústria rumo ao interior - pois a estrutura da malha viária é radial, tendo o pólo na metrópole. A interiorização da indústria em São Paulo, como pode ser visto na Figura 2, mostra que os estabelecimentos industriais se expandem em direção ao oeste, acompanhando o traçado das vias Anhangüera e Washington Luis. Nessa área o emprego industrial apresentou um forte crescimento. Podemos citar, para efeito de ilustração, que no período 1985/1989 se constata um aumento de 30% do emprego industrial em Rio Claro, 27,6% em Americana, 26,5% em Jaú, 24,2% em São José dos Campos, 21,4% em São João da Boa Vista, 17% em Campinas 16,6% em Botucatu.

O fenômeno da desconcentração dos estabelecimentos industriais, acompanhado pelo fluxo migratório, tem sido chamado de reversão da polarização da metrópole, uma tendência que tem sido constatada no mundo, mas que, na realidade, no caso brasileiro tem que ser vista com reservas. Isto porque o que ocorre é o fato de que o setor produtivo da indústria pode se separar espacialmente da área urbana da metrópole sem que o poder de decisão migre com ele, o que nos leva a considerar que as articulações espaciais fundamentadas na divisão espacial do trabalho transcendem os limites administrativos da aglomeração metropolitana, ampliando-se para outras regiões através da constituição de uma rede de comunicação e informação. No caso de São Paulo, configuram-se com o deslocamento dos estabelecimentos industriais, o que se convencionou chamar de macrometrópole ou "complexo metropolitano expandido" pois se cria ao longo de cerca de 150 a 200 km do centro metropolitano um complexo que forma o pólo direcional produtivo e de pesquisa/tecnologia mais destacado do conjunto do País - enquanto configuração espacial decorrente do processo de descentralização da atividade industrial da metrópole e da realocação das atividades fora dos limites da região metropolitana (Figura 3).

FIGURA 2
O ESTADO DE SÃO PAULO: A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA PARA O INTERIOR - 1990



FONTE - F. SEADE, 1990 Org.: Pelas Autoras - 1995.

FIGURA 3
O ESTADO DE SÃO PAULO - 1990



Paulo-USPPS

FONTE - Secretaria da Indústria e Comércio. In: A Interiorização da Indústria no Estado de São Paulo - 1995.

Desenvolvemos a tese segundo a qual o processo de desconcentração das indústrias a partir da metrópole não ocorreu concomitantemente ao de descentralização do capital, do poder e das decisões. Mesmo porque em muitos casos os estabelecimentos industriais migram em busca de menores custos fixos em função do congestionamento da metrópole e dos altos custos da terra urbana, o que implica a mudança de setores de produção que ocupam maior área para a periferia da mancha urbana e/ou eixos de expansão a partir da capital.

O que significa que o processo de reprodução espacial não se reduz às delimitações administrativas do espaço geográfico; tem este uma fluidez e uma articulação que não se explicam por limites convencionais, pois se realizam no plano do lugar que também não se define meramente como um ponto no mapa, mas ele se elucida também através de relações materiais e imateriais, o que impõe um cuidado na análise dos dados coletados com a preocupação do entendimento da espacialização do fenômeno.

Os números demonstram que 77% das empresas que se instalaram no Estado de São Paulo o fizeram num raio de 50 km da capital, enquanto somente 9% se instalaram a mais de 150 km. "As empresas que se instalam a grandes distâncias do centro metropolitano, como as que se instalam fora do Estado de São Paulo, o fazem mais em função de incentivos fiscais e creditícios, ou seja, são movidas mais por vantagens conjunturais do que por razões locacionais (...) as empresas continuam em sua maioria com vínculos estreitos na Grande São Paulo, mantendo seus centros decisórios e parte da produção na região. O que se tem é um espraiamento da produção, mantendo-se a polaridade da Grande São Paulo." (Emplasa, 1994, p. 40). Por outro lado, é na metrópole que estão as bases da gestão.

Azzoni (1986), em pesquisa realizada sobre a instalação de novas unidades industriais produtivas no Estado de São Paulo no período 1977/1979, corrobora as idéias expostas. Os dados mostram que, longe de prenciar uma independência do setor industrial com relação à atração exercida pela área central, a dinâmica industrial da região externa à área metropolitana paulista guarda uma estreita relação com a capital. Para o autor, a simples tendência numérica da localização industrial

fora da metrópole não é suficiente para configurar a reversão da polarização, pois o que se vê é que há um espraiamento da produção na área periférica metropolitana.

Lencioni, em sua tese de doutorado, aponta que o processo de desconcentração industrial da indústria têxtil da metrópole se dá com a mudança dos setores de unidade de produção, permanecendo na metrópole os escritórios. Para a autora, o controle direto e centralizado do processo de valorização do capital se manifesta, confirmando a primazia da capital.

"Na capital a administração comercial, os contatos com outras empresas e com órgãos financeiros e políticos encontram condições de fluir mais facilmente devido à concentração das instituições governamentais, financeiras, empresariais e de pesquisa e, ainda, devido à concentração da rede de comunicações e serviços. Por isso é que no caso das empresas multinacionais e também das nacionais, voltadas para a exportação, em que a rede de vínculos incorpora vários países, a administração superior da empresa tende a localizar-se na capital. Trata-se, neste caso, de um processo de centralização do capital que se vincula à dispersão espacial: de certa maneira amplia-se o espaço metropolitano, mas reitera-se a primazia" (1992, p.250).

Citamos o comportamento da indústria têxtil por ser bastante significativo do movimento de desconcentração, uma vez que a maioria dos estabelecimentos industriais do gênero se encontra no interior do Estado de São Paulo.

Não resta a menor dúvida de que a metrópole está congestionada e superedificada, produzindo as deseconomias de aglomeração, mas está longe de perder seu significado político e o econômico, pois o processo industrial muda de caráter com o aumento das indústrias dinâmicas e de computadores, por exemplo, sem todavia deixar de ser um processo concentrado no espaço.

Nesse sentido, em que pese o processo de desconcentração industrial, é preciso levar em conta que a indústria de transformação, na metrópole, se diversificou e se modernizou. Além do que esse processo aponta para uma nova divisão espacial do trabalho. Santos salienta o fato de que o processo de dispersão se dá dialeticamente àquele da concentração, e que a metrópole continua tendo um papel di-

retor na dinâmica espacial brasileira devido à concentração, na metrópole, das atividades quaternárias.

“...o grande centro de decisão, a grande fábrica de idéias que se transformam em informações e mensagens, das quais uma parte considerável são ordens. É, aliás, pelo fato de haver conquistado a posição de capital industrial que São Paulo foi capaz de se tornar uma metrópole informacional, acumulando, em períodos consecutivos, um papel metropolitano crescente” (1994, p.40).

O processo de desconcentração das atividades econômicas de São Paulo em direção, principalmente, para o interior, provocou uma mudança do caráter e da estrutura urbana da Região Metropolitana de São Paulo, que passou a concentrar nacionalmente as atividades terciárias, diversificando-as e mudando suas características, sofisticando-as. No setor de serviços, os dados apontam para o seguinte comportamento: no período 1980-1985 os estabelecimentos voltados à prestação de serviços aumentaram na metrópole em 1,87%, enquanto o pessoal ocupado aumentou em 4,73%.

É preciso também salientar que uma parcela importante do sistema financeiro do País se concentra na metrópole, que funciona como um elemento poderoso de integração da economia regional às economias nacional e mundial. A metrópole concentra uma importante fatia do setor financeiro, isto é, em 1991 a metrópole concentrava 71,4 % de todas as agências bancárias da região metropolitana, isto é, 1755 das 2300 agências. Ainda 71 sedes bancárias e instituições financeiras, 438 sedes de sociedade de crédito, 65% dos bancos com representação no Brasil, além das bolsas de Valores, de Mercadorias e Futuros, Cereais, sediadas na região. O setor financeiro avança na região, aumentando seu peso no PIB que passa de 7,4% em 1970 para 11,3% em 1980 e 17,5% em 1985.

O Comportamento Regional da Divisão Espacial do Trabalho

A realocação da indústria em direção ao interior do Estado de São Paulo foi acompa-

nhada de grandes modificações no que se refere aos tipos de gêneros industriais implantados, o que aproxima, qualitativamente, a estrutura industrial do interior da indústria metropolitana, ampliando a participação relativa dos setores mais complexos da produção de bens intermediários, bens de capital e bens de consumo duráveis.

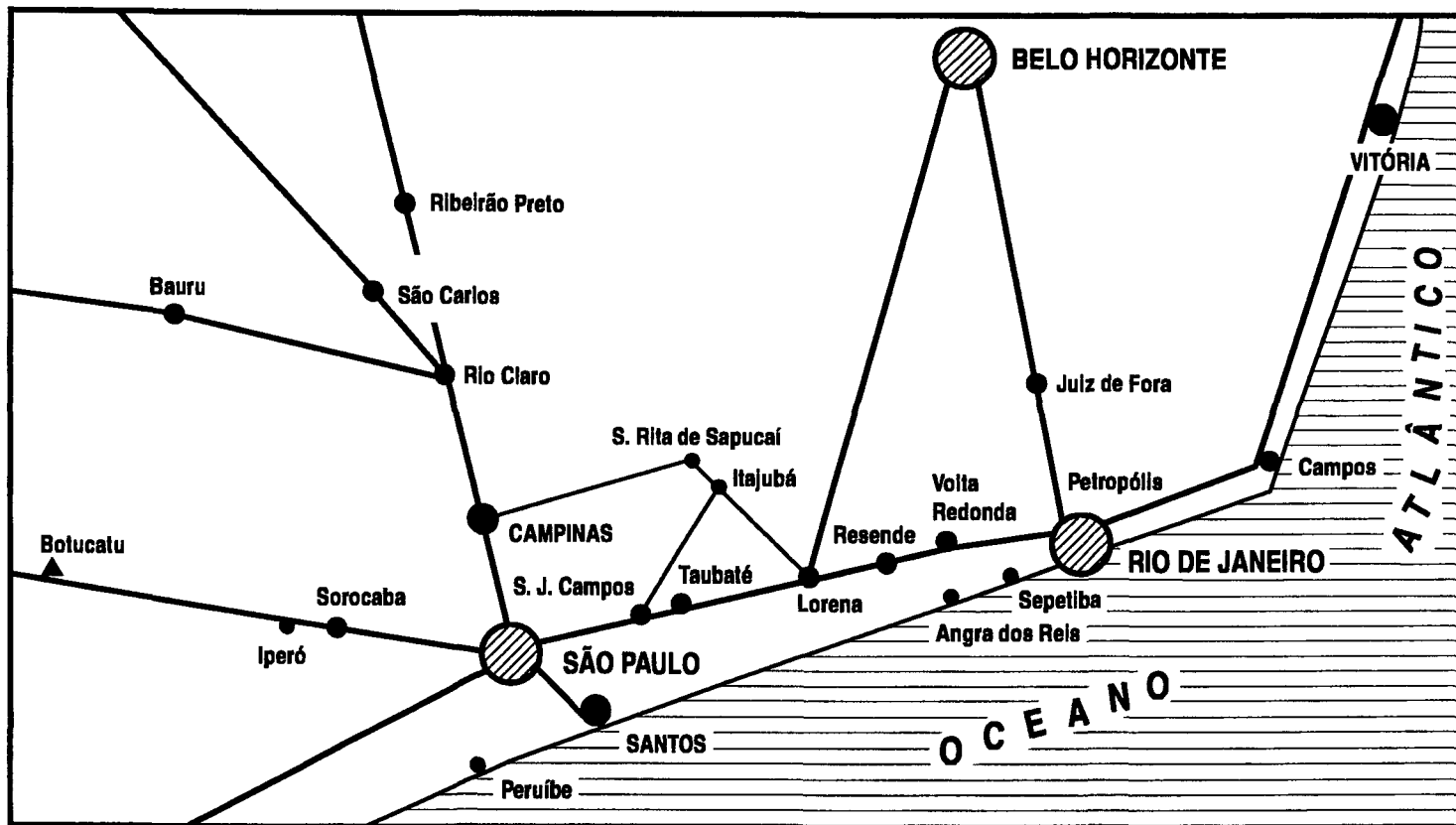
A realocação espacial da indústria no Estado de São Paulo apresenta três eixos de crescimento, produzindo espacialmente uma hierarquia de lugares, cujo ponto de comando ainda é a metrópole paulista. Seguindo tendências do processo industrial moderno, há uma concentração inquestionável de novas tecnologias no espaço. O novo modelo de acumulação, baseado na utilização intensiva de tecnologia, em equipamentos de última geração, possibilita a produção flexível apoiada amplamente no desenvolvimento científico que redefine as relações espaço/indústria, produzindo o que muitos autores denominam pólos tecnológicos. Para Droulers, eles se definem como

“rede regional de competências científicas e técnicas que se colocam coletivamente ao serviço da indústria e que aparecem como forma privilegiada de implantação dos estabelecimentos de pesquisa e de tecnologia avançada, devendo engendrar um efeito de integração” (1989, p.4).

São cidades que congregam centros de pesquisa de ponta, indústrias inovadoras e formas superiores que ultrapassam a concentração urbana, e seu mais importante fator de desenvolvimento é a existência de recursos humanos. Essa tendência produz uma nova divisão espacial do trabalho e das atividades.

Constituem-se no Estado de São Paulo, a partir dos anos 70, pólos tecnológicos como o de Campinas (telecomunicações), São Carlos (física de ponta, técnicas de *laser*, ligas para aplicação eletrônica), São José dos Campos (aeronáutica) e Piracicaba, além, é claro, da metrópole paulista. Apóiam-se no triângulo fundamental de todos os tecnopólos: centros de pesquisa de ponta, indústrias inovadoras, formação superior. Convém assinalar que o desenvolvimento dos pólos tecnológicos se dá numa área próxima à metrópole (Figura 4).

FIGURA 4
LOCALIZAÇÕES DOS CENTROS DE PESQUISA E DA INDÚSTRIA DE PONTA DO SUDESTE DO BRASIL



Paulo-JS/76

FONTE - In: Droulers, M. *Les nouvelles technologies et leurs espaces au Brésil.*

A região mais importante que aparece, hoje, no estado como aquela de maior dinamismo, dobrando na última década o número de indústrias e abrigando, atualmente, o terceiro parque industrial do País (depois das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro), diz respeito ao núcleo de Campinas - que se estende a partir de Campinas (cidade com mais de um milhão de habitantes), englobando Jundiá, Limeira, Rio Claro, Araraquara. É o chamado "vale da tecnologia". Aí a indústria de grande porte está associada à capacitação tecnológica, empresas com uso intensivo de tecnologia e alto grau de automação. Aí se concentram as indústrias de robótica, informática, telemática. Convém destacar a localização da IBM no Município de Sumaré.

O segundo eixo de crescimento se localiza ao norte da região de Campinas, englobando a região de Ribeirão Preto, estendendo-se por Barretos, São João da Barra, São José do Rio Preto e Lins. Esta região está voltada para agroindústria de exportação, como o caso da laranja, café, carne, subprodutos da soja e cana.

A terceira região que se destaca nesse processo de desconcentração da atividade industrial é Sorocaba, a noroeste da metrópole, distante dela 87 km. De Sorocaba, estende-se uma área que engloba os Municípios de Botucatu, Avaré, Ourinhos e Assis, e está voltada à produção de bens intermediários nos segmentos metalúrgico, siderúrgico, mecânico, papel, têxtil e madeira.

Apesar de estar passando por uma crise nesse início de década vale mencionar a região de São José dos Campos, a 97 km da capital, um pólo tecnológico que se resente da quebra das indústrias bélicas - Engesa e Avibras - onde o número de empregos na área metalúrgica decresceu de 52 375 para 37 498 em 1991, e a indústria instalada vem trabalhando com apenas 70% de sua capacidade, segundo dados do SEADE. Todavia, a região não diminuiu sua participação na geração de valor adicionado na indústria, conforme indicam os números da Tabela 6.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
TOTAL E DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
SÃO PAULO - 1970/1988

SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (%)			
	1970	1975	1985	1988
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Grande São Paulo	67,4	65,9	52,4	49,6
Interior	32,6	34,1	47,6	50,4
Campinas	10,2	11,1	16,0	17,0
Ribeirão Preto	4,6	4,2	7,8	7,2
São José dos Campos	3,2	4,6	5,3	5,2
Sorocaba	2,8	2,7	4,9	5,0
Santos	3,4	4,5	3,9	4,5
Bauru	1,6	1,4	2,3	1,9
São José do Rio Preto	1,8	1,6	1,9	1,7
Marília	1,6	1,3	2,0	1,5
Araçatuba	1,4	1,1	1,2	1,0
Presidente Prudente	1,8	1,4	1,4	1,0
Registro	0,2	0,2	0,2	0,3
Pendências judiciais	-	-	0,7	4,1

FONTE - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, In: A Economia Paulista na Década de 80, Fundação SEADE, São Paulo, 1990.

A partir desta tabela, pode-se observar, em primeiro lugar, o grande aumento da participação do interior do estado na geração de riqueza (através da indústria), que passa de 32,6 % em 1970 para 50,4% em 1988, bem como o comportamento das regiões do interior em face do processo de desconcentração industrial da metrópole. Ainda convém acrescentar a cidade de Santos, no litoral paulista (que se conurba com a metrópole).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto tentou mostrar de forma resumida a trajetória de um século de industrialização

no Estado de São Paulo, um processo que se deu de forma rápida e que, se de um lado trouxe o desenvolvimento da região, de outro criou sérios problemas, pois não se pode esquecer que ele se iniciou já como poupador de mão-de-obra, porque imposto de fora para dentro. O processo de industrialização, por sua vez - como já apontamos - trouxe uma profunda transformação no espaço urbano, que a partir daí sofre as conseqüências do processo industrial. Crescem as cidades e outras ganham expressão.

Para entender o processo de desconcentração da indústria da Região Metropolitana de São Paulo e as transformações espaciais ocorridas neste final de século, não basta o apelo para as novas formas que a acumulação capitalista assume, hoje, no mundo moderno: é fundamental pensar no papel do Estado, cuja presença é clara no processo de desconcentração industrial que ocorre hoje no Estado de São Paulo através das instituições consagradas à gestão que impõe uma racionalidade ao espaço, direcionando a divisão espacial do trabalho, pois o espaço é entendido como o *locus* sobre o qual se estabelecem as bases para o crescimento. Isto significa que o processo de reprodução do capital se dá no espaço, criando uma solidariedade de lugares interligados, formando uma rede articulada de pontos.

Em 1974, por exemplo, o II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal definia como prioridade de estratégia de desenvolvimento urbano a desconcentração de atividades econômicas do Sudeste do País com ênfase à desconcentração específica da Região Metropolitana de São Paulo. O governo estadual passou, por sua vez, a concretizar essa estratégia com várias políticas que visavam à interiorização das atividades econômicas, principalmente através da realocação da indústria. A política do governo de incentivo e subsídios à exportação de produtos manufaturados, a consolidação do programa PROÁLCOOL, por exemplo, dinamizaram a agroindústria do interior. Os pesados investimentos em infra-estrutura, o plano rodoviário que pavimentou 5 000 km de estradas direcionaram espacialmente a indústria.

A instalação de vários centros de pesquisa é responsável pela instalação do setor eletroeletrônico e de informática em Campinas. A política restritiva de ordem ambiental incentiva as indústrias a deixar a região metropolitana.

A diferenciação entre os lugares aparece como produto da espacialização e da divisão social do trabalho, em que as áreas participam de modo diferenciado da reprodução do sistema. Daí, o sentido da planificação, que muda sensivelmente os atributos do lugar, logo, das situações. As análises referentes às transformações espaciais devem levar em conta as novas tendências presentes no processo de reprodução social que tem levado a uma nova redistribuição das atividades e, com isso, mudando estruturas urbanas regionais e nacionais principalmente a partir da intervenção do Estado. Todavia,

"o processo industrial é espacialmente concentrado e descontínuo. A acumulação e a reprodução ampliada pressupõem certo grau de complexidade e divisão do trabalho, a aglomeração dos meios de trabalho, da matéria-prima, do trabalhador dos bancos, do comércio, das estradas. Entretanto, o urbano não é uma conseqüência mecânica desse processo; mais que a condição geral, é também modo de vida; representa valores culturais e produz um novo homem - com aspirações que se renovam e valores que se redefinem na relação com o outro" (Carlos, 1994, p. 132).

Convém pensar ainda que o

"capitalismo, ao realizar-se, se modifica. O estágio monopolista na escala nacional perdeu o sentido; as crises suscitam, de um lado, modalidades originais de controle e gestão que se realizam no plano do estado e, de outro, consolidam sua universalização" (Carlos, 1994, p.262).

Nesse sentido, é preciso levar em conta que os processos de transformação espacial que ocorrem hoje, no Estado de São Paulo, apontam tendências recentes que se dão no mundo moderno, pois os mecanismos espaciais repousam na justaposição entre o local, o regional e o nacional e, nesse sentido, o espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução, que se realiza tendo como pano de fundo o mundial e a constituição da sociedade urbana.

BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1993. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, 1993.
- AZEVEDO, Aroldo (Org.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 3.
- AZZONI, C. R. A lógica da dispersão da indústria no estado de São Paulo. *Estudos Econômicos [da] FIFE*, São Paulo, n. 16, 1986.
- ATLAS da população do estado de São Paulo. São Paulo: Governo do estado de São Paulo, 1991.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. (Coord.). *A política de desenvolvimento urbano do estado de São Paulo: síntese e subsídios para a gestão urbana integrada*. São Paulo: Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Núcleo Interno de Economia Social, Urbana e Regional, 1992.
- CARLOS, A. F. A. *A reprodução do espaço urbano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.
- _____. *A guerra dos lugares*. No prelo.
- DROULERS, M. *Les nouvelles technologies et leurs espaces au Brésil*. Paris, 1989. (Document de Recherche du CREDAL, n. 204).
- A ECONOMIA paulista na década de 80. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, 1990.
- EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO. *Plano Metropolitano da Grande São Paulo: 1993/2010*. São Paulo, 1994.
- _____. *Sumário de dados da Grande São Paulo 1992*. São Paulo, 1993.
- GOLDENSTEIN, L., SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia [da] Universidade de São Paulo*, São Paulo, p. 21-47, 1982.
- GRUPO DA GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS. Estudos para a Geografia da Indústria no Brasil Sudeste. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 25, n. 2, p. 155-271, abr./jun. 1963.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- JAGUARIBE, Hélio et al. *Brasil: reforma ou caos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEFÉBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península, 1978.
- LENCIONI, S. *Reestruturação urbano - industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1991.
- LLORENS, F. A., MATTOS, C. A., FUCHS, R. J. *Revolución tecnológica y reestructuración productiva: impactos y desafíos territoriales*. Buenos Aires: Latinoamericano, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*. São Paulo: HUCITEC, 1973.
- PINTAUDI, S. M. *O templo da mercadoria: estudo sobre os shopping-centers do estado de São Paulo*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado). Ed. da autora.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira: Universidade de São Paulo, 1968.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC:EDUC, 1994.
- SÃO PAULO em temas (atlas). São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1990.
- SÃO PAULO: 110 anos de industrialização 1880/1990. *Revista Isto é/Senhor*, São Paulo, 1992.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1974.
- TARTAGLIA, J. C., OLIVEIRA, O. L. *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo: EDUNESP, 1988.

RESUMO

O texto faz um breve esboço do processo de industrialização no Estado de São Paulo, bem como sobre o ritmo de seu desenvolvimento e mudanças recentes. Tal processo nos leva a pensar na produção do espaço como condição de existência de nossa sociedade. É importante destacar que a industrialização no Estado de São Paulo não pode ser analisada separadamente, mas dentro do processo de industrialização no Brasil, dando um novo sentido para o espaço urbano. Procuramos abordar os diferentes momentos desse processo, dando um maior destaque aos anos 1980 e 1990. Nesse momento o fenômeno da expansão industrial - que era apenas uma tendência nos anos de 1970 - se consolidou da metrópole para o interior e estados limítrofes, como resultado das mudanças no processo de produção e de políticas de planificação, que criaram leis de zoneamento industrial e conduziram o investimento com base em diferentes posturas.

ABSTRACT

On the text that follows we developed a brief draft on the industrialization process in the State of São Paulo as well as its development rhythm and recent changes. Such a process leads us to think about the space production as existence condition of our society. It's important to point out that industrialization in the State of São Paulo may not be separately analysed but rather within the Brazilian industrialization process, giving a new sense to urban space. We tried to approach the steps of this process putting great emphasis to the 80' and 90'. At that time the phenomenon of industry spread - which was just a trend in the 70' - have consolidated from the metropolis to the countryside and bordering states as a result of changes in the production process and of planning policies that create industrial zoning laws and conduct the investment based in several attitudes.

OS AVATARES DA TEORIA DA DIFUSÃO ESPACIAL: UMA REVISÃO TEÓRICA*

*Carlos Alberto Franco da Silva***

INTRODUÇÃO

A difusão de processos sociais se constitui em importante área de interesse da Geografia e de outras ciências sociais. Apesar da relevância da distribuição espacial dos fenômenos em um dado momento do tempo e sobre uma área particular, torna-se imprescindível resgatar os mecanismos que respondam pelas mudanças na distribuição desses fenômenos num determinado intervalo de tempo. Daí a validade dos estudos tanto empíricos quanto teóricos relativos aos processos de difusão espacial de inovações.

A abordagem teórica a ser desenvolvida nesse trabalho apóia-se no axioma de que a compreensão de uma organização espacial fragmentada e articulada somente pode ser alcançada através da análise dos processos que a envolve e a produz e sua interação com a totalidade social de dado momento. Uma outra premissa deduz que os processos propagadores ou retardadores do desen-

volvimento socioeconômico têm um visível efeito sobre o espaço. Isso porque a difusão de inovações, que é um processo espacial de interesse crucial para a análise das disparidades entre lugares e regiões, não está associada à simultaneidade e à instantaneidade.

O silogismo dessas premissas revela que os processos de difusão, especialmente os baseados na expansão das inovações¹, não aparecem imediatamente sobre toda a superfície terrestre. Algumas pessoas e alguns lugares terão acesso imediato às inovações. Alguns ganham acesso mais tarde e outros nunca terão acesso a elas. São, portanto, essas características relacionadas à distribuição das inovações e a sua mudança no tempo e no espaço, isto é, sua dispersão de um local para outro, que representam fenômenos de difusão espacial.

Na área de pesquisa sobre difusão de inovações, o fenômeno mais desenvolvido focalizou o processo pelo qual a adoção e as demandas de uma inovação ocorrem. Até o final da década de 70 a perspectiva da adoção era sinônimo de pesquisa de difusão de inovações.

* Recebido para publicação em 08 de maio de 1995.

** Professor Assistente da Universidade Federal Fluminense - UFF.

¹ De acordo com o Shoemaker e Rogers (1971 p. 39) "*uma inovação e uma idéia, uma prática ou um objeto percebidos como novos pelo indivíduo que a adotou*".

Na ciência geográfica a concentração dos estudos de difusão baseados na perspectiva da adoção foi guiada pelas considerações teórico-metodológicas desenvolvidas pelo geógrafo sueco Torsten Hagerstrand. A partir dos anos 70 novas proposições teóricas têm enriquecido as análises de difusão de inovações ao incorporarem a perspectiva do mercado e infraestrutura e, mais recentemente, a perspectiva do desenvolvimento que avalia os impactos da difusão de inovações sobre a estrutura econômico-social de uma área qualquer.

No âmbito da Geografia brasileira os estudos de difusão de inovações perderam prestígio a partir dos anos 80 com o advento da chamada Geografia Radical que se opunha a Geografia Teórico-Quantitativa, base sobre a qual se apoiavam os estudos sobre difusão espacial. Em função de uma postura crítica aparentemente marxista, os estudos de difusão espacial foram deixados de lado, tendo sido considerados ideológicos e de pouca substância. Os aspectos selecionados para a análise da difusão estavam desligados de qualquer contexto geral. Aparecem críticas de todos os lados, principalmente no tocante à ausência da dimensão temporal na interpretação dos processos espaciais. Enfim, as análises empíricas e teóricas da difusão de inovações têm sido amiúde considerados anódinas.

Esse trabalho procurará se afastar das inconveniências provenientes de uma postura sectária. Deixando de lado os recalitrantes que insistem em não entender que a ciência é um conjunto de conhecimentos relativos a um determinado objeto, ressuscitaremos a obra de Hagerstrand e a evolução qualitativa dos estudos de difusão e incorporaremos alguns de seus elementos a análise da organização espacial sob a égide do materialismo histórico e dialético. Não pretendemos realizar um escrutínio sobre o tema em tela, mas evidenciar que ao eliminarmos as excrescências do sectarismo proposto pelos "marxistas radicais" é perfeitamente possível desconstruir as teorias da difusão sem precisar destruí-las ou abandoná-las totalmente, visto que uma variedade de fragmentos conceituais dessas teorias pode ser reconstruída a luz de uma postura científica mais holística e menos maniqueísta.

Em resumo, é a partir dessas considerações iniciais que se coloca o escopo

específico desse trabalho: resgatar as principais contribuições teórico-metodológicas que envolvem os estudos de difusão de inovações a partir da análise de alguns trabalhos julgados clássicos. A intenção é de evidenciar uma evolução qualitativa desses estudos nos últimos 40 anos sem a preocupação de criticar esse ou aquele autor. Mesmo porque Milton Santos (1979) já realizou essa contundente tarefa. Em seguida, verificar a possibilidade de inclusão dos tipos de difusão revelados por Hagerstrand (1952) e Brown (1968) nas categorias do método geográfico propostas por Santos (1985) e, por fim, inserir as práticas espaciais que envolvem as tomadas de decisão identificadas por Corrêa (1992) para uma corporação. Na verdade, pretendemos contribuir com a elaboração de uma metodologia de análise da difusão de inovações a partir dos esforços teóricos realizados por esses autores citados.

OS ESTUDOS DE DIFUSÃO ESPACIAL SOB O PRISMA GEOGRÁFICO: HAGERSTRAND

O fenômeno da difusão de uma idéia, um produto, uma técnica, etc. por toda uma população ou região tem sido campo de interesse da Geografia devido às variações geográficas de distância, direção e à diferenciação espacial (Brown, 1981).

O enfoque geográfico mais tradicional relacionado à conceitualização dos processos de difusão é o cultural. O principal interesse estava na clarificação sobre origem de culturas, configuração espacial da área cultural e assim por diante. Carl Sauer (1952) é geralmente reconhecido como representante central desse enfoque que tendia a estar alinhado aos interesses complementares da Antropologia.

Carl Sauer devotou muitos anos de sua vida ao seu estudo **Agricultural Origins and Dispersals**. Sauer utilizou evidências obtidas pelos arqueólogos e antropólogos para localizar os focos originais e identificar as variedades de plantas e animais domesticados, assim como as práticas agrícolas dispersas pelo mundo. Sua preocupação era verificar se a configuração espacial da área cultural era o

resultado de um ou vários processos de difusão que ocorreriam separados e independentemente.

Os estudos dentro dessa perspectiva foram formulados no contexto de controvérsias, considerando a relativa importância da difusão ou invenções simultâneas no desenvolvimento da paisagem cultural. Frequentemente, a investigação considerava um simples fenômeno, que era visto como um traço cultural e, por outro lado, tendia a explicar a distribuição espacial em diferentes tempos ou sua frequência de ocorrência em várias localizações num simples espaço de tempo. Dessas diferentes observações eram propostas formulações de origem, meio e rotas de dispersão dos traços culturais, idéias e técnicas na paisagem.

A contrapartida desses estudos e sua revisão teórica surgiram com Torsten Hagerstrand cujo trabalho, no início dos anos 50, significou uma mudança de foco na direção dos processos subjacentes à difusão. Seu primeiro estudo, **The Propagation of Innovation Waves** (1952), é uma evidente continuação da tradição da Geografia Cultural em função do uso de um enfoque indutivo e de seu interesse com padrões de difusão ao invés dos processos de difusão. Contudo, em seu posterior estudo empírico realizado em 1953, **Innovation Diffusion as a Spatial Process**. Hagerstrand mudou o enfoque teórico ao afirmar que “a ordem espacial na adoção de inovações é frequentemente tão marcante que se tem o desejo de tentar criar modelos que simulem o processo e venham eventualmente, a permitir que se façam algumas previsões” (1967, p.7). Essa afirmação é indicativa da mudança de ênfase do autor, que parte da descrição e generalização indutiva para uma abordagem dedutiva, focalizando os processos generativos.

Esse estudo de Hagerstrand foi baseado na pesquisa de Sigrifrd Svensson (1942), que foi influenciado por Ratzel. Svensson observava a distribuição espacial da população como uma articulação entre distribuição social das características da paisagem e a distribuição social dos elementos culturais imateriais, tinha como orientação de seus estudos a seguinte questão: por que meios uma subsequente adoção de inovação faz sua aparição em um povoado? Hagerstrand, através da leitura de Ratzel, redireciona a questão e introduz a idéia

de que os elementos culturais se difundem espacialmente a partir dos seus centros de origem como “ondas num tanque com água”. Desse modo, Hagerstrand procurou enfatizar os eventos subsequentes às mudanças ocorridas com a adoção. Para ele era imprescindível determinar como a adoção de uma inovação torna-se difundida a partir do momento que ela tenha entrado em um povoado. Mostrou forte interesse em evidenciar qualquer desenvolvimento regular relacionado ao ponto de origem do processo de difusão e se é completamente possível detectar alguma ordem espacial no processo de difusão.

Nesse trabalho Hagerstrand apresentou três contribuições que desempenham um papel decisivo no progresso desse temário de pesquisa. São elas, a saber: (a) uma conceitualização do processo de difusão de inovação; (b) o desenvolvimento de uma técnica para a operacionalização dessa conceitualização; e (c) a identificação das regularidades empíricas na difusão (Brown, 1981). A seguir breves considerações serão feitas sobre cada uma dessas contribuições.

A Conceitualização do Processo de Difusão na Obra de Hagerstrand

O princípio básico da conceitualização da dispersão da inovação reflete o enfoque da formação. Este enfoque está tipicamente relacionado a uma linha de estudos comportamentais. Nessa perspectiva teórica, a adoção é o resultado de um processo de aprendizagem (persuasão) que envolve a aceitação de uma inovação a partir de uma informação que, por sua vez, condicionará padrões comportamentais e tomada de decisão.

Entretanto, o passo fundamental no exame do processo de difusão seria a identificação das características espaciais dos fluxos de informações e das resistências à adoção.

Mister faz-se ressaltar que Hagerstrand focaliza desde o início de sua obra a importância da análise geográfica no estudo de difusão de inovações ao afirmar que:

“O enfoque espacial ou corológico é apenas um entre vários, e não pode ser isolado dos outros. Sua importância varia com a forma de distribuição da população observada e com os

melos de comunicação envolvidos. Na sociedade em que não há um tempo apreciável ou obstáculos de custos impedindo um indivíduo entrar em contato com um outro, relações dentro do espaço social não podem ser modificadas pelas limitações do espaço geométrico” (1967, p. 6-7).

Em sua análise do processo de difusão espacial, Hagerstrand esclarece que a destinação de uma mensagem pessoal depende da rede de contato interpessoal dos transmissores ou de sua rede de comunicação social e que a configuração dessa rede é primariamente dependente da presença de várias barreiras sociais e físicas que impedem a transmissão da informação. Particular atenção é dada às barreiras naturais e a distância que separam dois potenciais comunicantes.

Em conseqüência, os componentes de conceitualização podem ser divididos em dois grupos: um relacionado à dispersão da informação de uma inovação e outro, relativo à desativação da resistência à adoção. Apesar de não desenvolver seu raciocínio sobre este último grupo, Hagerstrand observou na obra **Quantitative Techniques for the Analysis of Spread of Information and Technology** (1965, p. 279) que “a fim de ficarmos, mais próximos das condições do mundo real, nós temos que estudar os efeitos dos diferentes padrões regionais de alta ou baixa resistência”.

Ao examinar a difusão de rádios e automóveis entre lugares centrais Hagerstrand, na obra **The Propagation of Innovation Waves** (1952, p. 13), refere-se às diferentes condições econômicas entre os lugares como responsáveis pelo atraso na adoção da inovação de uma área para outra. Em outro estudo em que discutia a resistência à difusão de um sistemático controle da tuberculose bovina, Hagerstrand (1965, p. 277) sugeria que “aquela resistência ... deveria ser distribuída de acordo com o tamanho da fazenda que, aparentemente, seria tomado como um indicador de recursos econômicos”. Há, portanto, o reconhecimento de uma resistência econômica associada às práticas que dificultam a adoção e de uma resistência social resultante de valores que são inconsistentes com a adoção de inovações. Ao final, a conceitualização de Hagerstrand destaca que os níveis de resistência à adoção variam de um indivíduo para outro e que quanto maior a resistência

maior a necessidade de informação para que a adoção possa ocorrer.

A dispersão da informação de uma inovação foi o fenômeno mais bem elaborado por Hagerstrand. Designa a comunicação interpessoal como a principal fonte de informação. Postula a existência de uma rede de comunicação social composta por indivíduos que atuam como receptores e transmissores de inovações. A conectividade da rede seria determinada por várias barreiras (terrestres ou sociais). Essa rede definiria o elemento operacional no modelo conceitual do autor. Qualquer padrão de dispersão seria o resultado das características dessa rede.

Em adição, Hagerstrand enfatiza a existência de uma rede hierárquica de comunicação social operando em nível local, regional ou nacional/internacional. em seu estudo intitulado **A Monte Carlo Approach to Diffusion** (1968, p. 371) o autor assegura que:

“A partir das experiências diárias, nós sabemos que os vínculos na rede de comunicação privada devem diferir em escala espacial entre diferentes grupos socioeconômicos. Como uma demonstração é inteiramente arbitrária, nós podemos considerar três grupos principais operando em escalas local, regional e nacional/internacional. Alguns indivíduos estão completamente confinados à escala local, outros operam na regional e local, e ainda outros, mais ou menos, operam em todas as três escalas”.

Na verdade, Hagerstrand expõe o problema da difusão em diferentes escalas geográficas, em que uma hierarquia de redes de comunicação social é postulada. Uma rede pode operar localmente e uma outra regionalmente. A primeira dessas redes pode ser representada pela difusão de uma inovação entre agricultores. A segunda pode ser exemplificada pela rede de dispersão de uma inovação compreendida de pessoas localizadas em diferentes lugares centrais e comunicando-se entre si. Cabe lembrar que todas essas redes seriam caracterizadas por transmissores e receptores da inovação e por barreiras que controlam o padrão de conexão entre indivíduos que participam dos fluxos de informação e adoção de inovações.

Em suma, a conceitualização de Hagerstrand propõe a transformação de uma população com baixa proporção de adotadores

para uma com alto grau de receptores através da disseminação da informação via contato interpessoal. Na forma espacial de referência, o principal mecanismo dessa transformação são as redes de comunicação social que são caracterizadas pelas influências e distorções refletidas no padrão espacial de difusão de inovações.

A Estrutura Metodológica de Hagerstrand

Considerando esses aspectos, Hagerstrand construiu três modelos de processo de difusão de variada complexidade. Para operacionalizar tais modelos utilizou a técnica de Simulação Monte Carlo. Os modelos criados expressavam as possibilidades de a informação chegar a um dado local. No terceiro modelo, que é o mais complexo e envolve os anteriores, somente comunicações interpessoais são consideradas. A hipótese básica do autor para esse modelo é a seguinte:

“É razoável imaginar que uma pessoa torna-se mais e mais inclinada a aceitar uma inovação à medida que ela entra em contato com outras pessoas que já aceitaram a inovação” (1967, p. 264).

Em linhas gerais, os outros pressupostos do modelo são os seguintes (p.266):

a) “apenas uma pessoa da população adotou a inovação no começo do processo;

b) a adoção não ocorrerá enquanto a resistência não for superada através da recepção repetida de informações privadas de pessoas que aceitaram previamente a inovação; e

c) a informação é sempre transmitida depois de um intervalo de tempo constante”.

Nesse modelo o tempo é tratado em discretas unidades de igual intervalo e em cada uma o adotador envia a mensagem em determinado intervalo de tempo. A difusão da informação dependerá da probabilidade de contato entre os transmissores e potenciais adotadores. Essa probabilidade se dá em função da distância entre eles, se nenhuma barreira física intervier. O grau de probabilidade da difusão de contatos ocorrerá em função da distância geográfica e será opera-

cionalizado através do que Hagerstrand chamou de campo médio de informação - Mean Information Field (MIF). Richard L. Morrill e Forrest R. Pitts definem com mais clareza esse conceito de MIF na seguinte assertiva:

“De um ponto de vista da soma de muitos campos de informações individuais, peculiar como devem ser, produz-se o padrão médio de regularidade empírica, que é obtido a partir do estudo de um grande número de pessoas... o campo médio de informação, pode ser definido pelos milhares de contatos que tendem a produzir um suave decréscimo de intensidade de contato partindo de sua origem” (1967, p. 412).

Depois de examinar as similaridades entre imigração e tráfego de telefone, com respeito à configuração gerada durante o decorrer do processo de difusão da informação, Hagerstrand concluiu que “na média, a densidade de contatos incluída em um campo de informação privada deve decrescer muito rapidamente com o aumento da distância” (1967, p.235).

De posse dessas considerações, Hagerstrand construiu seu modelo designado para simular a dispersão espacial da inovação através da operacionalização do MIF (Amadeo e Golledge, 1975).

O MIF é utilizado como uma planície isotrópica que possui uma regular distribuição da população e uma ideal superfície de transporte. Somente um indivíduo adota a inovação no centro da planície. Os outros indivíduos dessa planície, por sua vez, são considerados potenciais adotadores da inovação.

Inicialmente o tipo de comunicação mais comum é de boca em boca, ou seja, contatos face a face, mas podem aparecer outros como rádio, TV, etc.

Hagerstrand estabelece regras básicas para a difusão ocorrer nesse modelo de simulação. Primeiro, somente um indivíduo que adotou a inovação inicia o processo de transmissão da mensagem. Segundo, fixa o tempo que leva o receptor da inovação para adotá-lo. Os intervalos de tempo são unidades discretas de igual duração. Em terceiro, o tempo entre as conversas são constantes. A última regra estipula como os que escutam a inovação são ajustados com os divulgadores da inovação. Para ser consistente com a informação coletada até agora, essa regra estabelece que

a probabilidade da mensagem depende da distância geográfica entre divulgador e o ouvinte da inovação.

Para começar a simulação, o MIF é centrado sobre um indivíduo que conhece a inovação e a adotou. Esse indivíduo está representado pelo x observado na Figura 1.a. Depois disso, determina-se por qual célula o conhecedor da inovação irá destinar sua informação. Essa seleção é realizada a partir de uma tábua de números aleatórios. A seqüên-

cia é repetida a fim de determinar para quem o transmissor contará a mensagem no seu segundo contato. No final desse período, teremos três adotadores de inovação descritos pelos X 's na Figura 1.b.

No segundo período, essa seqüência é realizada outra vez. Toda a seqüência deve agora ser executada pelos três transmissores.

Depois dessa fase é possível que a difusão da inovação possa parecer algo como o observado na Figura 1.c.

FIGURA 1

MODELO DESCRITIVO DE DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO

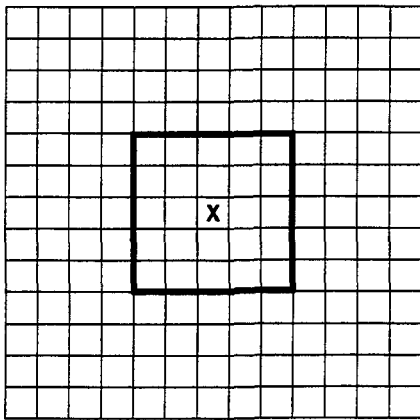


Figura 1.a - Rede de contato centrada no campo médio de informação na posição inicial

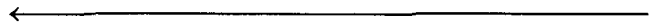


Figura 1.b - Contatos no tempo 1

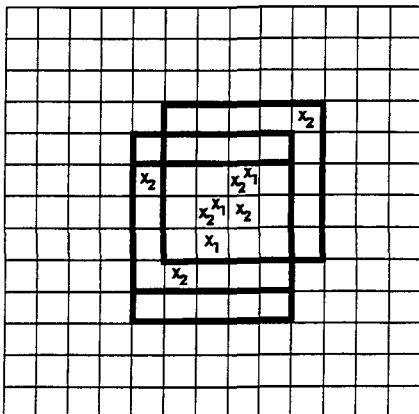
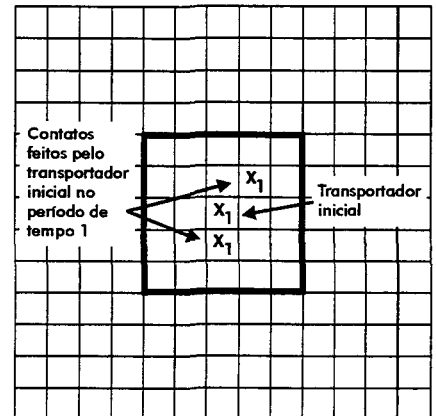


Figura 1.c - Contatos no tempo 2



A simulação continua para futuros períodos de tempo da mesma maneira e, portanto, haverá mais e mais transportadores a serem considerados para cada intervalo de tempo.

Em resumo, o MIF constitui no modelo operacional de Hagerstrand que envolve uma dinâmica espacial a partir dos mecanismos em que os impulsos de difusão são transmitidos de um ponto de origem para um ponto de destinação. Se nós pensarmos sobre essas regras básicas do Modelo Operacional do autor, podemos verificar que elas representam uma considerável simplificação da realidade. Todavia, Hagerstrand estava consciente dessas complicações.

No final de sua obra ele reconhece que um modelo de difusão de população é diferente da análise do mundo real. Deve ser adicionado o elemento aleatório que torna diferentes dois processos gerados pelo modelo. Além disso, a conceituação proposta por Hagerstrand incluía a existência de barreiras que regulam a expansão da inovação, já que a difusão não ocorre sobre uma superfície homogênea. As barreiras podem ser físicas (lagos, florestas, relevo, etc.) ou sociais (língua, costumes, política, etc.). Gould (1969) classificou as barreiras segundo seus efeitos. De um lado, tem-se as barreiras de absorção representadas quando um impulso de onda é paralisado, tendendo a fluir ao redor de tais barreiras. De outro lado, algumas vezes a onda de difusão atinge uma barreira e salta para fora dela. Tais barreiras são chamadas de *reflexoras* já que redirecionam o fluxo de inovação e podem transmitir a energia de um processo de dispersão na área local. Entretanto, tais barreiras são raras. O tipo mais comum é o das barreiras *permeáveis* que permitem a passagem de parte do fluxo de inovação, tornando mais lento o processo de difusão na área de atuação. Enfim, cabe acrescentar que essas barreiras são vistas por Hagerstrand como aleatoriamente distribuídas e com pouca importância no seu modelo de difusão, que tem como motor a divulgação da informação. Reconhecendo as possíveis inconsistências de seu modelo termina sua obra postulando que:

"Uma certa quantidade de contradições está na natureza das coisas. A fim de estar certo das deficiências inerentes ao modelo,

um teste no âmbito de uma população real deve ser repetido várias vezes"(1967, p. 285).

Regularidades Empíricas na Difusão Espacial Observadas por Hagerstrand

Depois de analisar as tentativas de Hagerstrand de formalizar a idéia da dispersão de um fenômeno no espaço através da técnica de simulação como método dominante da ilustração do processo de difusão, cabe agora reexaminar esse processo, destacando os tipos de difusão revelados pelo autor.

Inicialmente, antes de partir para a determinação dos tipos de difusão, Hagerstrand descreve seis elementos essenciais na difusão espacial. O primeiro é a área em que o processo ocorre. O segundo é o tempo, que pode ser contínuo ou não. O terceiro é o *item* que está sendo difundido. Esse último elemento, relaciona-se ao lugar de origem, a destinação e os caminhos pelos quais o item se difunde. Todos esses elementos relacionam-se ao padrão espacial do item que está sendo disperso.

Em sua obra **The Propagation of Innovation Waves** (1952) Hagerstrand identificou três padrões associados com o processo de difusão.

A mais comumente regularidade observada com respeito à difusão no tempo é a que está representada por um gráfico que descreve o curso de difusão de um item, expressando o nível de adoção e sua sucessão no tempo na forma aproximada de S. (Figura 2.a).

Observe na Figura 2.b que há um nível de saturação em que a adoção de um item não mais ocorre. Esse nível representa a proporção máxima de adotadores.

A forma seguinte de desdobramento de padrões humanos sobre o espaço geográfico é o processo de difusão por hierarquia (Figura 3), no qual lugares centrais hierarquicamente superiores tendem a ser beneficiados primeiramente na Expansão de um fenômeno. Posteriormente, a difusão atinge outros lugares mais abaixo na hierarquia. Para tanto, Hagerstrand (1952, p. 8) afirma que:

FIGURA 2
DIFUSÃO: TEMPO E ESTÁGIOS

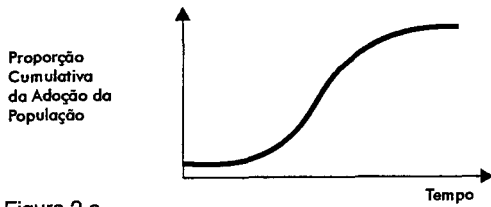


Figura 2.a
Curva em s para difusão através do tempo

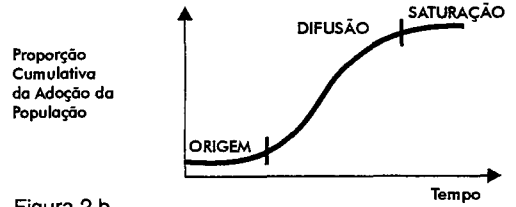


Figura 2.b
Estágio de difusão

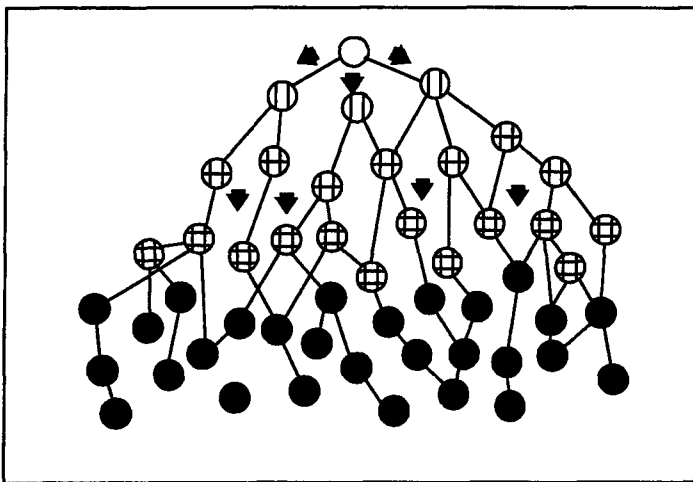


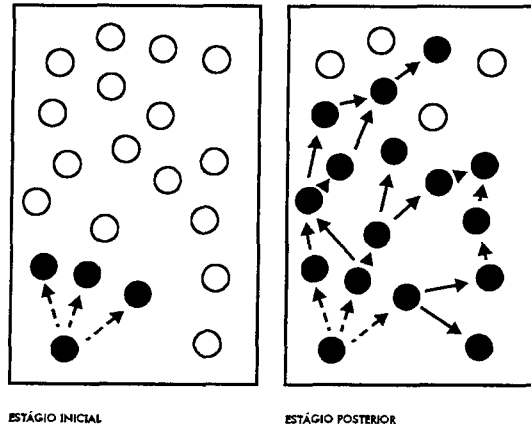
FIGURA 3
DIFUSÃO HIERÁRQUICA

"A hierarquia urbana canaliza o curso da difusão. Em adição à influência de um centro vizinho sobre distritos próximos nós determinamos os impulsos do lugar mais importante em direção a grandes distâncias" (1952, p. 8).

A terceira regularidade observada por Hagerstrand é a difusão por contágio (Figura 4) -

neighborhood ou *contagion effect* - que ocorre quando um fenômeno social é transmitido inicialmente no seu espaço imediato, e, posteriormente, influenciada pelo efeito da fricção da distância, atinge áreas mais distantes. Desse modo:

FIGURA 4
DIFUSÃO POR CONTÁGIO



“A principal similaridade espacial acontece quando a probabilidade de nova adoção é alta na vizinhança do transmissor e decresce com o aumento da distância. Os últimos eventos parecem dependentes do primeiro adotador de acordo com o princípio pelo qual o termo efeito de vizinhança poderia ser adequado” (1965, p. 261-2).

Vale ressaltar o que pode ser considerado por Hagerstrand como regularidades da difusão de inovações. Se nós pusermos ao lado a única qualidade de diferentes indicadores, tais como sua taxa de crescimento e a distribuição do grupo social, a difusão da inovação pode ser descrita em três fases.

O primeiro estágio se verifica quando os centros iniciais de difusão estão estabelecidos. A fase seguinte é a do estágio da difusão em que ocorre a disseminação radial da inovação fora da aglomeração inicial. Nessa fase a difusão por contágios ocorre em áreas próximas do centro de difusão e, por último, em centros secundários, isto, é, ocorre a difusão por hierarquia nos lugares de menor ordem. Na última fase, o estágio de difusão de inovações, via informações interpessoais, está condensado e a difusão eventualmente cessa. Nessa fase o padrão espacial é aleatório (Figura 2.b).

Essa estrutura de tipos de difusão proposta e sua evolução no tempo e no espaço ilustra a complementaridade dos efeitos de hierarquia e de contágio e seus posicionamentos dentro do processo de difusão².

A PESQUISA DE DIFUSÃO A PARTIR DE HAGERSTRAND: NOVAS PROPOSIÇÕES

Em 1970, o modelo conceitual de difusão ainda era aquele de Hagerstrand. Desde então tem havido uma transformação substantiva. O primeiro ensaio de modificação do modelo refere-se à difusão no contexto de uma estrutura de sistema geral. O principal representante desse movimento de revisão

teórica da obra de Hagerstrand tem sido Lawrence A. Brown.

Uma perspectiva de sistema geral é evidente em Brown (1968) na obra **Diffusion Processes and Location: a conceptual framework and bibliography**. Nessa obra o autor observou que muitos diferentes fenômenos envolvendo movimentos podiam ser examinados dentro de uma estrutura de difusão. Os processos que controlam a dispersão de diferentes fenômenos podem ser estruturalmente similares em vários aspectos. Essas estruturas congruentes foram denominadas isomorfismo e consistem em seis elementos básicos (1968, p. 6-8):

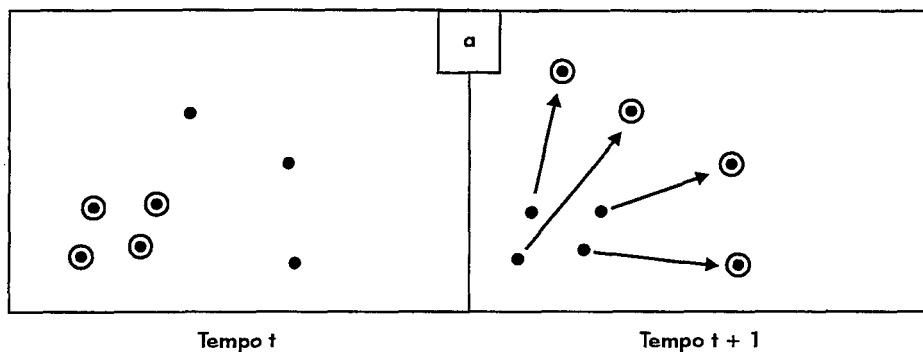
- 1) uma área ou meio ambiente;
- 2) uma dimensão temporal em intervalos sucessivos $1, t + 1, \dots$;
- 3) um item sendo difundido;
- 4) lugares em que o item se localizou no início de um intervalo de tempo;
- 5) lugares onde o item se localizou no fim de um intervalo de tempo; e
- 6) vias de movimentos, influência ou relacionamento entre o lugar de origem da difusão e o lugar de sua destinação.

Observe-se a Figura 5. O quarto elemento da estrutura da difusão é representado como um gráfico de mudança iniciado no espaço geográfico num dado intervalo de tempo t . Isso é ilustrado na Figura 5.a pela Difusão por Relocação. Nesse tipo de difusão grupos de pessoas ou transportadores de inovação se dispersam através do tempo e sobre o espaço e abandonam as áreas onde eles originalmente estavam localizados, fixando novas redes de localização no tempo $t + 1$. O outro tipo e a difusão por Expansão ou Contágio, processo no qual a informação, produtos, outros tipos de itens, dispersam de uma região para outra. Alguns membros são adicionados à população entre o tempo t e o tempo $t + 1$ e se localizam de modo a alterar o padrão locacional da população como um todo (Figura 5.b).

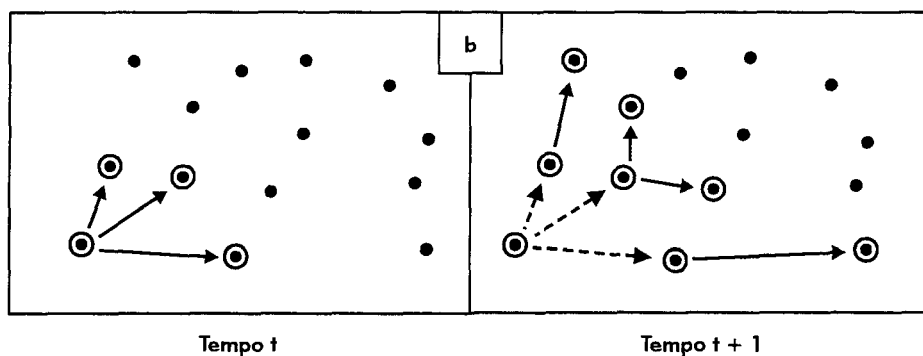
² Brown (1981) evidencia que Hagerstrand não foi o primeiro cientista a identificar essas regularidades, mas introduziu esses conceitos na Geografia. Para a constituição da curva em S acredita-se a Ryan, B. e Gross, N. C. (1943) the diffusion of hybrid seed corn in two Iowa communities, *Rural Sociology*, 8, 15-24. Para a difusão por hierarquia acredita-se a Bowers, R.V. (1937) Differential Intensity of intra social diffusion, *American Sociological Review* 3, 21-31. Por fim, o efeito de contágio encontra-se inicialmente em McVoy, E. C. (1940) Patterns of diffusion in the United States, *American Sociological Review*, 5, 219-27.

FIGURAS 5
TIPOS DE DIFUSÃO ESPACIAL

5a - Difusão do tipo relocação



5b - Difusão do tipo expansão ou contágio



- - Indica uma localização potencial do fenômeno que se está difundindo.
- ⊙ - Indica uma localização real do fenômeno no tempo indicado.
- —————> ● - Indica que durante o tempo indicado um estímulo passou do nóduo na extremidade inicial da seta para o nóduo na extremidade final, e resultou na localização do fenômeno no nóduo de destino.
- ·······> ● - Indica que o estímulo representado em ● —————> verificou-se em um período anterior.

Esse esquema sugere que num pequeno conjunto de características de cada um dos seis elementos e da estrutura de difusão proposta por Brown uns poucos princípios gerais podem produzir uma satisfatória análise do processo de difusão tanto quanto outros tipos de movimentos no espaço geográfico; produzindo uma base para uma teoria geral da difusão espacial (Brown, 1968).

Cabe acrescentar que os processos de difusão aparecem, na maioria das vezes, combinados. A difusão por expansão ocorre de duas maneiras. De um lado, a expansão se dá através da difusão por Contágio sugerida por Hagerstrand e depende do contato direto. É fortemente influenciada pela distância, já que os indivíduos mais próximos da fonte de difusão tendem a ser primeiramente atingidos. De outro lado, a Expansão se verifica na forma de uma dispersão por cascata, na qual uma transmissão da inovação realiza-se através de uma seqüência regular de ordem, classe e hierarquia dos lugares. A difusão pode começar em qualquer nível hierárquico. Por fim, às vezes, a difusão por contágio e seguida simultaneamente por relocação. Ilustrando, é como se uma pedra batesse em vários pontos de um rio.

A difusão por Expansão pode ser sumariada através da obra de Walter Rostow, *The Stages of Economic Growth* (1960). Nesse trabalho Rostow centra sua análise de um modelo de desenvolvimento a partir das inovações técnicas. Segundo o autor "o ímpeto da história moderna é um conjunto de estágios de crescimento" (p. 1). Rostow aplica seu modelo de crescimento a determinados países com base em 5 estágios, a saber:

- 1) sociedade tradicional;
- 2) as pré-condições para o salto;
- 3) o salto (take-off);
- 4) o impulso para a maturidade; e
- 5) a era do alto consumo de massa.

Com base nas cinco fases do desenvolvimento propostas por Rostow, Gould, Morrill e Taaffe (1963) realizam o estudo. **Transport Expansion in Underdeveloped Countries: a Comparative Analysis**, onde avaliam os quatro estágios do crescimento urbano e desenvolvimento de um país hipotético. A Figura 6 ilustra um modelo em 4 estágios do padrão espacial de desenvolvimento idealizado para um país insular: está fortemente baseado na obra de Gould, Morrill e Taaffe.

No estágio 1 há uma dispersão de pequenos portos comerciais na costa. Cada porto tem a sua pequena hinterlândia; porém a maioria dos povoados do interior permanece intocada pelo desenvolvimento que ocorre no litoral.

O estágio 2 representa a fase do take-off. A expansão do sistema de transporte articula a costa com alguns povoados do interior na busca de novas áreas de recursos naturais. Nessa fase um diferencial de crescimento dos centros costeiros já se faz presente.

O terceiro estágio é marcado pelo rápido desenvolvimento no sistema de transportes, na maioria das vezes envolvendo vários portos. Há também a emergência de importantes centros urbanos em direção ao interior. Porém, várias áreas setentrionais permanecem isoladas da parte meridional da ilha. Essa é a fase 4, a do impulso para a maturidade.

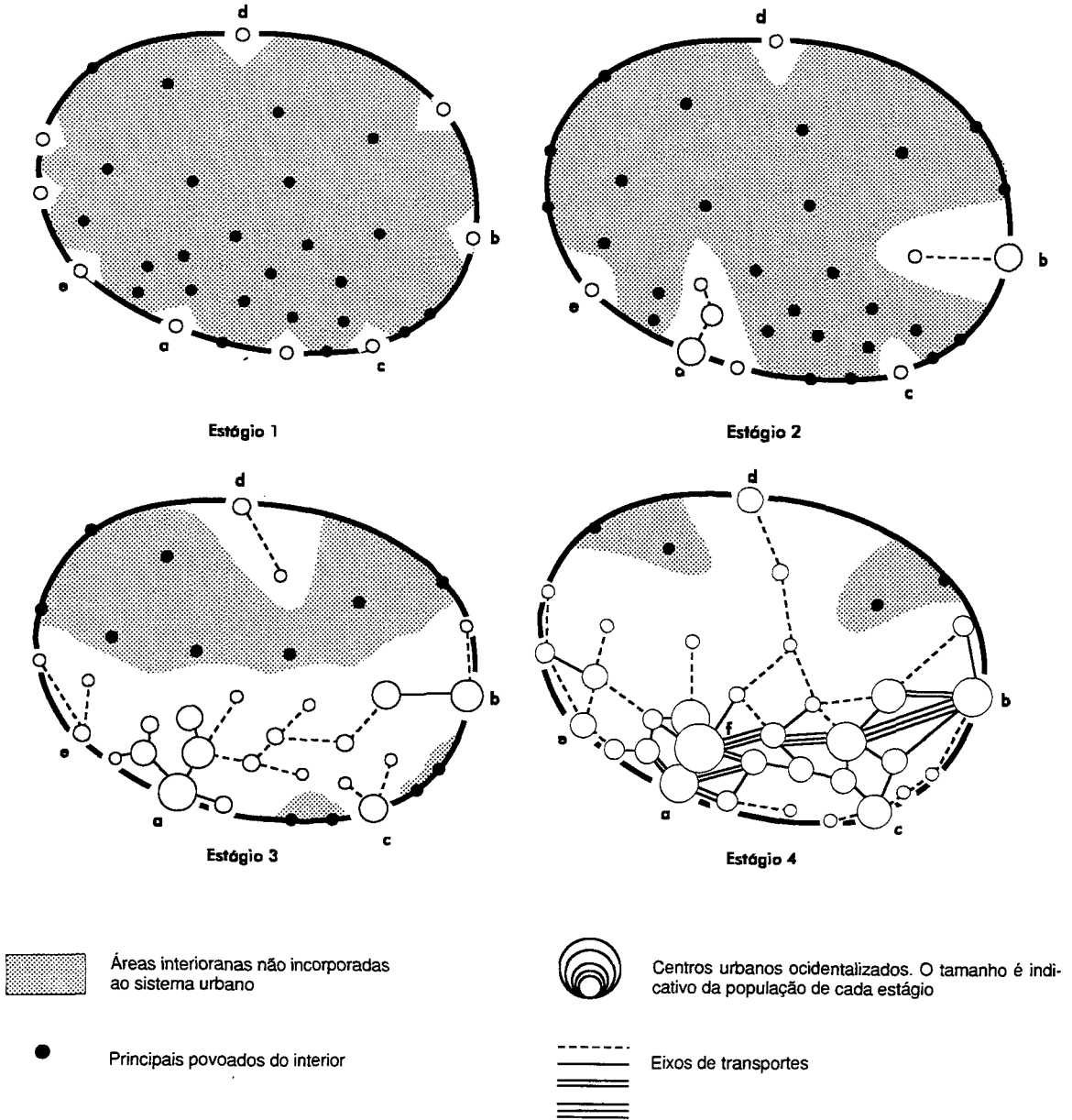
Por fim, no estágio 4, o desenvolvimento dos transportes continua a integrar toda a ilha. Surgem novos centros urbanos de importância, tornando a estrutura espacial mais complexa. Nessa fase, a economia da ilha caminha para um alto consumo de massa em nível nacional³.

Observa-se que nesse modelo em 4 estágios a estrutura espacial do desenvolvimento econômico se dá em difusão por contágio, hierarquia e relocação. Por fim, fica evidente que o processo de difusão do desenvolvimento está em consentâneo com o aumento das disparidades regionais.

³ No BRASIL, Ribeiro. M A C e Almeida R. S. (1988) utlizaram esse modelo para analisar a estrutura espacial do sistema de transporte brasileiro.

FIGURA 6
ESTRUTURA ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Uma seqüência idealizada de estágios de desenvolvimento econômico de uma ilha hipotética



Modificação e Extensão do Modelo Conceitual de Hagerstrand

Em função das inconsistências entre a realidade observada e o Modelo de Hagerstrand, tem havido um certo esforço no sentido de superar as inconsistências, produzindo-se estudos que tratam do processo de difusão num contexto mais amplo. Um dos principais esforços nesse sentido surge em 1960 com François Perroux, que analisa as relações entre estado, empresa e território através da teoria dos pólos de crescimento. Segundo Perroux, o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço nacional, e sim, manifesta-se em certos pontos - os pólos de crescimento (1960, p.269). O desenvolvimento é visto como uma sucessão de desequilíbrios provocados por tais pólos. Isso porque o desenvolvimento é, por outro lado, próprio de áreas privilegiadas, onde surgem as indústrias motrizes que propagam significativos efeitos a montante e a jusante, beneficiando as regiões que as cercam, ou seja, as que são por elas polarizadas.

Esse tipo de desenvolvimento é próprio da difusão por hierarquia e as idéias subjacentes a esse tipo de difusão tem sido extensivamente consideradas na economia, especialmente na análise dos pólos de crescimento. Na verdade, a teoria de Perroux associa dois tipos básicos de difusão espacial: por contágio e por hierarquia.

Friedman (1966), por outro lado, postula que o efeito da difusão por hierarquia a partir de um pólo de crescimento pode dar origem a uma estrutura centro-periferia. O argumento básico é de que o crescimento econômico é acompanhado por implicações espaciais dependentes de uma interação entre o core e a periferia. Um dos efeitos diretos é a emergência de um sistema hierárquico de cidades. Friedman conclui, portanto, que o desenvolvimento e sua transmissão através daquele sistema está intimamente relacionado à emergência de uma interconectada hierarquia de cidades,

de algum modo análoga ao tipo desenvolvido por Christaller. O desenvolvimento de tal hierarquia de cidades é visto como meio de integração da periferia com o centro.

Observe-se que o conceito de difusão do crescimento através do sistema centro-periferia está implícito nessa formulação de Friedman. De acordo com Amadeo e Gollidge (1975, p. 285):

“Em outras palavras. na difusão dos impulsos de crescimento ou difusão de informação num sistema de lugares centrais, há um padrão de dispersão diretamente dominado pelos grandes centros e os centros sujeitos ao efeito de vizinhança no entorno da primeira área receptora da mensagem. Depois a mensagem (ou crescimento) difunde para baixo no padrão hierárquico modificado pelo efeito de contágio”.

No final dos anos 60, Brown (1968, p.37) dá um passo adiante no estudo da difusão espacial ao reconhecer algumas anomalias do Modelo de Hagerstrand. Usando uma hipotética situação ele conclui que:

“Como resultado de circunstâncias... não consideradas pela corrente teoria da difusão espacial... uma compreensão da inovação deve... considerar o comportamento da jornada de compra do potencial adotador. Além disso, deve também considerar as políticas de distribuição da propagação da inovação visto que é necessário conhecer o mercado utilizado pelo adotador potencial...”

Nos anos 70, a identificação de inconsistências observadas no Modelo de Hagerstrand conduziram a dois distintos eixos conceituais na pesquisa de difusão de inovação. Um deles é a perspectiva do mercado e infra-estrutura. O outro eixo é o da perspectiva do desenvolvimento (Brown, 1981).

O Enfoque do Mercado e Infra-estrutura

A perspectiva do mercado e infra-estrutura surge a partir de uma fase de transição entre o enfoque da informação e o do mer-

cado no processo de difusão. O trabalho de Pederson (1970) situa-se nessa interfase. Sua fundamental contribuição foi a introdução da diferença entre inovações empresariais e individuais⁴. Essa distinção tornou possível postular que os padrões de difusão podem ser analisados, na maioria das vezes, por decisões empresariais (Governo, negociante, etc.) em vez de interações interpessoais.

A partir dessas considerações surge uma nova linha conceitual desenvolvida por Brown (1975) no seu clássico artigo **The Market and Infrastructure Context of Adoption: a spatial perspective on the Diffusion of innovation**. Ao contrário da perspectiva de adoção de Hagerstrand, Brown focalizará o acesso dos potenciais adotadores às inovações ou o meio pelo qual as inovações são diferentemente distribuídas para várias categorias sociais, econômica e locais dos adotadores. Brown, desse modo, toma a posição de que a oportunidade para adotar uma inovação é, em muitos casos, desigual. Em consequência, busca desvelar os processos e condições, que envolvem a adoção de inovações pelos indivíduos.

Na base dessa perspectiva está a convicção de que o comportamento individual está limitado pelas escolhas oferecidas pelo Estado e instituições privadas. Brown preocupa-se, portanto, com a dinâmica das instituições ao invés das interações interpessoais. Sua grande contribuição está em pôr a fase da adoção como um dos momentos do processo de difusão.

Em consequência, essa perspectiva conceitualiza a difusão como um processo que envolve três fases. A primeira fase é a do *estabelecimento de agência da difusão* propagada pelas entidades comerciais e governamentais. É através dessas agências que a inovação será difundida para a população. A segunda fase é a do *estabelecimento da inovação*, ou seja, estratégias implemen-

tadas por cada agência para induzir a adoção entre a população na sua área de influência. A terceira fase é, finalmente, a adoção da inovação por parte dos indivíduos.

De acordo com Brown (1975, p. 185):

“O passo da adoção pode ser visto como o lado da demanda de difusão. Os passos no estabelecimento de agências e das inovações, por outro lado, são aspectos do processo de difusão que controlam a disponibilidade da inovação para potenciais adotadores e, amplamente falando, pode, desse modo, caracterizar-se como o lado da oferta de difusão. Como tal, eles desempenham um papel majoritário na formação dos padrões de difusão”.

De um modo geral Brown conceitualmente reconhece a difusão pela ótica da oferta e transfere a atenção para as agências ao invés do adotador. As localizações dessas agências e a seqüência temporal de seus estabelecimentos determinam onde e quando a inovação estava disponível. Isso produz um esboço geral de padrão espacial de difusão a partir da dinâmica operacional de cada agência. Essa dinâmica, por sua vez, cria diferentes níveis de acesso à inovação em função das características econômicas, demográficas e locais dos potenciais adotadores.

O estabelecimento das agências de difusão e suas estratégias operacionais são aspectos do marketing da inovação. Esse modo de operar implica a criação da infraestrutura pública e privada (transporte, energia, comunicações, água, etc.). Essas infraestruturas têm forte influência sobre o padrão espacial de difusão da inovação.

A grande contribuição desse trabalho de Brown foi tornar evidente que quem determina os padrões espaciais de difusão é aquele transmissor da inovação e indutor de sua adoção e não os potenciais adotadores. Em consequência, o padrão de difusão variará de acordo com os processos de localização das

⁴ De acordo com Pederson as inovações individuais são aquelas que se difundem entre indivíduos ou domicílios e podem, em tese, ser aceitas por toda a população (TV, geladeiras, fogões, automóveis, instalação de água em residências, etc.). As inovações empresariais têm reflexos sobre várias pessoas. Acontecem a partir da ação dos governos, negociantes, etc. Esses dois tipos estão articulados visto que a maior parte das inovações individuais surge a partir da inovação empresarial.

agências de difusão seja no contexto mononuclear, seja polinuclear. Essas são as situações diárias para a difusão ocorrer. No primeiro caso, a estrutura de propagação mononuclear consiste em uma única firma, ou um grupo delas agindo como uma só, que estabelece um arranjo espacial de agência de acordo com o processo de localização estipulado pelo propagador. A localização dessas agências variará em função de critérios, tais como lucratividade, mercado potencial, áreas privilegiadas, etc. O resultado dessa estratégia locacional do propagador resulta no padrão básico de difusão.

No segundo caso, representado pela estrutura de propagação polinuclear, as agências estão localizadas aleatoriamente e são independentes uma das outras. Sua localização associa-se à iniciativa do seu fundador e propagador. Após a instalação das agências de difusão, inicia-se a fase de indução da adoção. Entre as estratégias destacam-se: o aparato logístico representado pelas infra-estruturas, política de preços, *marketing*, seleção e divisão do mercado.

Enfim, cabe acrescentar que essa perspectiva é complementar à perspectiva da adoção de Hagerstrand. Ao enfatizar o processo de tomada de decisão esse enfoque tem contribuído para as pesquisas nessa área e aberto o caminho para novos eixos teóricos sobre o processo de difusão espacial.

Posteriormente, um outro estudo de Brown enfatizou os aspectos comportamentais na pesquisa de difusão de inovações. No artigo intitulado **Empirical Regularities in The Diffusion of Innovation**, L.A. Brown e Kevin Cox (1971) ao examinarem as regularidades temporais e espaciais a partir da obra de Hagerstrand afirmam que:

“As regularidades empíricas são uma possível consequência dos eventos comportamentais associados com a difusão de inovação e na futura pesquisa de difusão mais atenção deveria ser dada aos eventos comportamentais e suas características” (p. 551).

Nesse trabalho os autores ressaltam a importância do enfoque comportamental na análise e esclarecimentos de problemas relacionados a fatores econômicos. Deixando-se guiar por essa assertiva Brown, juntamente com Malecki, realiza o estudo **Comments on Landscape**

evolution and Diffusion process em 1977. Nesse estudo a dupla analisa “The Case of Bank Credit Card Services”.

Nessa pesquisa observou-se que o padrão espacial previsto pela estratégia do propagador da inovação não se confirmou. A atuação do City National Bank - propagador do serviço de cartão de crédito - não ocorria influentemente. Havia a dificuldade de impor sua vontade sobre os vários bancos contactados. Com efeito, vários bancos de grandes cidades rejeitaram a solicitação do City National Bank (CNB). Enfim, o padrão de difusão daquele serviço acabou exibindo um significativo componente aleatório (Figura 7).

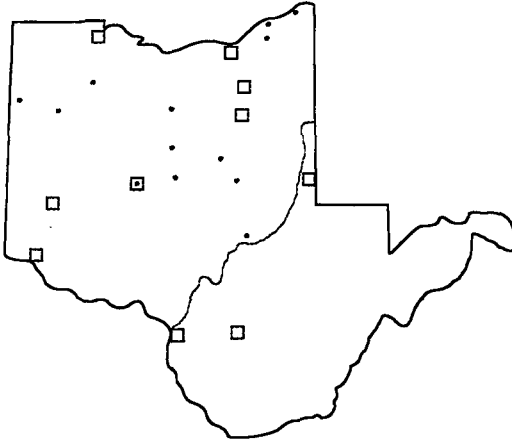
O estudo indicou que a expectativa de regularidades empíricas no padrão de difusão, tais como os efeitos de contágio e hierarquia, população e distância, não constituem significativo nível de compreensão da difusão. As estratégias do City National Bank não previam a rejeição da inovação pelos bancos mais conservadores e mais orientados para grandes transações comerciais e nem a solicitação independente da inovação por parte de alguns bancos. Para os autores, torna-se necessário considerar a difusão sob uma estrutura de tomada de decisão descentralizada num modelo mais complexo de difusão. Uma variável relevante seria o mercado potencial para a inovação; uma outra seria a exposição à inovação.

O padrão resultante no estudo em tela foi aquele que refletia insuficientemente o mercado potencial. As variações comportamentais foram deixadas de lado. No entanto, foram elas que expressavam a atitude empresarial. São elas, a saber: inovatividade e agressividade do empresariado. Há, porém, o problema de medir esses fatores para a implementação da difusão. Enfim, os autores verificaram que muitos dos atributos comuns como a distância do agente propagador em relação a sua exposição aos fluxos de informação e, conseqüentemente, à adoção da inovação, não são adequados. É necessário, portanto, resgatar uma parte considerável da variação no comportamento da adoção em termos espaciais e temporais, isto é, verificar o processo de difusão de inovação não só pelos fatores econômicos e informacionais, mas também pelo lado do comportamento daqueles que tomam decisões.

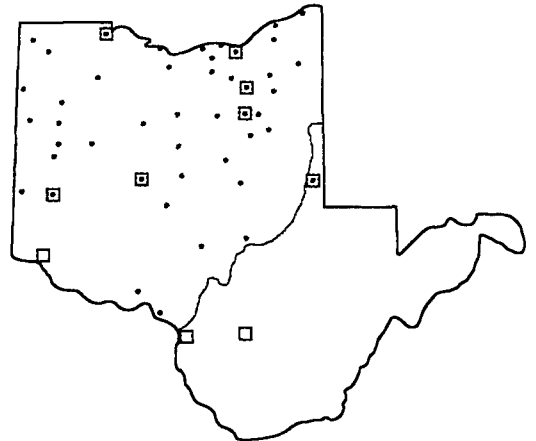
FIGURA 7

A DIFUSÃO DO BANK CREDIT CARD SERVICES EM OHIO E WEST VIRGINIA

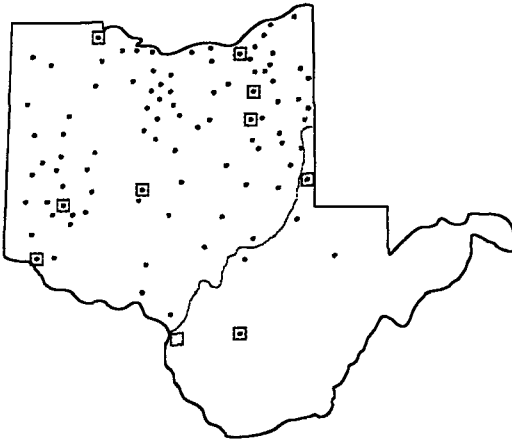
junho 1968



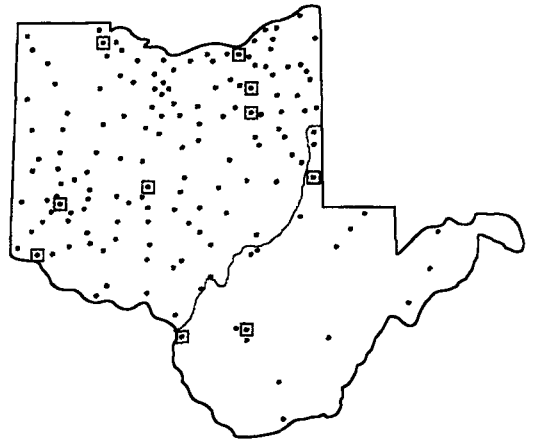
março 1969



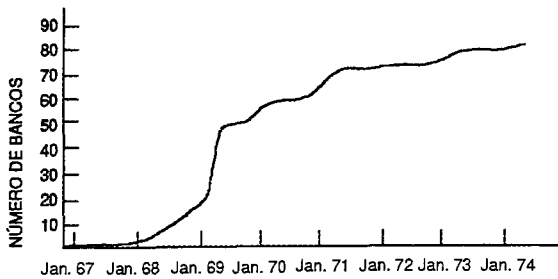
junho 1969



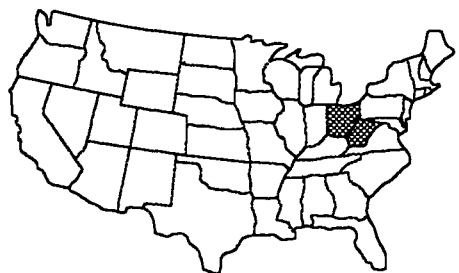
fevereiro 1974



TENDÊNCIA TEMPORAL DA DISPONIBILIDADE DO BANK CREDIT CARD EM OHIO E WEST VIRGINIA



LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



- Adotador
- Maior Centro Urbano

A Perspectiva do Desenvolvimento

Em adição ao interesse com a atividade inventiva e na busca de uma melhor compreensão dos processos de difusão, tem ocorrido uma coalescência com as abordagens anteriores. Em conseqüência, um segundo eixo teórico de pesquisa diz respeito ao impacto da difusão da inovação sobre o desenvolvimento econômico e social de uma área qualquer. O reverso desse objeto de pesquisa também é foco de interesse, isto é, analisar como a difusão é impactada pelos níveis de desenvolvimento dos lugares. Apesar de ser uma extensão teórica da perspectiva do mercado e infra-estrutura, a perspectiva de desenvolvimento ressalta o papel do acesso aos recursos e infra-estrutura pública na difusão da inovação, mas revela que os impactos desse processo apresentam-se diferencialmente no espaço. Em muitos casos, a difusão espacial provoca aumento das disparidades sociais, econômicas e regionais no interior de uma nação.

Schumpeter (1988) foi um dos primeiros autores a se preocupar com a relação entre difusão de inovações e desenvolvimento econômico em sua obra clássica, **A Teoria de Desenvolvimento Econômico**, publicada em 1926. Enquanto Kondratieff considerava as inovações meras conseqüências dos movimentos cíclicos de expansão e recessão do sistema de mercado capitalista, Schumpeter via nas inovações o mecanismo causal e explicativo da instabilidade do sistema. Nesse estudo o autor concentra sua atenção analítica sobre o conceito de ciclos de negócios de longa duração, em que cada um é dividido em quatro fases: "take-off", expansão, recessão e depressão. Essas fases são caracterizadas por uma onda de difusão de inovações tecnológicas sucessivas que constituem o motor da dinâmica capitalista.

Na verdade, Schumpeter procurou mostrar que o desenvolvimento econômico não avança uniformemente, mas, por assim dizer, espasmodicamente. A razão disso deve-se exclusivamente "porque as combinações novas não são, como se poderia esperar... distribuídas uniformemente através do tempo..., mas aparecem, se é que o fazem, descontinuamente, em grupos ou bandos" (p. 148). Desse modo, a di-

fusão de inovações pelos empresários induz periodicamente o surgimento de novos produtos, induzindo novos métodos de organização e administração da produção em um movimento contínuo de destruição criadora.

Estudos mais recentes têm postulado que o processo de difusão de inovações é considerado como impulsionador do desenvolvimento nos locais em que surgem. Entretanto, se, por um lado, esse processo pode provocar em países subdesenvolvidos aumentos na produção e na renda da população, por outro lado, dependendo do tipo de inovações, tem-se a ocorrência de desemprego nos setores econômicos atingidos por novas técnicas poupadoras de mão-de obra.

Um dos principais representantes dessa linha de raciocínio é Lakshman E. Yapa (1976). De acordo com Yapa, "em certas situações, as ondas de difusão são, simultaneamente, ondas de subdesenvolvimento". É nesse contexto que se insere a principal contribuição do autor no estudo de difusão da inovação: o resgate do determinante social do desenvolvimento econômico como centro da sua análise. Ou seja, para ele os processos de difusão de inovações teriam concomitantemente um efeito negativo sobre parcela da população, denominado de *não-difusão*. A raiz das desigualdades regionais estaria relacionada a presença do fenômeno da *não-difusão*.

Incorporando a base teórica anterior, Yapa coloca que a difusão de inovação far-se-á através dos três fatores associados: (a) o acesso individual à informação (Hagerstrand, 1967); (b) ao mercado e à infra-estrutura (Brown, 1975); e (c) os recursos favorecidos pelo Estado e demais instituições privadas a fim de induzir o desenvolvimento socioeconômico.

No âmbito de sua teoria, a não-difusão manifesta-se a partir da distribuição desigual dos recursos fornecidos pelo Estado que variam espacialmente. Para que isso não ocorra é necessário que o processo de adoção da difusão seja simultaneamente acompanhado pelos três fatores citados acima. Na verdade, Yapa rejeita a tese dualista do desenvolvimento e assume que o processo econômico mostra-se como uma simbiose de contrários, isto é, os setores modernos e tradicionais desenvolvem uma relação de mútua dependência no decorrer do movimento histórico.

Entretanto, Yapa sugere que a solução para evitar uma situação de causação circular identificada por Myrdal está no uso de políticas que exibam e alterem aquelas relações de interdependência, caso se queira romper com o atraso econômico dos lugares e regiões tradicionalmente atrasados.

Em suma, Yapa centra sua atenção analítica sobre o terceiro fator do processo de difusão de inovações - a distribuição dos recursos - que tem variado social, econômica e espacialmente. Para ele as análises anteriores deram pouca atenção às articulações entre a adoção da inovação e a distribuição de recursos. Daí a razão da não identificação do fenômeno da *não-difusão* na literatura precedente.

Pelo que vimos até o momento a difusão de inovação é um produto de decisões de indivíduos, agências de difusão, corporações e assim por diante. Esse processo tem um padrão espacial que se manifesta em escalas geográficas: local, regional, nacional ou internacional. Segundo Semple e Brown (1976), da perspectiva do geógrafo, a escala, no âmbito da pesquisa de difusão, assume duas dimensões: uma *funcional* que reflete decisões tomadas por diferentes agregados de indivíduos, e outra *espacial* que manifesta aquelas decisões dentro de um contexto socioespacial (p. 8). Nossa atenção se volta agora para esse ponto, isto é, resgatar o conceito de escala e relacioná-lo à difusão espacial de inovações sob a ótica de Semple e Brown e das considerações de Gould (1969).

O Problema da Escala Geográfica na Pesquisa de Difusão de Inovações

De um modo geral as pesquisas de difusão espacial de inovações referem-se às escalas micro, meso e macro, contudo, a aplicação dessa abordagem tem resultado algumas inconsistências no que diz respeito às escalas funcional e espacial. Gould (1969, p. 25-68), por exemplo, discute os recentes estudos de difusão numa perspectiva espacial em que escalas de análise variam do indivíduo ou da micro-escala até a escala nacional/internacional. No seu estudo, a escala micro é exemplificada

pela difusão das melhorias das pastagens subsidiadas e o controle diário do gado na Suécia. De acordo com Gould, "*à medida que nos destacamos e examinamos os processos de difusão numa escala maior, os efeitos em escala micro tendem a ser borrados ou suavizados*" (p. 41). Essa mudança de escala desloca-nos para os níveis regional, nacional e internacional como, por exemplo, a análise das inovações da agricultura doméstica, a rodovia, difusão do rádio, bancos e assim por diante (p. 55-68).

Brown (1975, Semple e Brown, 1976), ao contrário de Gould, tem dado ênfase aos mecanismos geradores de difusão. Dois tipos de decisão são observados: um relativo ao estabelecimento das agências de difusão e outro que consiste nas estratégias utilizadas pelas agências a fim de concretizar a adoção da inovação. O primeiro tipo relaciona-se aos estudos de difusão através do sistema urbano e da nação. O segundo tipo associa-se a ocorrência de difusão no interior da hinterlândia de um centro urbano. Para Brown, as nações de escalas macro, meso, micro estão subjacentes a sua análise. Examina, por exemplo, a escala micro como processo diretamente associado as decisões individuais de adoção. De outro lado, a difusão da TV a cabo em Ohio através da hierarquia dos lugares centrais é um caso de difusão em macroescala (Brown, et. al., 1974).

A diferença básica entre Gould e Brown está na forma particular de analisar as escalas geográficas. O primeiro enfatiza o aspecto espacial enquanto o outro, o aspecto funcional. Todavia, a correlação entre as escalas funcionais e espaciais não é tão simples como parece. Semple e Brown (1976, p. 9) observaram que o processo de estabelecimento de agências e as estratégias de adoção podem ocorrer numa simples hinterlândia urbana, entre cidades nacionais e entre nações.

O estudo de Gould ilustra a importância de distinguir as escalas funcional e espacial no processo de difusão. Gould retrata "*no nível micro no plano mais inferior, as idéias e inovações podem se expandir através de uma rede de comunicação social articulando os indivíduos entre si*" (p. 25). Adiante, acrescenta que há muitos processos operando em nível micro "difuso de um indivíduo a outro". Desse modo, a difusão de

tratores entre os fazendeiros japoneses e americanos e a difusão do milho híbrido a partir de Iowa e sua dispersão no Corn Belt são designados fenômenos de microescala porque envolvem decisões individuais. Por outro lado, a expansão do número de agências de um banco e apresentada como fenômeno de macroescala com forte componente hierárquico e/ou de contágio, já que muitos bancos procuram se localizar nas principais cidades e, dependendo da estrutura econômica, pode ocorrer a abertura de várias agências na cidade (p.58). Entretanto, todas essas três adoções (tratores, bancos e milho híbrido) podem se difundir por toda a nação e envolver decisões individuais.

Brown (1975) esclarece que apesar de o padrão de difusão espacial por contágio estar associado à escala micro, o mesmo padrão pode ocorrer nas escalas meso e macro. No entanto, nessas últimas escalas têm sido freqüentemente associadas às estratégias de *marketing* propostas pelo propagador central da inovação, constituindo-se em um processo diferente daquele baseado somente nas decisões individuais.

Esses exemplos ressaltam que a análise combinada do processo de difusão nas escalas funcional e espacial permite detectar tais inconsistências. Por isso Semple e Brown (1976) propõem uma separação entre padrões e processos de difusão a fim de se avaliar como vários padrões espaciais - contágio, hierárquico e aleatório - inter-relacionam-se em ambas escalas funcional e espacial. A única lacuna desse esquema analítico de Brown e Semple foi não considerar a dimensão temporal.

Nossa atenção se volta agora para a tentativa de Semple e Brown criar em uma estrutura alternativa para a investigação dos cones de resolução no estudo de difusão, a partir das perspectivas funcional e espacial.

No tocante à perspectiva funcional, os autores argüem que as situações de difusão de inovações podem ser divididas em duas categorias de acordo com a existência ou não de um propagador da inovação. As difusões apoiadas pelo propagador são tipificadas por

produtos comerciais e serviços tais como o cartão de crédito proposto pelos bancos.

A função do propagador, que normalmente é uma instituição privada ou estatal, é estabelecer as agências e determinar as estratégias de indução da inovação sobre os potenciais adotadores. Esses subprocessos relevam uma estrutura de oferta - procura mediada pela localização de agências. Uma vez estabelecidas, essas agências tornam-se supridoras de inovações, estimulando e respondendo pela demanda do indivíduo na sua área de atuação.

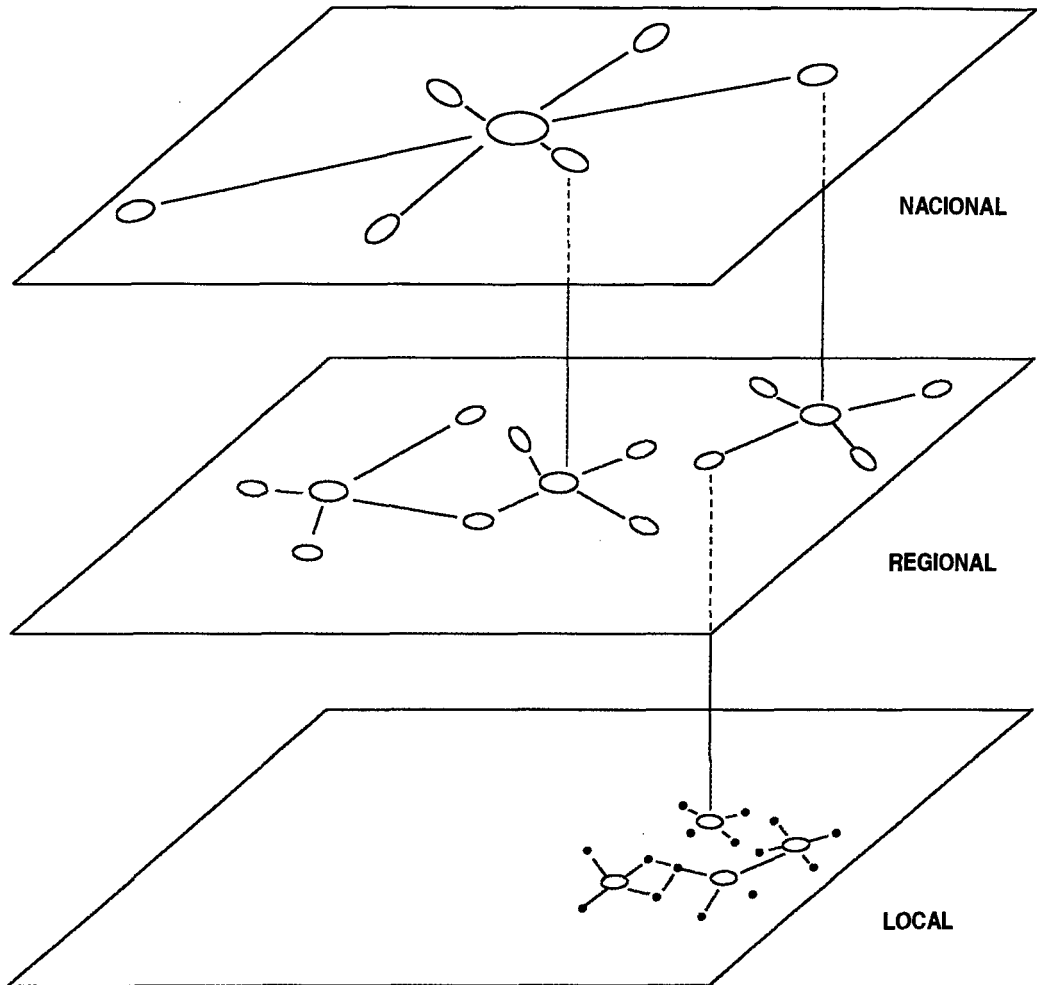
No caso da inovação não apoiada pelo propagador, e sim por traços culturais, não há o estabelecimento de agências de uma dada empresa. Em vez disso, o adotador de inovações de boca em boca ou através de um outro processo de comunicação, atua como uma agência de difusão. Desse modo, o adotador primário fornece a inovação para potenciais adotadores com apropriada capacidade de demanda e proximidade. No Brasil, um bom exemplo seria a disseminação da cólera no Nordeste nos últimos anos.

Como já observado, a perspectiva espacial envolve uma manifestação no espaço geográfico do processo funcional de difusão de inovação. Possui dois componentes que atuam simultaneamente: padrão e escala espaciais. Já é sabido que a forma ou padrão espacial é decorrente da difusão por hierarquia, contágio ou aleatoriamente. Esses padrões podem ser encontrados em combinação e como resultados da fricção da distância e do tamanho das cidades, como assinala Hagerstrand (1967).

Por outro lado, esses padrões de difusão podem se revelar em qualquer escala espacial - local, regional ou nacional. Para ilustrar esse fenômeno, Hagerstrand propõe um esquema que representa a difusão ocorrendo através de uma hierarquia de rede de comunicações social (Figura 8). Observe-se que os níveis nacional, regional e local estão em diacronia e cada um deles realiza uma difusão por contágio. A relação entre as escalas opera através de uma difusão por hierarquia.

FIGURA 8

ESQUEMA DESCRITIVO DA DIFUSÃO VISTO EM DIFERENTES ESCALAS ESPACIAIS



FONTE - Hagerstrand (1967).

Nesse esquema, Hagerstrand nos dá a pista de como a inovação se move no tempo em diversas escalas espaciais e quais as suas implicações na perspectiva funcional. Cada mudança de escala implica uma tomada de decisão e alteração na estrutura organizacional do propagador da inovação.

A conclusão a que chegam Semple e Brown sobre esse assunto aponta para a importância de separarmos os vários tipos de cones de resolução no estudo de difusão, seja na perspectiva funcional, seja na perspectiva espacial.

Depois dessa revisão sobre a teoria de difusão da inovação, nossa atenção agora se volta para suas reais potencialidades no contexto do materialismo histórico e dialético.

A TEORIA DE DIFUSÃO SOB A ÓTICA MARXISTA

O marxismo considera a realidade social através do método dialético e na sua interpretação parte das condições de vida material da

sociedade. Nesse contexto, o resgate da formação socioeconômica torna-se o meio mais adequado à análise do espaço e da sociedade, por expressar a totalidade espacial como um conjunto de fenômenos organicamente articulados e interdependentes, condicionando-se reciprocamente. A totalidade social sendo uma abstração, sua concretude se manifesta na fragmentação e articulação do espaço.

Essa totalidade deve ser, ademais, analisada no seu estado contínuo de transformação, renovação e desenvolvimento em que mudanças quantitativas graduais evidenciam mudanças qualitativas. Por outro lado, essa unidade do todo e o contínuo processo de mudança operam por meio de contradições ou mediante negação de alguma coisa. A negação é o ponto de transformações das coisas em seu contrário. No entanto, a negação, posteriormente, também é negada. Por isso, diz-se que a mudança dialética implica a negação da negação a partir da interpenetração dos opostos. Em consequência, essa dupla negação resultará num restabelecimento da afirmação de uma nova coisa, que suprime e contém, ao mesmo tempo, propriedades primitivas. Em resumo, a mudança dialética tem como ponto de partida a tese, que é negada pela antítese, que é, por sua vez, negada, obtendo-se, momentaneamente, uma síntese. Destarte, a análise do desenvolvimento dialético da sociedade e do espaço prossegue através de negações, que determinam a evolução necessária e essencialmente progressiva da realidade socioespacial. É a partir dessas considerações que buscaremos dar um novo invólucro teórico ao estudo da difusão de inovações.

Existe acordo geral na Geografia considerada crítica de se introduzir a dimensão temporal no estudo da organização do espaço. Daí a importância dos estudos sobre difusão de inovações que envolve necessariamente a dimensão tempo.

A difusão espacial das inovações impõe influências opostas sobre o espaço preexistente, que cede parcialmente ao novo. Isso porque as inovações aparecem no seio da velha estrutura espacial e não depois do seu desaparecimento. Desse modo a difusão de inovações impõe a coexistência e superposição de formas espaciais de períodos dife-

rentes e contraditórios, um passado e um futuro, em que alguns elementos do espaço desaparecem enquanto outros se desenvolvem. A evolução do espaço tem, portanto, a difusão de inovações como um dos processos de geografização de um conjunto de objetos e fenômenos sociais de diferentes eras. Daí a noção de espaço ser parte constituinte da e constituída pela idéia de tempo. Cada fenômeno socioespacial difundido tem seu tempo específico dentro de uma totalidade que se apresenta como um mosaico de eras. Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis periodizações específicas para esses fenômenos que geram uma diferencialidade espaço-temporal.

A difusão de inovações constitui também fenômeno que submete o espaço à constantes variações quantitativas em função das necessidades do modelo de acumulação de um dado momento.

Isso implica uma mudança qualitativa das condições da vida material da sociedade. Destarte, um novo arranjo espacial se impõe, já que a forma e o conteúdo do espaço se alteram, modificando a totalidade social e sendo modificado por ela num movimento de relações generalizadas, porém diferencialmente localizadas. Isso porque, a difusão de inovações técnicas e do capital não se faz igualmente em todos os lugares. Resulta daí uma especificidade espaço-temporal de cada lugar que interage com a totalidade social.

Desse modo, o conceito de disparidade espacial que consiste na diferença entre os lugares pode ser avaliado a partir da difusão de inovações que acompanha as mudanças dos processos espaciais propagadores de uma entropia associada às sinergias mantenedoras da sustentabilidade do modelo de acumulação vigente. A organização espacial "desordenada" e combinada existe dessa forma, exatamente para dar continuidade às transformações qualitativas e atribuir novas funções às formas atingidas pela evolução técnica e sua (re)combinação às formas do passado que resistem às metamorfoses do espaço. Neste contexto, destaca-se a ação de determinados atores sociais através dos processos de difusão de inovações que origina novas formas, movimento e conteúdo de natureza social sobre o espaço, organizando-o. Mediando a organização espacial e a ação desses atores, aparecem os processos

espaciais. De acordo com Corrêa (1988, p.33) esses processos *"constituem um conjunto de forças postas em ação por determinados atores que atuam ao longo do tempo, originando localizações, realocações e permanência de atividade e do homem sobre o espaço"*.

Dois desses processos estão relacionados com a difusão de inovações: concentração e dispersão. Cada um corresponde à antítese do outro.

Os fatores da dispersão podem ser relacionados com a difusão de novas técnicas, informações, modelo de consumo, abertura de agência de bancos multilocalizados e assim por diante. Todavia, apesar de todo o processo de Globalização da economia capitalista e de compressão do espaço pelo tempo, as ondas de inovações tendem a se concentrar em determinados lugares dotados de localização privilegiada. A instantaneidade da propagação de certas modernizações ainda é uma veleidade. Na verdade, a organização do espaço é constantemente impactada pelo equilíbrio instável entre os processos de concentração e difusão num dado contexto histórico. Daí a razão do desenvolvimento desigual e combinado da totalidade socioespacial.

É de acordo geral que os processos de difusão de inovações são caracterizados por cada momento histórico, já que os fatores impulsionadores são particulares a cada fase da difusão. Hoje em dia, em função do desenvolvimento no sistema de transporte e comunicações, a difusão por contágio não é imperativa. Disso conclui-se que o espaço preexistente condiciona e reflete os impactos da ação dos agentes propagadores de inovações, já que a possibilidade de uma difusão imediata em vários lugares torna-se exequível, porém sem onipresença devido à seletividade espacial daqueles agentes.

Na organização espacial hodierna tanto a cidade quanto o campo têm se tornado expressão de modernidade. A difusão imediata de inovações na forma de novas forças produtivas implica um rearranjo constante do espaço precedente. Ou seja, um duplo processo de reconstrução e desconstrução de espaços antigos e sua reconstituição em espaços adre-des. Essa desconstrução, ao contrário do que parece significar à primeira vista, envolve seletividade, decisão e movimento de reorgani-

zação de fragmentos do espaço, já que essa ação é precisamente delimitada e influenciada pela totalidade social expressa no modo de acumulação capitalista. Percebe-se, então, que o determinante da diferenciação entre os lugares no contexto da globalização econômica e financeira e a capacidade de eles absorverem as ondas de difusão de inovações e métodos de produção científica necessários à acumulação. Por isso, de acordo com Santos (1985), os espaços selecionados e privilegiados por essas ondas precisam cada vez mais serem preparados de maneira particular para responder aos novos reclamos da divisão internacional do trabalho, em que todos os lugares dela participam em função do seu conteúdo informacional e de seu papel para cada tipo de produção social. Em suma, a difusão de inovações constitui-se em condição e reflexo da reprodução capitalista, sendo o espaço fragmentado e articulado expressão material desse processo.

Cabe ainda acrescentar que a questão do par analítico lugar e localização é fundamental no processo de difusão de inovações, mas é insuficiente. É necessário também pensar na tomada de decisão e nas estratégias que levam o propagador de inovações a difundir numa área qualquer. Nesse caso, percebe-se, portanto, que o lugar torna-se determinante e determinado pelas práticas espaciais que envolvem o processo de difusão.

A única coisa constante na história do Homem é a mudança. Logo, o espaço enquanto produto social deve ser analisado em permanente mutação. Isso significa que ao estudar o espaço devemos ter em mente que ele é uma realidade constituída e constitutiva da evolução da sociedade. Destarte, apesar de a análise do processo de difusão de inovações, enquanto objetivação geográfica do estudo da organização espacial, ter apresentado várias facetas que permitem uma avaliação desse fenômeno de modo multivariado, acreditamos que sua compreensão permite um salto qualitativo quando apreendido através das noções de forma, função, estrutura e processo sugeridas por Milton Santos (1985) para o resgate da produção do espaço e de sua dimensão temporal.

No âmbito do processo de difusão de inovações num dado contexto espacial, a *forma* seria o aspecto visível do objeto que está

sendo difundido. Nesse caso, não podemos incluir a difusão de idéias ou outros fenômenos imateriais que não tenham concretude no espaço. A *função* sugere a atividade esperada da forma. Juntas, estas noções referem-se ao arranjo espacial dos fenômenos. Disso, resulta a *estrutura* que implica a disposição e ordem das partes de um todo a partir da ação de um propagador de inovações num determinado contexto social. A estrutura representa a natureza social e econômica da sociedade em que se insere o propagador de inovações em um dado momento do tempo. Dependendo da sociedade em um dado período, a estrutura, ou o modo de organização da inovação, atribuirá um valor específico à forma. Desse modo, só podemos avaliar o valor de uso e de troca da forma (inovação difundida) quando relacionado a estrutura social inerente ao período de ação do propagador, já que o movimento da totalidade social influencia e é influenciado pela ação dos *agentes da sociedade*. Isso pode implicar novas estratégias do propagador, exigindo novas funções às formas criadas ou simplesmente sua substituição por outras com conteúdo diferente. Vê-se, portanto, que a estrutura é proteiforme e geradora de sínteses, a partir de uma diacronia qualitativa e quantitativamente diferente para cada elemento que a compõe. Em consequência dessa ação contínua entre passado e presente e as estratégias para o futuro, somos levados à análise dos *processos* que se desenvolvem em direção a um resultado programado do fenômeno da difusão e à compreensão evolutiva da organização espacial.

A essas categorias podemos associar as regularidades empíricas observadas por Hagerstrand no processo de difusão de inovações a partir das relações interpessoais. Deixando de lado sua concepção teórica e metodológica, podemos resgatar os conceitos de difusão por contágio e por hierarquia e a difusão por relocação evidenciada por Brown e introduzi-los na orientação metodológica proposta por Santos.

Considerando que Santos define processo como *“uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer”* (p.50), consideramos que essa categoria pode ser associada aos tipos de difusão de inovações revelados por Hagerstrand e Brown.

Os processos de difusão de inovações e seu movimento dialético podem se realizar por contágio, hierarquia e relocação e ocorrerem dentro de uma estrutura social e econômica em marcha que orienta a ação do propagador em vários lugares e regiões, dando novas funções as formas (inovações) espaciais criadas.

Vejamus um exemplo. Sob a égide do capitalismo financeiro, o sistema bancário no Brasil tem passado, a partir de 1986, por fortes transformações em função da introdução de inovações oferecidas pela informática e comunicações. A velha forma espacial dos bancos de alcance nacional adquiriu função e conteúdo novos. Os bancos que incorporaram essas inovações passaram a propagá-las as suas redes de agências. Surgiram os Bancos 24 Horas, Postos de Atendimento bancários no interior de grandes empresas e, por outro lado, as agências bancárias foram informatizadas a fim de possibilitar maiores lucros e barateamento do custo da força de trabalho. Ao adquirir uma compressão do espaço pelo tempo, o banco que se informatizou primeiro iniciou, por força da competitividade intercapitalista, um processo de difusão de inovações por contágio no setor de agências bancárias dos outros bancos e possibilitou a abertura de Bancos 24 Horas segundo a hierarquia urbana e/ou contágio. As novas funções e formas resultantes desses processos inserem-se dentro de uma estrutura socioeconômica, que passa por uma globalização financeira que, no caso em tela, tem implicado uma reestruturação espacial desse setor no País.

Apesar desse exemplo constituir uma síntese de um processo mais amplo, sua ilustração busca evidenciar a importância de não abandonarmos por completo uma base teórica anterior apenas por questões ideológicas. Tanto Hagerstrand quanto Milton Santos buscam alternativas próprias de compreensão da organização do espaço pela sociedade. Todavia, nenhuma das propostas oferecidas pelos autores dá conta da realidade, que é muito mais complexa do que qualquer método de análise. A reelaboração e incorporação dos tipos de difusão reveladas por Hagerstrand reforça a análise desse estudo à luz das categorias analíticas de Santos. Nesse sentido, há uma complementaridade salutar entre essas duas propostas. Em consequência, ao percebermos isso, damos mais um passo para a compreensão do fenômeno da difusão de inovações.

No tocante aos processos de difusão por contágio, hierarquia e relocação, cabe acrescentar que essa tipologia envolve várias práticas espaciais referentes à tomada de decisão e estratégias que levam um propagador de inovações a difundir-la numa área qualquer. Disso resulta a importância do estudo de Corrêa (1992) ao identificar categorias básicas de estratégia locacional para uma grande corporação. As práticas indicadas pelo autor podem ser inseridas no estudo de difusão espacial de uma inovação na forma de agências de um conglomerado financeiro.

Vejamus um exemplo. A difusão de agências (formas) de um grupo financeiro com a função de drenar poupanças e reservas monetárias dispersas pela economia, dentro de uma estrutura socioeconômica capitalista, pode resultar de processos contínuos e/ou simultâneos de difusão por contágio, hierarquia ou relocação. A decisão de se iniciar a propagação das agências pode envolver, porém, as cinco práticas espaciais identificadas por Corrêa. De um lado, a *seletividade espacial* ou seja, a escolha que o grupo faz de um determinado lugar, de acordo com atributos locacionais julgados de interesse da empresa. A *fragmentação espacial* que traduz a busca de uma multilocalização da corporação e a divisão do espaço de acordo com a sua atuação. O *relembroamento espacial* opõe-se à fragmentação e consiste num reagrupamento de unidades territoriais que compõem o mosaico de um conglomerado financeiro. *Marginalização* espacial que envolve as constantes realocações das agências do banco, em função da exclusão de um lugar em sua rede pelo fato de ele ter perdido seus atrativos locacionais. Essa prática é sempre antecedida por uma seletividade espacial. Por último, a *antecipação espacial* que indica a localização de agências em um dado lugar antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas, isto é, significa reserva de território.

Portanto é conveniente frisar que as estratégias e práticas locacionais apresentadas por Corrêa e os tipos de difusão espacial identificados por Hagerstrand são complementares às categorias analíticas propostas por Santos. Todos esses esforços teóricos quando considerados em conjunto contribuem para tornar mais claro um fenômeno social intelectualmente complexo, que é o processo de difusão espacial de inovações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela procurou tornar inteligível a importância de se reaproveitar e revalorizar, sob novos ângulos, os esforços tanto teórico quanto empíricos deixados por autores não engajados numa linha materialista histórico-dialética. Um macarthismo às avessas ignorou a contribuição histórica desses autores sobre o estudo de difusão de inovações, deixando um vácuo superior a uma década no lançamento de novos trabalhos na Geografia brasileira. Esse fato despertou nossa atenção para uma tomada de consciência e a necessidade de retrabalhar conceitos da teoria difusionista.

Se mais uma vez tomarmos como exemplo a proposta de conceituação de Hagerstrand, vimos que ele identificou barreiras que impediriam ou dificultariam a difusão de inovações entre propagador e o adotador potencial. Conforme observou o autor, essas barreiras podem ser físicas ou sociais. Hagerstrand reconhece ainda uma resistência econômica e outra social que dificultam a adoção. Disso resulta que podemos associar essas considerações, após eliminarmos suas excrescências, ao conceito de rugosidade de Santos (1986). As marcas do passado acumuladas na organização espacial implicam, em certas ocasiões, barreiras ao processo de difusão. As barreiras físicas identificadas por Hagerstrand podem ser reconsideradas como formas espaciais herdadas do passado e que resistem às inovações. Essas rugosidades acabam condicionando o cotidiano e o futuro da sociedade. Quanto às barreiras sociais e à resistência econômica as inovações, podemos tomar o axioma de Santos de que "*a práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária das imposições espaciais*" (1986, p. 137). O processo de difusão de inovações que chega para substituir algo ou se inserir num lugar, encontra nesse mesmo lugar de sua determinação espacial, formas preexistentes (barreiras), às quais as inovações (novas formas) devem adaptar-se para poder determinar-se. O espaço e a mescla de formas que o caracteriza está a cada momento mais ou menos in-

fenso aos fluxos de inovações. Desse modo, apesar de suas debilidades, a teoria difusionista pode servir de base a novas formulações e à renovação de teorias espaciais. A questão e separar o joio do trigo e melhorar sua qualidade, de acordo com a estrutura econômico-social do momento e da postura teórico-metodológica do pesquisador comprometido com a compreensão dos fenômenos sociais.

Um outro caso interessante de como aspectos básicos da teoria difusionista podem ser reorientados para nortear áreas de interesses da geografia é a utilização do termo difusão de inovações no estudo da modernização agrícola.

A difusão de novas técnicas de produção no campo brasileiro, a partir dos anos sessenta, implicou novas formas e funções da agricultura. O arranjo espacial inserido numa estrutura econômico-social que privilegia a consolidação do complexo agroindustrial apresenta rugosidades ou barreiras que funcionam como forças de atrito a modernização. Essas rugosidades são constituídas pela organização espacial camponesa. Os processos de difusão de inovações no campo se verificam por hierarquia, contágio e/ou relocação tendo em vista as várias tomadas de decisão. Há ainda uma relação entre os fatores de dispersão de inovações no campo, fluxos migratórios e a macrocefalia resultante da concentração de população nas cidades.

Enfim, não obstante a inconsistência da teoria da difusão, não há assaz argumento que possa diminuir sua importância e contribuição à evolução dos estudos nessa área de conhecimento. Acreditamos que são pertinentes as críticas de Santos (1979) e sua sugestão de que essa teoria “*poderia tornar-se um instrumento útil se se pudesse trabalhar sistematicamente em diferentes níveis espaciais e com sistemas temporais nos quais o tempo estudado fosse o tempo concreto objetivo*” (p. 51). Todavia, precisamos ultrapassar os limites da crítica e desconstruir conceitos a partir das metamorfoses ocorridas nas realidades particulares de cada lugar e região e suas interações com a totalidade social. Desconstruindo o paradigma da teoria da difusão sob a ótica quantitativista e reconstruindo-o à luz do materialismo histórico-dialético, elimina-se a postura atroz de desprezar tudo que não tenha correspondência com um cientismo marxista semelhantemente ideológico ao paradigma citado, visto que vários autores acabam por desenvolver o pensamento teórico sobre os seus próprios princípios abstratos, mas que, na realidade, são expressão de fatos e conceitos teóricos insuficientemente trabalhados no passado e que, às vezes, não são levados em conta como um dos determinantes daquele pensamento.

BIBLIOGRAFIA

- AMADEO, D., GOLLEDGE, R. The socialization process in spatial fusion, its implied spatial form, and modeling in geography. In: AMADEO, Dan, GOLLEDGE, R. *An introduction reasoning in geography*. New York: J. Wiley, 1975. p. 227-256.
- BOWN, Lawrence A. *A diffusion dynamics: a review and revision of the quantitative theory of the spatial diffusion of innovation*. Lund: Gleerup, 1968. 94 p. (Lund studies in geography).
- BOWN, Lawrence A. *Diffusion processes and locaction: a conceptual framework and bibliography*. [S.I.]: Regional Science Research Institute, 1968.
- _____, COX, K. R. Empirical regularities in the diffusion of innovation. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 61, n.3, p. 551-559, Sept. 1971.
- _____, et al. The diffusion of cable television in Ohio: a case study of diffusion agency location processes of the polynuclear type. *Economic Geography*, v. 50, n.4 p. 285-299, Oct., 1974.
- _____. The market and infrasruclure context of adoption: a spatial perspective on the diffusion of innovation. *Economic Geography*, v. 51, n. 3, p. 185-216, July, 1975.
- _____, MALECKI, E.J. Comments on landscape evolution and diffusion processes: the case of Bank Credit Card Services. *Regional Studies*, v.1, n. 2, p. 211-223, 1977.
- _____. *Innovation diffusion: a new perspective*. London, New York: Methuen., 1981. 345 p.

- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1988. p. 25-34.
- CORPORAÇÃO, práticas espaciais e gestão do território. In: WORKSHOP DE GEOCIÊNCIAS - 1967/1992, 1., 1992, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, 1992. v. 15, p. 35-42.
- FRIEDMAN, J. *Regional development policy: a case study of Venezuela*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1966.
- GOULD, Peter R. *Spatial diffusion*. Washington: Association of American Geographers, 1969. 72 p. (Association of American Geographers. Commission and College Geography Resource Paper, n. 4)
- HAGGETT, Peter. Spatial aspects of economic development. In: HAGGETT, Peter. *Geography: a modern synthesis*. New York: Harper and Row, 1975.
- HAGERSTRAND, Torsten. *The provocation of innovation waves*. Lund: Gleerup, 1952. (Lund studies in geography)
- _____. Quantitative techniques for the analysis of spread of information and technology. In: ANDERSON, C. A., BOWMAN, M. J. (Eds.). *Education and economic development*. Chicago: Aldine, 1965.
- _____. *Innovation diffusion as a spatial process*. [Chicago]: University of Chicago Press, 1967. 334 p.
- _____. A Monte Carlo approach to diffusion. In: BERRY, B. J. L., DUANE, Marble F. *Spatial analysis: a reader in statistical geography*. Englewood; New Jersey: Prentice-Hall, 1968. p. 368-384.
- MORRILL, R. L., PITTS, F. R. Marriage, migration and the mean information field. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 57, n. 2, June, p. 401-422, 1967.
- PEDERSON, P. O. Innovation diffusion within and between national urban systems. *Geographical Analysis*, Columbus, v. 2, p. 203-254, 1970.
- PERROUX, R. *L'économie du XX siècle*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.
- RIBEIRO, Miguel A. C., ALMEIDA, R. S. Estrutura espacial e modificações tecnológicas no sistema de transporte brasileiro. In: BRASIL: uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.
- ROGERS, E., SHOEMAKER, F. F. *Communication of innovations: a cross cultural approach*. New York: Free Press, 1971.
- ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge: [s.n.], 1960. 179 p.
- SANTOS, Milton. Difusão de inovações ou estratégias de vendas? In: SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC, 1979. 167 p.
- _____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1986. 236 p.
- SAUER, Carl O. *Agricultural origins and dispersals*. New York: American Geographical Society, 1952.
- SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 168 p.
- SEMPLE, R. K., BROWN, L. Cones of resolution in spatial diffusion studies: a perspective. *The Professional Geographer*, v. 28, n. 1, p. 8-16-29, Feb. 1976.
- TAAFFE, E. J., MORRILL, R. L., GOULD, P. R. Transport expansion. Underdeveloped countries: a comparative analysis. *Geographical Review*, v. 53, n. 4, p. 503-529, Oct. 1963.
- YAPA, Lakshman S. *Innovation diffusion and economic involution: an essay in studies of innovation*. Columbus: Ohio State University, Department of Geography, 1976. 23 p. (Discussion Paper, n. 40)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo resgatar as principais contribuições teórico-metodológicas que envolvem os estudos de difusão de inovações a partir da análise de alguns trabalhos considerados clássicos. Esse resgate procura evidenciar uma evolução qualitativa dessa temática e, por fim a possibilidade de inclusão nas categorias do método geográfico propostas por Milton Santos (1985) e nas práticas espaciais que envolvem os processos de tomada de decisão identificadas por Corrêa (1992) para uma grande corporação.

ABSTRACT

The present article has as aim to rescue the main contributions -theoretical methodological - involving the studies of diffusion of innovations as from the study of some works considered classics. This rescue tries to put into evidence a qualitative evolution of this theme as well as the possibility of including the types of spacial diffusion shown by Hagestrand in the categories of geographic methods presented by Milton Santos (1985) and in the spacial e practices involving the processes of decision making identified by Corrêa (1992) for a big corporation.

ESPAÇO SAGRADO: O EXEMPLO DE PORTO DAS CAIXAS, BAIXADA FLUMINENSE*

*Zeny Rosendahl***

Este estudo aborda as relações entre geografia e religião. Aparentemente são dois temas que não apresentam ligações. No entanto, como se verá, geografia e religião são duas práticas sociais. Ambas se encontram através da dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente.

A preocupação com a experiência religiosa de indivíduos e grupos sociais representa tópico central de várias ciências dedicadas ao estudo do homem. Esta preocupação aparece, por exemplo, na psicologia da religião, tanto na abordagem freudiana como na junguiana. Aparece também na sociologia através do pensamento de Émile Durkheim e Max Weber. Na antropologia, através das teorias de Evans-Pritchard e James Frazer. Mas como definir o estudo geográfico da religião? Em que ele se diferencia daqueles que a Sociologia e a Antropologia, por exemplo, realizam?

O presente estudo constitui uma tentativa de resposta a essas perguntas. Inicia-se com uma breve análise relativa à produção geográfica sobre religião e os possíveis

caminhos de se fazer geografia da religião no Brasil. A seguir considera-se a idéia de sagrado e sua manifestação no espaço. Ênfase será dada ao sagrado no contexto geográfico através da apropriação dos elementos do espaço e dos modos sociais de produção do espaço sagrado. Em continuidade apresenta-se um conjunto de temas que indicam várias possibilidades de tratamento geográfico da religião. E, por fim, seleciona-se um desses temas para um estudo de caso, visando a contribuir para a compreensão do fato religioso visto geograficamente.

A RELATIVA NEGLIGÊNCIA DO TEMA RELIGIÃO PELOS GEÓGRAFOS

A geografia não deve tratar da experiência religiosa pessoal, que é, para alguns, o núcleo da religião. Mas, ao definir religião como “um sistema de fé e de culto (...) um grupo de crenças sagradas institucionalizadas, observâncias e práticas” (Sopher,

* Recebido para publicação em 30 de novembro de 1994.

** Professora do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

1967) é possível estudá-la como sistema religioso organizado. O núcleo da religião ou o conteúdo teológico e filosófico da mesma constitui tema de interpretação dos teólogos, uma vez que, sozinho, este conteúdo não fornece base adequada para a análise geográfica porque em si é a-espacial.

Visando a clarificar a compreensão sobre a relativa negligência da geografia em face da temática da religião, pode-se delimitar as transformações do pensamento religioso na geografia em três períodos: o primeiro abrange a geografia pré-científica e vai até o início do Século XX; o segundo período tem início após a 1ª Guerra Mundial e persiste até o final da década de 60; o terceiro período, por sua vez, tem início nos anos 70, estendendo-se até nossos dias.

O primeiro período tem suas origens na Antiguidade Clássica. Os geógrafos têm voltado às raízes da Grécia Antiga para ilustrar que a relação entre religião e geografia não foi inventada recentemente e que ambas, de fato, tiveram uma relação especial desde a Antiguidade, conforme aponta Lily Kong (1990).

Os interesses que uniam a geografia e a cosmologia representavam mais uma explicação religiosa do que científica. Surgem, nesse estágio inicial, as explicações teológicas para a ciência natural, sobretudo na geografia. Nos Séculos XVI e XVII, consoante a expansão européia, a geografia religiosa estava focalizada no mapeamento do avanço espacial do cristianismo no mundo, num trabalho impulsionado, primordialmente, pelo desejo de disseminar a fé cristã.

Em reação ao papel historicamente influente da religião na história européia e a uma historiografia que atribui à religião um papel exagerado na história mundial, os pensadores europeus esclarecidos dos Séculos XVIII e XIX, influenciados pelo pensamento iluminista, procuraram enfatizar o efeito do ambiente natural sobre as formas da experiência religiosa e a cultura em geral. Os geógrafos adotaram uma abordagem ambiental determinista em estudos realizados sobre a natureza essencial de diferentes religiões e seus ambientes geográficos. Este primeiro período permaneceu até o início do Século XX.

Após a 1ª Guerra Mundial, por volta de 1920, o desenvolvimento do pensamento religioso é influenciado pelas idéias de Max Weber. O pensamento weberiano caracte-

teriza bem este segundo período dos estudos de religião na geografia por representar a posição crítica à doutrina anterior. Ao invés de examinar a influência do ambiente sobre a religião, focalizou-se a influência da religião sobre as estruturas sociais e econômicas. Entretanto, os geógrafos rejeitaram essa vertente por bastante tempo; somente após a 2ª Guerra Mundial surgiram estudos tratando da religião como influência formativa do ambiente.

Nesse segundo período, os estudos de religião em geografia têm seu início com a análise da paisagem e seus fatos antropogeográficos relacionados. Os geógrafos buscam compreender as forças modificadoras da paisagem, como na posição possibilista da Escola Vidalina de Geografia, e particularmente da Escola de Geografia Cultural de Sauer, nas quais a paisagem é o objeto principal de pesquisa. Os estudos refletem o impacto da religião sobre a forma física da paisagem, negligenciando os significados simbólicos do lugar. Exceção se pode fazer ao trabalho de Deffontaines (1948), que examinou os significados simbólicos das residências em termos religiosos.

Na década de 60, as investigações religiogeográficas não apresentavam coerência de pensamento. Havia um grupo que direcionava o enfoque de suas análises da religião sobre o ambiente - *Prägung*; o outro grupo, Büttner (1985) denominou-o *Rückoppelung*, isto é, a influência do ambiente sobre o pensamento religioso. Com o advento da geografia da religião, a recomendação aos geógrafos foi dar atenção à reciprocidade das relações entre religião e ambiente. Essas relações são dialéticas e estudá-las apenas unidirecionalmente, em qualquer que seja a direção, seria irrealista. Comungam nesse pensamento os geógrafos Sopher (1967), Lewandowski (1984), Isaac (1959) e Büttner (1985).

A geografia, na realidade, durante a maior parte da primeira metade do Século XX, teve o interesse em estudar o comportamento do homem em relação ao meio ambiente; entretanto, o interesse dos geógrafos pelos significados simbólicos que surgem da vida social em determinados ambientes geográficos intensificou-se nos anos 60. O desenvolvimento da dimensão psicológica representou um autêntico acontecimento na ciência geográfica. Horácio Capel (1983)

ressalta "o que deve chamar a atenção é precisamente o atraso com que este descobrimento se realizou, levando-se em conta os temas que desde seu nascimento a geografia humana estudou".

No início dos anos 70, início do terceiro e atual período dos estudos de religião na geografia, ocorrem profundas transformações na geografia. Por razões sociais e intelectuais havia um descontentamento em face das concepções neopositivistas nas análises científicas. Surgiram movimentos de contestação ao modelo neopositivista, exigindo a adoção de novas matrizes epistemológicas para tornar claros os problemas sociais do sistema capitalista.

Este movimento de contestação deu lugar ao nascimento de uma atitude crítica entre os geógrafos, que os levou a buscarem no materialismo histórico e dialético a compreensão da problemática da organização socioespacial. Também questionaram-se, nesse período, os valores do homem e seu cotidiano, favorecendo o aparecimento da geografia humanista, apoiada nas filosofias do significado. Amplia-se, assim, a compreensão do simbolismo religioso. Neste terceiro período os estudos de religião em geografia refletem um lento ressurgimento da geografia cultural, no bojo da qual desenvolve-se a geografia da religião.

As pesquisas geográficas sobre religião, neste terceiro período, não apresentam consenso sobre a natureza do campo religioso-geográfico. Para David Sopher não havia ainda sido verificada a "gênese de um campo reconhecível". Para Tuan a geografia da religião é um "campo em desordem". Esta aparente desordem que Tuan menciona reflete diferentes posições de enfrentar o fenômeno religioso.

Deve-se dar maior atenção à expressão social da religião ou à experiência religiosa individual? O geógrafo, como cientista social, precisa tornar-se um estudioso da religião?

Manfred Büttner (1985) e Erick Isaac (1960) delinearam a geografia da religião como o estudo da parte desempenhada pela motivação religiosa na transformação da paisagem pelo homem. Erick Isaac, por exemplo, supõe a existência de um impulso religioso no homem que o leva a agir sobre seu ambiente de uma maneira que responda a uma necessidade. Para ele a tarefa da

geografia da religião consiste em "separar a matriz especificamente religiosa da matriz social, econômica e étnica na qual está embutida e determinar seu peso relativo em relação às outras forças na transformação da paisagem". Assim, tornava-se necessário que a geografia da religião desenvolvesse uma metodologia que a capacitasse a realizar suas tarefas. Os estudos do geógrafo alemão Manfred Büttner na delimitação do campo da geografia da religião têm sido aceitos pelos geógrafos alemães e anglo-saxônicos. O geógrafo orientado pela moderna geografia social da religião inicia sua investigação pela comunidade religiosa - *Religionskorper*. O principal interesse é reconhecer sua "estrutura espacial, as atividades que origina, suas atitudes mentais, a estrutura ocupacional e social associadas e outros aspectos".

A corrente francesa, por sua vez, sugere o estudo dos elementos religiosos nos estudos geográficos, colocando-os em igualdade de importância com os elementos políticos e econômicos, apesar de não haver, por parte dos geógrafos franceses, uma preocupação com a temática da religião. Paul Claval (1993), em artigo recente, aponta aos geógrafos da religião a tarefa de explorar o universo das representações mentais, bem como compreender como essas representações se inserem na paisagem e na organização do espaço. E sugere também o estudo da temática através da análise do sagrado e do profano na vida das coletividades humanas.

Pela abordagem anglo-saxônica, germânica e francesa, os geógrafos são convidados a pesquisar em diversas frentes, merecendo atenção as paisagens e construções investidas de significado religioso. E, para nossa reflexão, iniciaremos pela experiência religiosa de controle da paisagem e a organização do espaço afetado pela fé, ou seja, o espaço sagrado.

O CONCEITO DE ESPAÇO SAGRADO E ESPAÇO PROFANO

Émile Durkheim, ao propor a religião como coisa eminentemente social, determina o nascimento do fenômeno religioso, cujas representações sagradas são repre-

sentações coletivas que exprimem realidades coletivas.

As coisas sagradas equivalem ao poder e constituem, por excelência, uma realidade, conforme aponta Eliade. O homem tem necessidade de orientação, da ordem, do cosmo e, sendo assim, é fácil compreender que o ser religioso deseja profundamente participar da realidade de existir num mundo sagrado.

A palavra sagrado (do latim *sacratu* - aquele que recebeu a consagração - as coisas divinas) tem o sentido de separação e definição, implicando manter separadas as experiências sagradas das não-sagradas, isto é, profanas.

Desenvolvendo a idéia do sagrado como ordem, Eliade, Tuan e Douglas relacionam o momento religioso da consagração do mundo, isto é, o momento em que o espaço desconhecido, desocupado e na escuridão do caos é transformado simbolicamente pelo homem em Cosmos, mediante a repetição ritual da hierofania.

Para nosso estudo importa conhecer bem que o sagrado se manifesta totalmente sob a forma de hierofanias no espaço, qualificando-o como espaço sagrado. O espaço sagrado é um espaço demarcado e diferenciado pelo simbolismo que possui. Baseados no pensamento de Durkheim (1968), Mircea Eliade (1962) e Peter Berger (1985), definimos o espaço sagrado como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. É por meio dos símbolos, dos mitos e dos ritos que o sagrado exerce sua função de mediação entre o homem e a divindade. É o espaço sagrado, enquanto expressão do sagrado, que possibilita ao homem entrar em contato com a realidade transcendente chamada deuses, nas religiões politeístas, e Deus, nas monoteístas.

A manifestação do sagrado é indicada pelo termo hierofania que etimologicamente significa algo de sagrado que se revela. O sagrado manifesta-se sempre como uma realidade de ordem inteiramente diferente das realidades do cotidiano. São inúmeras as hierofanias. A manifestação do sagrado se dá num objeto qualquer, uma árvore, uma pedra ou uma pessoa, por exemplo. A hierofania revela este ponto fixo denominado centro e que contém o simbolismo de "fundação

de Cosmos", isto é, o "centro do mundo". O ponto fixo é determinado pela materialização do sagrado. O entorno possui os elementos necessários que compõem as formas espaciais. A hierarquia do sagrado no espaço é subjetiva, isto é, é dada pela sensibilidade do crente.

A estrutura do espaço sagrado implica a idéia da repetição da hierofania primordial que o consagra e assim transfigura-o, singulariza-o e isola-o do espaço profano.

A experiência do espaço sagrado opõe-se à experiência do espaço profano para o homem religioso. O primeiro tem um valor existencial para ele: é seu referencial. O profano, por sua vez, constitui aquele espaço em volta do espaço sagrado. A palavra profano etimologicamente implica a idéia de localização: o prefixo grego *pro* significa "em frente de", e *fano* significa "templo sagrado". Em relação ao espaço profano há interdições dos objetos e coisas que estão vinculados ao sagrado, numa realidade diferenciada da realidade sagrada.

O espaço sagrado e o espaço profano estão sempre vinculados a um espaço social. A ordenação do espaço requer sua distribuição entre sagrado e profano: é o sagrado que delimita e possibilita o profano. Assim sendo, os dois espaços, do sagrado e do profano, estão numa relação de "ideal" e "comum", "de excepcional" e "cotidiano". Essa relação é de tal natureza que a passagem de um plano para outro exige um "sacrifício". A palavra é derivada da expressão latina *sacra facere*, fazer sagrado, e, pelo costume, está associada a ritos que implicam a sujeição da coisa ou pessoa a um ser superior, que se encontra em outra esfera de grandeza.

A fim de colocar em evidência as diferenças existentes no espaço vivido pelo homem religioso, deseja-se apresentar um conjunto de temas que indicam várias possibilidades de tratamento geográfico da religião.

OS TEMAS: UMA PROPOSIÇÃO

É possível reconhecer o sagrado não como aspecto da paisagem, mas como elemento de produção do espaço. Lewandowski,

Weber Durkheim e outros sustentam, a este respeito, que as construções são moldadas pelas idéias de uma sociedade, assim como suas formas de organização econômica e social, a distribuição de recursos e autoridade, suas atividades, crenças e valores prevalecentes em qualquer período de tempo. De fato, critérios socioculturais podem ser muito mais importantes que fatores como clima e tecnologia para afetar a construção do espaço.

O temário proposto, em si, constitui parte do temário da geografia humana, introduzido na geografia da religião com a finalidade de estimular estudos sistemáticos e comparativos entre as diversas religiões e suas respectivas dimensões espaciais, visando tanto a encontrar analogias como formular princípios que, de um lado, unam a diversidade religiosa no espaço e, de outro, definam caminhos e práticas distintas.

O temário selecionado é constituído pelos seguintes temas:

- fé, espaço e tempo - difusão e área de abrangência;
- centros de convergência e irradiação;
- religião, território e territorialidade; e
- espaço e lugar sagrado: vivência, percepção e simbolismo.

É conveniente ressaltar que os temas em questão não são mutuamente excludentes entre si, ao contrário, interpenetram-se. Exemplificando, um centro de convergência religiosa está inserido no espaço de abrangência de uma determinada fé, o desfile de uma procissão no interior de um centro de peregrinação, por sua vez, pode ser visto como parte da vivência do espaço sagrado.

De modo geral, pode-se dizer que a experiência da fé nos classifica como crentes e descrentes. A fé identifica o crente num sistema religioso e o investe de poderes que só ele adquire em sua experiência religiosa. A perspectiva que interessa aos geógrafos está na análise da experiência de fé no tempo e no espaço em que ela ocorre.

A prática de peregrinação a lugares sagrados para benefício espiritual e para prestar homenagem é comum no islamismo. A visita religiosa a Meca data do Século VII e continua até nossos dias. Estudos desenvolvidos por Kong (1990), Sopher (1981), Jackson e Hudman (1990) nos informam

desse notável movimento de população no Oriente Médio.

No budismo o surgimento da peregrinação ocorreu após a morte de Gautama Buda, no Século VI, provavelmente iniciada pelos seus seguidores, na busca de lugares onde acreditavam encontrar as cinzas de Buda, que foram espalhadas pelo território indiano. O geógrafo Tanaka (1981), por sua vez, analisou os significados simbólicos no itinerário dos peregrinos e a topografia sagrada da ilha Shikoku no Japão.

A peregrinação cristã, que data do Século V, também é conhecida como romaria pelo fato de consistir inicialmente na ida de devotos de suas localidades a Roma. Os principais centros religiosos incluem Jerusalém, Roma, Lourdes e centenas de outros centros de convergência religiosa cristã espalhados pelo mundo. Existem santuários de nível internacional, nacional, regional e local.

É nesta poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas, ampliando muitas vezes o controle sobre territórios, que a religião se estrutura enquanto instituição. Os geógrafos Sack (1986) e Sopher (1981) analisaram o comportamento estratégico adotado por minorias religiosas dentro de domínios religiosos maiores e a mistura de comunidades religiosas em áreas de transições.

Como geógrafo da religião proponho o estudo do espaço através do sagrado, desvendando sua ligação com a paisagem e com a linguagem codificada pelo devoto em sua vivência no espaço. É acreditado ser nos espaços sagrados de romaria que a materialização do sagrado está mais nítida. Assim, selecionamos um dos temas para nosso estudo de caso - os centros de convergência e irradiação - em função da experiência religiosa do crente, da dimensão espacial do sagrado e da percepção e consciência do sagrado no lugar, atribuindo-lhe valor.

PORTO DAS CAIXAS: UM ESTUDO DE CASO

A preferência por Porto das Caixas deve-se pela ambivalência do lugar. Era preciso refletir sobre o significado do centro religioso, relativamente recente, ordenado e

seguro, numa periferia caótica e selvagem como a Baixada Fluminense.

Porto das Caixas é o segundo distrito do Município de Itaboraí. O pequeno núcleo encontra-se isolado da mancha urbana que, de Niterói, estende-se ao longo da BR-101 englobando o Distrito-Sede. O acesso à Vila de Porto das Caixas, que se acha a 7 km de Itaboraí, se faz por estrada secundária, de paralelepípedos. Esse trecho é ocupado, predominantemente, por áreas de pastagens, com poucas cabeças de gado. Há poucas habitações e as que existem são modestas e denotam não serem novas. Não é visível a expansão de loteamentos, tudo indicando que a propriedade fundiária desse setor da periferia urbana esteja em fase de "engorda", isto é, numa etapa de esterilização da terra, aguardando o processo de valorização fundiária que virá mais tarde, talvez, para fins urbanos.

A Gênese e a Dinâmica do Lugar

Porto das Caixas é um desses lugares marginais que, no conceito de Shields (1991), foram "deixados para trás" na corrida moderna para o progresso; transmite nostalgia e fascinação. Enquadrado na história da Baixada Fluminense, no Recôncavo da Guanabara, como importante porto fluvial e emporio comercial da cidade do Rio de Janeiro, constituiu um dos primeiros núcleos sobre o qual a Corte Portuguesa exerceu a sua influência, no período da colonização. Porto das Caixas exerceu sua predominância econômica e cultural como terceiro porto fluvial do Recôncavo da Guanabara.

O apogeu econômico que vivia o mundo colonial vai se refletir em Porto das Caixas. Até o início do Século XVIII as caixas de açúcar eram a base da riqueza econômica da cidade do Rio de Janeiro e de sua hinterlândia imediata. O nome Porto das Caixas está relacionado com as inúmeras caixas existentes no porto para a embalagem do açúcar.

As ligações comerciais entre Porto das Caixas e o Rio de Janeiro só foram quebradas pelo aparecimento das estradas de ferro. Os inconvenientes do transporte fluvial e o crescente tráfego de mercadorias e, acima de tudo, o café, foram fatores que levaram os homens de negócios e políticos da época a realizarem mudanças.

O declínio econômico de Porto das Caixas deu-se em dois momentos:

- o porto fluvial é substituído pelo "caminho de ferro" e permanece apenas em sua função de transporte de mercadorias e passageiros, não sendo mais a localidade um centro comercial; e

- o segundo momento ocorre com o deslocamento do centro de escoamento para o Rio de Janeiro. Em 1874, a Vila do Porto das Caixas transmite decadência econômica, social e cultural.

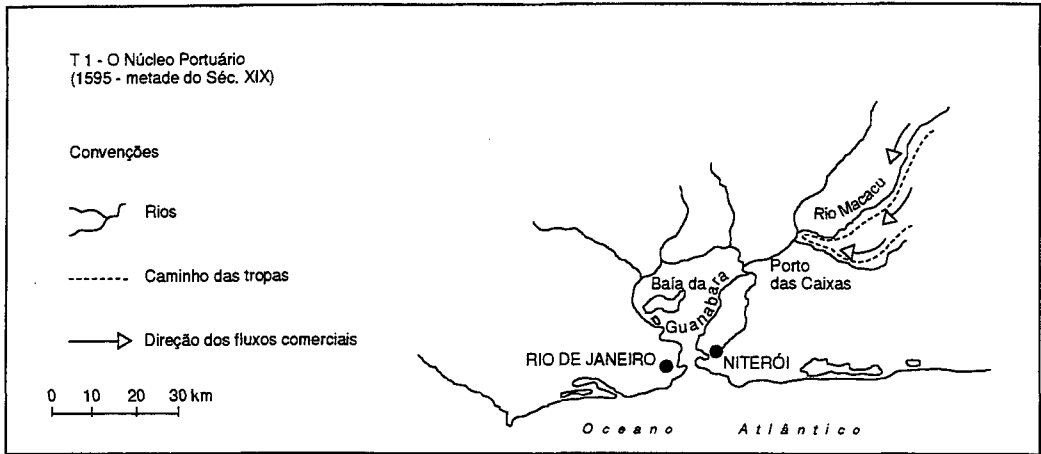
Por quase um século, até o ano de 1968, a história de Porto das Caixas é a história de sua exclusão no contexto metropolitano do Rio de Janeiro. A população que ali permaneceu vivia de uma precária economia baseada no artesanato - fabricação de esteiras - e se fechou sobre si mesma, perdendo seus contatos obtidos na vida de relações que nortearam o seu desenvolvimento nos séculos anteriores.

A hierofania ocorrida em Porto das Caixas possui uma conjuntura histórica. Trata-se de um fato religioso recente, ocorrido em 1968, ano de contestações no Brasil e em vários países do mundo. No Brasil, por mais de uma vez, movimentos religiosos contestaram a ordem social a que estavam submetidos. A produção religiosa de Porto das Caixas possui características singulares e reforça a linha sugerida por Bourdieu (1987) - é nos períodos de crise e transições que os movimentos proféticos tomam-se mais intensos.

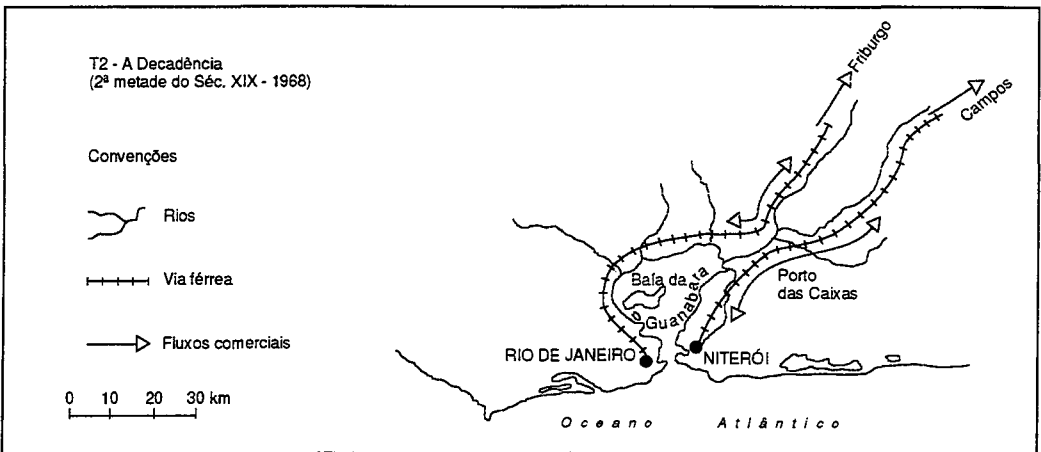
O Milagre marca o fim de uma fase e o início de outra na história de Porto das Caixas. As novas atividades relacionadas ao sagrado exigem um lugar no espaço e impõem uma nova arrumação para as coisas, uma organização do espaço diferente daquela que existia antes da hierofania. A devoção dos romeiros em Porto das Caixas também impõe um novo comando sobre o tempo. Estabelece-se o tempo sagrado, o tempo de festas.

Em Porto das Caixas a especificidade do lugar ao longo da História foi diferenciada. Em cada tempo histórico as combinações das variáveis assumiram características próprias que nos permitem periodizar as formas espaciais resultantes. Porto das Caixas desde sua origem até o presente apresenta três períodos perfeitamente marcados (Mapa 1):

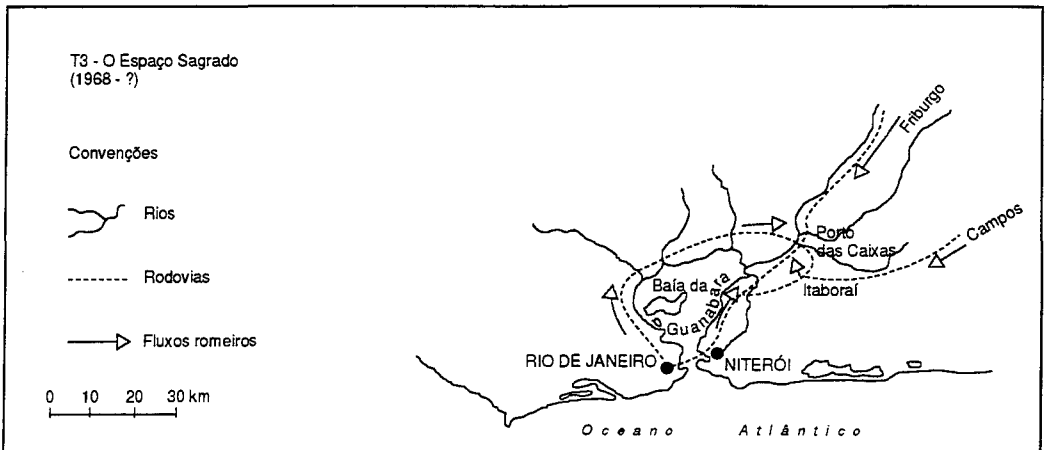
MAPA 1A, 1B E 1C
O PAPEL MUTÁVEL DO LUGAR FIXO



Rosendahl, Z.



Rosendahl, Z.



Rosendahl, Z.

T₁ - Inicia-se com a Fundação da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em 1595, pelos jesuítas; a localização da Vila de Santo Antônio de Sá, próximo ao rio Aldeia, garante-lhe as atividades de comércio e portuárias ligadas à Corte. Estende-se este período até a primeira metade do Século XIX, constituindo o período do apogeu da vida econômica e social de Porto das Caixas.

T₂ - Segunda metade do Século XIX a 1968. Foi marcado pela decadência econômica e social da vila, caracterizada pela perda do comércio e, sobretudo, pela inviabilidade da função de portoflúvia. Inaugura-se o transporte ferroviário na vila. A chegada do que é moderno no lugar muda as relações preexistentes e estabelece a combinação de outros elementos no lugar.

T₃ - Inicia-se em 1968 e estende-se até os dias de hoje. Marcado pela hierofania a re-atualização do sagrado e, conseqüentemente, pelo recrudescimento religioso do lugar.

O Centro Religioso

Para a compreensão do centro religioso abordaremos a natureza social dos participantes - os romeiros e os barraqueiros. Será investigado, então, o papel que representam como modeladores da organização espacial.

a) O Romeiro e suas Práticas Devocionais

O romeiro é um agente modelador do espaço. Em análise mais profunda das formas espaciais que são socialmente produzidas nas hierópolis ou cidades-santuários, seguimos o pensamento de Corrêa (1989), ao privilegiar o papel modelador dos agentes sociais na organização do espaço, atribuindo formas e funções variáveis no *tempo* e no *espaço*. O romeiro não é um agente modelador permanente ao longo do tempo como, por exemplo, os promotores imobiliários. O romeiro é um agente singular não permanente. Pode ser um operário, um comerciante, um desempregado que, num tempo singular, fora de seu cotidiano, metamorfoseia-se em um agente singular que atua em espaços também singulares. Nessa singularidade temporal - tempo sagrado - e espacial, os romeiros, enquanto tais, modelam através de suas crenças e de seus valo-

res o espaço sagrado e profano, ampliando-os e ratificando-os.

A visita a um espaço sagrado é, antes de mais nada, uma vivência afetiva. A partida, a viagem, a desinstalação do cotidiano, a própria linguagem do santuário aproximam o devoto do domínio do sagrado. A descoberta do sagrado é um ato emotivo de amor do crente para o seu Deus.

Inúmeras são as formas de um fiel expressar seus sentimentos. Oferecer uma flor como expressão de amor ou acender uma vela são exemplos claros. Existem outras mais complexas, uma vez que provêm do inconsciente, no qual cada símbolo possui um significado. Ao decodificá-los ressaltamos as seguintes práticas:

- visitar a imagem e seguir a procissão;
- a bênção d'água e a bênção da saúde; e
- "fazer" e "pagar" promessas.

Essas práticas religiosas possuem um roteiro mais ou menos preestabelecido na percepção hierárquica do peregrino de viver o sagrado no espaço e no tempo. Os fatores invisíveis presentes nas práticas religiosas só estarão essencialmente visíveis se interrogados. É preciso desvendar os símbolos do imaginário popular, como mais um meio de conhecimento do sagrado no espaço, através dos atos comportamentais dos romeiros.

A missa e a procissão representam, é claro, o sagrado oficial. A quermesse com as barraquinhas, os jogos e a dança são os elementos da distração, o divertimento para o grupo. Tudo é, ao mesmo, tempo expressão da legítima alegria e de fé autêntica à padroeira. Não se tem festas cívicas, nem pelo aniversário da vila, nem pelos eventos históricos do País. É, pois, no ritual religioso vivido no tempo-espaço sagrado de Porto das Caixas que os romeiros "consomem" os bens religiosos. Esse ritual representa um conjunto de práticas religiosas consagradas no catolicismo popular.

A prática religiosa de "fazer" e "pagar" promessa constitui uma devoção tradicional e bastante comum no espaço sagrado dos santuários católicos. A promessa como prática no catolicismo popular é uma manifestação de fé, que envolve o devoto e o santo numa relação direta, sem intermediários, isto é, ela é acessível a todos os

fiéis, sem mediação de especialistas eclesiásticos¹. Nos dias de hoje, nos santuários católicos, pagar promessa é uma prática do catolicismo popular que não depende da intervenção do poder eclesiástico para ser adotado pelos fiéis. O devoto paga a promessa na hora, na forma e na maneira que deseja, não havendo nenhuma hierarquia lógica, nem hierarquia religiosa, e, no dizer de Ribeiro de Oliveira (1977), o que “*caracteriza o catolicismo popular é a privatização das relações dos homens com os seres sagrados*”, isto é, um relacionamento direto e personalizado.

Pode-se classificar em duas modalidades básicas essas relações entre o fiel e o santo: relação de aliança e a relação contratual. Vejamos cada uma delas que, para Ribeiro de Oliveira, “*embora normalmente elas se completem e venham associadas, guardam características distintas e merecem ser consideradas separadamente*”. A relação de aliança ou modo devocional constitui uma relação de aliança entre o fiel e o santo. O devoto deve prestar um culto ao seu santo padrinho de modo regular. As maneiras de se expressar, porém, são pelos mais diversos modos de culto e obedecem a certas particularidades de cada santo. O santo, por sua vez, deve proteger o seu devoto nesta vida e facilitar seu acesso à vida eterna. Em troca, o santo exige confiança e devoção de parte do afilhado. A segunda modalidade é a relação contratual. Trata-se de um contrato que o fiel faz com o santo tendo em vista a obtenção de uma graça. Entende-se por graça um benefício ou um favor que os santos concedem a quem lhes pede. Quase sempre a graça tem caráter protetor. Quando a graça alcançada tem a dimensão de impossível aos homens, ou possui efeitos extraordinários, recebe a denominação de “milagre”. Obtida a graça significa que o santo fez a sua parte do contrato. Agora cabe ao fiel cumprir com a dele, que consiste mostrar seu agradecimento por meio de “paga”. É um ato de culto que tende a reduzir a religiosidade ética a uma norma estritamente formalista do “do ut des”². Segundo

Max Weber, as promessas e o emprego de orações para obter bens materiais pelo devoto, através do favor divino, estão presentes na religiosidade cotidiana das massas de todos os tempos e povos e também em todas as religiões.

Finalmente resta falar do contrato em que o fiel cumpre a sua parte antes do santo cumprir a sua. Trata-se da prática religiosa da novena, isto é, o ato de culto repetido nove vezes. Ao término da novena, o santo está na posição de devedor, até que a graça seja alcançada. O fiel poderá “castigar” o santo pelo não recebimento da graça.

No Santuário de Porto das Caixas, as “pagas” das graças recebidas estão documentadas na “Sala dos Milagres” através das inúmeras modalidades e formas de pagamento.

A permanência dos romeiros no espaço sagrado é maior no tempo de festas do que nos fins de semana. Nos dias de festa, apenas 39% dos romeiros permanecem 24 horas no santuário, participando da Vigília de Orações, vigília que ocorre no tempo sagrado em 25 e 26 de janeiro. Por sua vez, 61% vem participar da festa, mas não permanecem na vigília. Fora do tempo de festa não é usual passar a noite no santuário.

Os romeiros de Porto das Caixas são “peregrinos de um dia”³, isto é, permanecem no santuário de seis a sete horas: chegam pela manhã e assistem à missa no Pavilhão; visitam a capela original, na qual está a imagem milagrosa de Jesus Crucificado. O roteiro devocional atinge ali, no lugar sagrado, o seu ponto alto. Após permanecer numa fila, quase sempre longa, o devoto se aproxima da imagem, toca-a, faz suas orações e sai da Capela. As poucas horas de permanência dos romeiros no santuário são vivenciadas com grande intensidade, num comportamento cheio de fé, piedade e devoção. A razão principal das peregrinações é a devoção. Os romeiros que vão pela curiosidade ou pelo passeio representam apenas 12%, mas eles afirmam que também vieram para rezar.

¹ Pela divisão do trabalho religioso bourdieusiano, os especialistas, agentes socialmente reconhecidos como únicos capazes de produzir, reproduzir, gerir e distribuir os bens religiosos, ao se constituírem como tais, diferenciam-se em relação aos leigos ou profanos, estes caracterizados por sua destituição do capital religioso (enquanto trabalho simbólico acumulado) e pela consciência do desconhecimento desse capital (BOURDIEU, 1987).

² “do ut des” é expressão que simboliza “toma lá dá cá” na religião (WEBER, M., 1964).

³ “Pèlerin d'un jour” é o nome dado por Rinschede (1985) aos peregrinos do santuário de Lourdes, que permanecem apenas algumas horas no santuário; essa classificação ocorre porque lá existe os peregrinos que permanecem hospedados em hotéis por mais de um dia.

O espaço-tempo no cotidiano do romeiro é a vivência de sua prática religiosa. Na tentativa de reproduzir a permanência do romeiro no Santuário, consideramos as informações obtidas nos questionários aplicados. Assistir à missa, fazer a confissão e receber a comunhão, numa vivência com o sagrado oficial, e voltar para casa sem o exercício das demais atividades, está restrito a um grupo pequeno de devotos, ou seja, a apenas 10% do total: eles vão a Porto das Caixas para fazer suas orações. Generalizando, pode-se dizer que 90% dos romeiros reproduzem no santuário a vivência do catolicismo popular com seus rituais religiosos no ato de agradecer ou "pagar promessas"; aqueles representam 58%, enquanto os que "fazem" e "pagam" promessas representam 20% da totalidade dos romeiros. A vivência do sagrado para esses romeiros está expressa num código próprio produzido pelo imaginário social em suas relações reais entre o devoto e o santo.

A maioria das promessas refere-se a ocorrências que poderiam afinal ter um encaminhamento não religioso. O crente, ao sentir-se ameaçado pelas contingências da vida ou quando encontra-se diante do desespero e da inoperância das soluções humanas, procura nas divindades as soluções que deseja. No espaço sagrado de Porto das Caixas agrupamos as promessas em três grupos que definem o "triângulo das necessidades". No seu ápice está a saúde; num dos vértices da base, o trabalho, o emprego e os problemas de moradia; do outro lado da base, estão a formação da família, o amor, e a harmonia no lar.

Saúde, trabalho e amor são as três carências maiores das mensagens, com percentuais que, em realidade, aumentaram de um ano para outro. As necessidades que apresentaram declínio não são prioritárias no momento, isto é, estão com percentuais inferiores aos registrados anteriormente. Foram aquelas relacionadas à compra de moradia. Mantendo percentuais menores estão as mensagens que pedem solução para os problemas de bebidas, drogas e o fumo.

A religiosidade popular brasileira também está relacionada às conjunturas mundiais. O conflito no Kuwait, no início do ano de 1991 e o "estado de guerra" imposto pelos meios de comunicação realimentaram o estado de

temor, que é uma característica determinante da religiosidade popular - o temor do castigo de Deus aos homens. Os pedidos relacionados às desgraças da guerra haviam sido esquecidos pelos crentes no ano anterior (1990). Em 1992 reaparecem os pedidos de paz para o Brasil, revelando uma relação com a conjuntura nacional; o fim da corrupção e a honestidade dos governantes são lembrados em relação à conjuntura política que viveu o país com a exclusão do Presidente da República de suas funções.

No Santuário de Porto das Caixas a pesquisa empírica demonstrou a "especialidade na saúde". Os pedidos relacionados à saúde em sua maioria pedem a cura de doenças, o êxito em operações cirúrgicas, e representam 41% dos pedidos ao santo, conforme indica Rosendahl (1994). A religiosidade na Baixada da Guanabara cumpre, assim, uma função social que se refere à tese de Bourdieu (1987) de livrar os crentes da angústia existencial, da contingência e do sentimento de abandono, ou mesmo da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte.

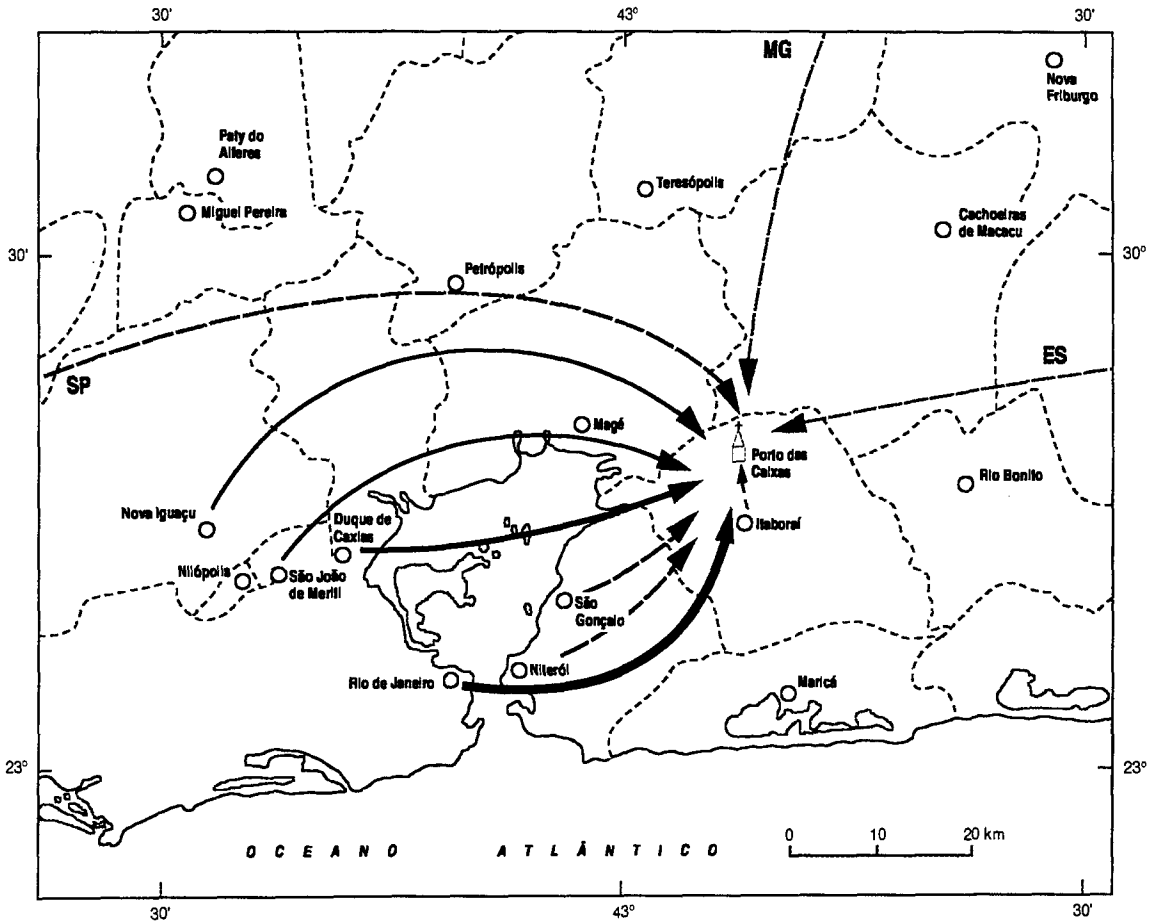
b) A Procedência dos Romeiros

Os romeiros são os responsáveis pelo dinamismo no espaço sagrado. Atraídos pela fé, por razões de ordem social ou por curiosidade, eles se deslocam durante todo o ano. A frequência, porém, é maior nos fins de semana, principalmente aos domingos. Sempre foi programa do homem religioso a procura de Deus no plano físico e visível e o lugar onde isto ocorre é o Santuário.

A festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, a festa do aniversário do milagre e os domingos de romarias representam o ritmo do tempo sagrado. Quando esse tempo social muda o espaço muda igualmente. Por ocasião das festas o fluxo de romeiros ao santuário é maior que nos outros domingos; os peregrinos visitam Porto das Caixas desde 1968, de ônibus de excursão (Mapa 2), automóveis particulares (Mapa 3), ônibus e trem.

A procedência dos romeiros ao Santuário de Porto das Caixas tem se apresentado sem grandes variações. Pela análise dos

MAPA 2 PROCEDÊNCIA DOS ROMEIROS (EXCURSÕES)

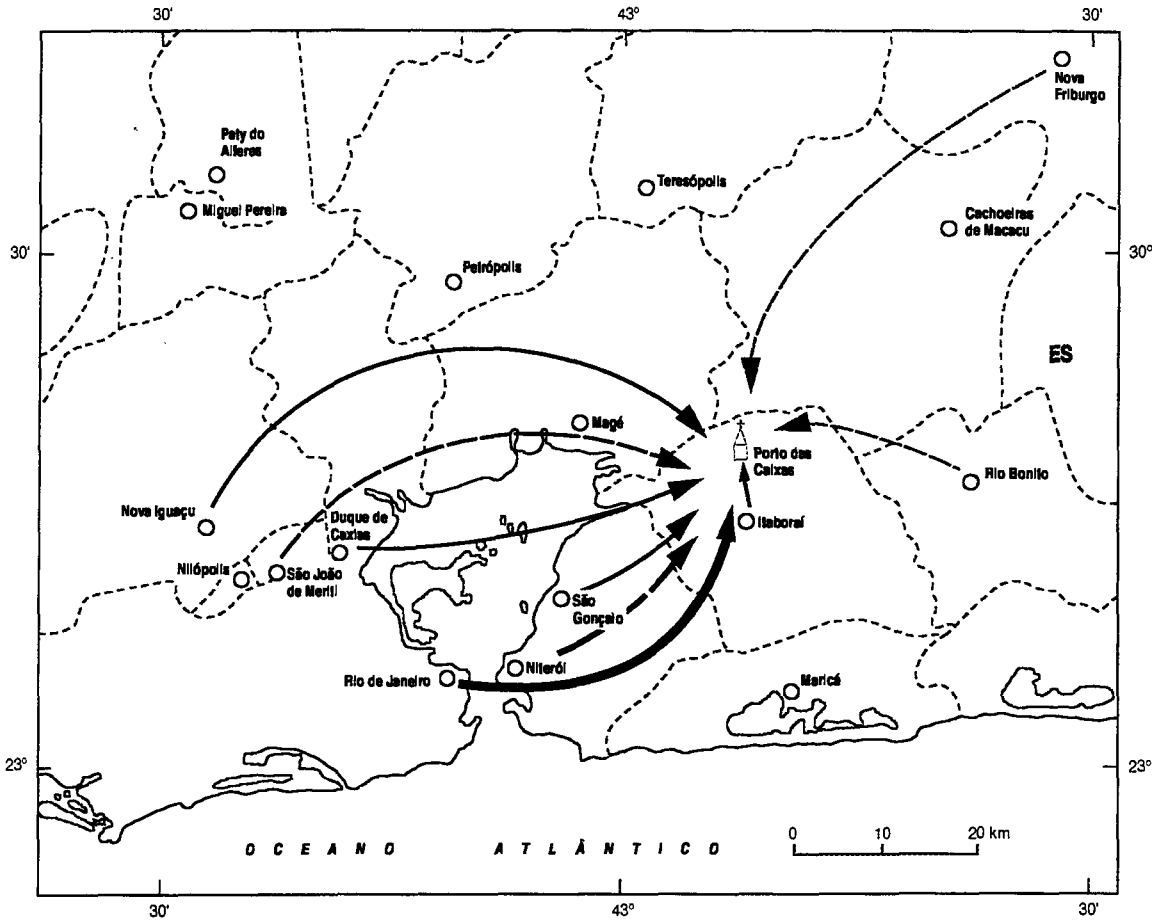


Convenções

- até 10%
- 10 a 20%
- 21 a 35%
- 36% e +

1 - Rio de Janeiro	41%
2 - Duque de Caxias	21%
3 - São João de Meriti	15,2%
4 - Nova Iguaçu	11,0%
5 - Niterói	3%
6 - Itaboraí	2,8%
7 - São Gonçalo	2,0%
8 - Minas Gerais	2,0%
9 - São Paulo	1,0%
10 - Espírito Santo	1,0%

MAPA 3 PROCEDÊNCIA DE ROMEIROS EM VEÍCULOS (PLACAS)



Convenções

- até 5%
- 5 a 10%
- 10 a 20%
- + de 20%

- | | |
|------------------------|-----|
| 1 - Rio de Janeiro | 50% |
| 2 - Niterói | 12% |
| 3 - Itaboraí | 9% |
| 4 - Nova Iguaçu | 8% |
| 5 - Duque de Caxias | 7% |
| 6 - São Gonçalo | 6% |
| 7 - São João de Meriti | 4% |
| 8 - Nova Friburgo | 2% |
| 9 - Rio Bonito | 2% |

Organizado por Rosendahl, Z.

dados empíricos o romeiro mantém um comportamento sistemático e repetitivo no espaço. O procedimento empregado foi o de análise do material empírico a cada espaço-tempo sagrado, isto é, a cada festa religiosa, para reconstituir teoricamente a mobilidade geográfica através de uma atividade religiosa. Tal procedimento permitiu a comparação de dados novos, a cada festa, com as informações obtidas anteriormente: os resultados se confirmavam a cada tempo. A mobilidade temporal representada pelos romeiros assegura a estabilidade e permanência do sagrado em Porto das Caixas e também o caracteriza como um Santuário da Baixada Fluminense ao se afirmar que 77% do total geral de romeiros, sem discriminar o transporte utilizado, é proveniente da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e apenas 19% dos romeiros são moradores no núcleo carioca da região metropolitana. Assim, o núcleo central, somado à periferia, perfaz 96% da procedência total dos peregrinos.

Na tentativa de caracterizar o romeiro típico que frequenta o Santuário de Porto das Caixas, privilegiamos as informações recolhidas por nós no espaço-tempo sagrado; trata-se de um grupo social de moradores da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Considerando, porém, o seu lugar de nascimento o grupo dos romeiros é essencialmente de imigrantes do Nordeste, que representam 47% dos romeiros. São naturais das regiões do Sertão e do Agreste, principalmente dos Estados do Ceará e da Paraíba. Outros são naturais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O romeiro, longe de seu universo social, sente-se desprotegido, isolado, e, como reação de suas frustrações, procura de imediato a vivência com o sagrado; a busca de sua identidade cultural caracteriza a caminhada ao santuário. É a religião que “põe as coisas no lugar”, é o santo que reproduz o modelo hierárquico do mundo em que o romeiro deseja viver. “Ser devoto do santo” confere segurança e o sentimento de pertencer a um grupo. É no santuário popular que estão as referências de sua identidade cultural. A romaria tem também a função de socialização para o migrante. A saudação sertaneja brasileira “Deus te dê saúde, fortuna e felicidade” permanece no Santuário da Baixada Fluminense e está confirmada no triângulo dos pedidos.

c) Os Barraqueiros

Comércio e religião são atividades associadas. Pode-se classificá-lo como um tipo de comércio particularmente destinado à demanda dos romeiros. Originou-se com a chegada dos peregrinos, sendo até então desconhecido pelos moradores do lugar. Os barraqueiros exercem uma atividade inovadora no espaço e representam um grupo de pessoas de grande expressão econômica no atual contexto social de Porto das Caixas; esses comerciantes são os moradores de melhores condições de vida.

Classificamos os barraqueiros em “fixos” e “ambulantes”. São considerados por nós como “fixos” aqueles barraqueiros que possuem barracas permanentes próximas ao Santuário, localizadas dentro do pátio da igreja e na Praça da Matriz; como “ambulantes” enquadram-se aqueles que armam suas vendas nos fins de semana e nas festas religiosas ao redor das barracas fixas.

Pode-se dizer, a respeito da organização espacial dos barraqueiros, que cada ponto do espaço torna-se efetivamente importante devido ao movimento dos fiéis. A valorização de cada ponto decorre da acessibilidade do peregrino ao lugar de venda.

d) A Organização Espacial da Vila

Com a manifestação do “milagre”, a comunidade de devotos convergiu ao santuário e desde 1968 vem impondo uma organização espacial diferenciada no tempo e espaço sagrado.

A dimensão simbólica do espaço em Porto das Caixas é dada pelos grupos sociais que frequentam o santuário e diferenciam, de maneira espacial, o sagrado e o profano. De fato, nas cidades-santuários do catolicismo popular, o sagrado e o profano coexistem; porém, torna-se difícil distingui-los em seus limites; dado o arranjo repetitivo das formas espaciais nos santuários, podemos falar de uma topografia religiosa.

O espaço sagrado abrange a área mais elevada, geralmente uma colina, situando-se aí a capela com a imagem do santo ou da santa; coincidindo com a parte mais baixa do terreno fica o espaço destinado ao comércio e ao lazer, numa espetacular mescla entre cerimônia religiosa e atividades profanas.

Com a finalidade de compreender melhor a segregação que ocorre na organização

espacial pela valorização que o sagrado impõe ao lugar, é possível reconhecer três espaços diferenciados entre si: **O espaço sagrado, o espaço profano diretamente vinculado às atividades religiosas, e o espaço profano indiretamente vinculado ao sagrado.**

No espaço sagrado de Porto das Caixas é possível distinguir dois elementos fundamentais, o ponto fixo e a área circundante. As formas espaciais ali existentes cumprem funções que estão diretamente associadas ao roteiro devocional. O ponto fixo foi determinado pela ocorrência da hierofania, materializada na imagem de Jesus Crucificado de Porto das Caixas. A Figura 1 indica os dez elementos que compõem o entorno e suas formas espaciais. A hierarquia do sagrado no espaço é subjetiva, isto é, é dada pela sensibilidade e preferência do romeiro. Ape-

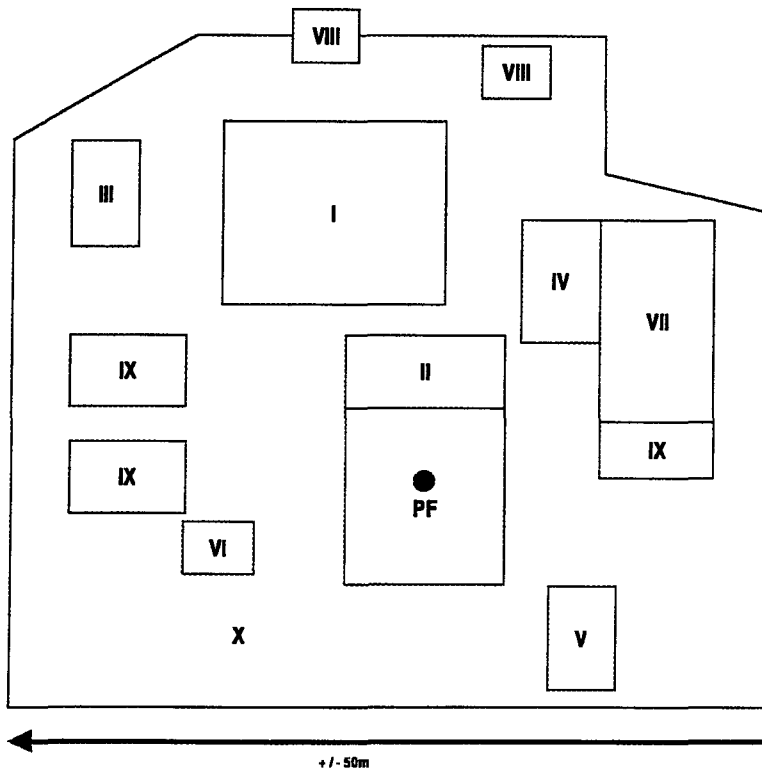
sar de cada elemento espacial possuir função específica, no conjunto acham-se integrados ao roteiro devocional do peregrino.

Vejamos agora a configuração do espaço profano na vila. Os elementos decorrem de sua articulação com o sagrado; como tal definimos duas formas espaciais para análise: o espaço profano diretamente vinculado ao sagrado e o espaço profano indiretamente vinculado ao sagrado.

Primeiramente consideramos o espaço profano diretamente vinculado ao espaço sagrado (Figura 2). Apresenta forte ligação com as atividades religiosas e a distribuição das atividades não-religiosas nas proximidades da Igreja, em dois eixos principais: na Av. Nossa Senhora da Conceição e na Rua Madureira, transversal à primeira.

FIGURA 1

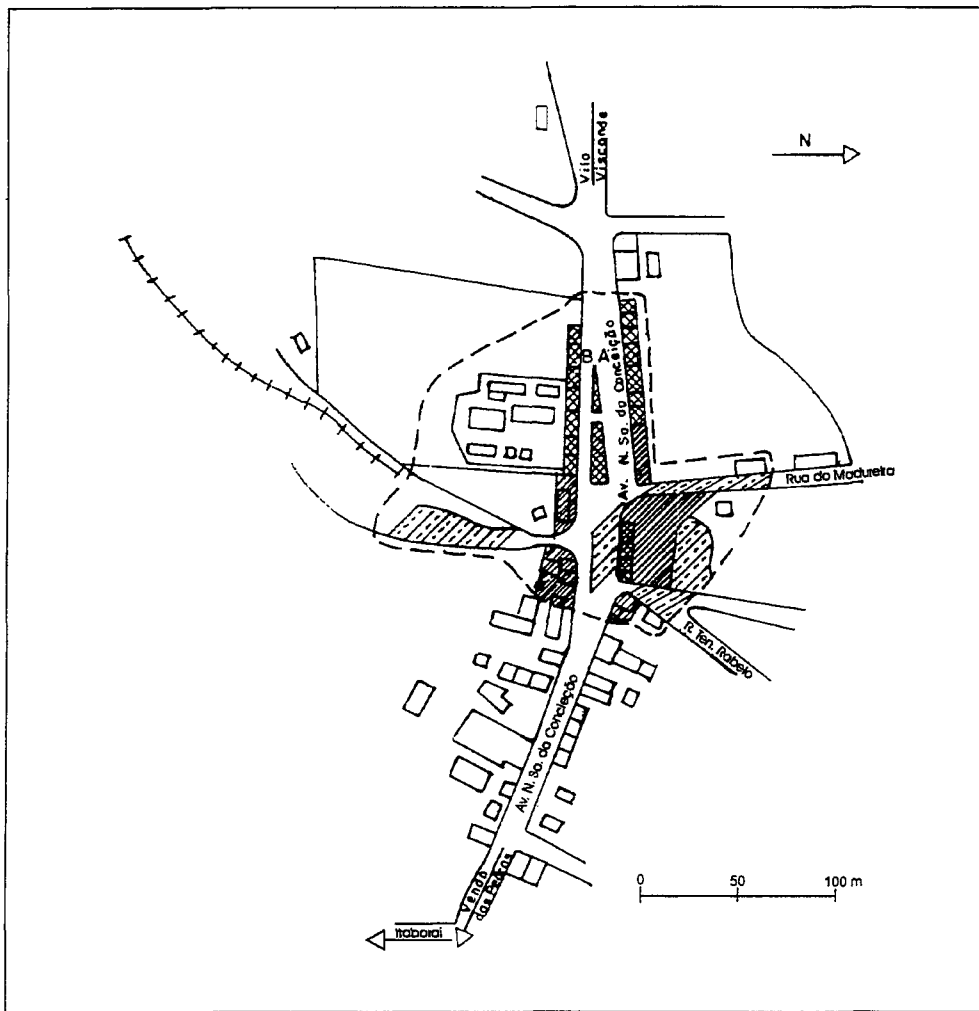
ESPAÇO SAGRADO DE PORTO DAS CAIXAS EM JULHO DE 1993



- Imagem Milagrosa
- I. Pavilhão
- II. Sala dos Milagres
- III. Local das Velas
- IV. Secretaria da Igreja
- V. Casa Paroquial
- VI. Pia Batismal e "bicas"
- VII. Refeitório para os peregrinos
- VIII. Banheiros para os peregrinos
- IX. Lojas de comércio da Igreja
- X. Pátio

FIGURA 2

ESPAÇO PROFANO DIRETAMENTE VINCULADO AO ESPAÇO SAGRADO EM PORTO DAS CAIXAS



- Convenções
-  Espaço sagrado
 -  Comércio de barracas
 -  Bares, lanchonetes, bazares
 -  Estacionamento
 - Limite do centro religioso
 - ++++ Estrada de ferro desativada

No lado A da Av. Nossa Senhora da Conceição localiza-se o comércio de legumes, de frutas e verduras, provenientes dos sítios vizinhos e que são vendidos em barracas de madeira. Em direção à praça principal um mercado de pequeno porte atende aos moradores, mas o nível de demanda é baixo. O mercado não faz parte da rede de grandes supermercados, nem está ligado às lojas de Itaboraí - pertence à família de antigos moradores e é anterior ao milagre. Ainda no lado A, entre a Rua Madureira e a Rua Tenente Rabelo, localizam-se lojas, restaurantes e bares. A loja-bazar concentra mercadorias diferenciadas em relação a sua utilidade; são bibelôs, bijuterias, recipientes de plástico para transporte de água benta e outros artigos utilizados nos rituais devocionais. O único restaurante atende aos romeiros de maior poder econômico, possuindo estacionamento próprio; o movimento de domingo se estende de 9 às 15 horas. Os bares e as biroschas estendem-se além da Rua Tenente Rabelo.

No lado B da Av. Nossa Senhora da Conceição acham-se localizadas as biroschas, as barracas de cerâmica e a venda de flores; são de madeira e utilizam o muro em comum com a Igreja. Lanchonetes e pastelarias encontram-se próximas ao estacionamento na lateral da Igreja; trata-se de uma área em estado precário de conservação, apresentando um declive suave voltado para a Baía da Guanabara. Na lateral da Igreja, há um túnel ferroviário do Século XIX que corta a praça central, estando atualmente abandonado; foi aterrado para ampliação da Av. Nossa Senhora da Conceição e para favorecer a localização coesa de barraquinhas de vendas dos artigos religiosos próximo à Igreja.

Na praça em frente à Igreja estão agrupados os barraqueiros do comércio do sagrado. São aproximadamente dez barracas agrupadas com divisórias comuns de madeira e teto de zinco; ali os romeiros têm a possibilidade de escolher diferentes tipos de artigos religiosos, porém eles são da mesma procedência. O conjunto coeso de artigos religiosos em frente à Igreja, a

variedade e a diversidade das mercadorias expostas à venda evidenciam uma dessacralização do sagrado no comércio do centro religioso.

No espaço profano indiretamente vinculado ao sagrado (Figura 3) o poder do romeiro, como agente modelador, é menor. Os elementos constitutivos do espaço profano indiretamente vinculado ao espaço sagrado revelam funções direcionadas aos moradores da vila, mas não totalmente excludentes aos romeiros. O espaço indiretamente vinculado vem se delineando devido aos loteamentos.

Aparecem então as formas espaciais que representam a própria dimensão da sociedade da vila em seus espaços residencial, comercial e de serviços. A partir da hierofania na década de 70 há uma pequena retomada da expansão da Vila de Porto das Caixas. Nos dias de hoje, a existência de uma rua principal - a Av. Nossa Senhora da Conceição -, onde se concentram as residências, o comércio e o lazer, exprime bem parte das transformações havidas na vila. A ocupação da Rua Madureira indica o crescimento da vila na direção norte. A ocupação mais antiga fica compreendida entre a rua principal e o rio Aldeia, incluindo-se também o trecho da ferrovia.

O comércio local concentra-se na Av. Nossa Senhora da Conceição, nas proximidades da Igreja. É constituído de um açougue, um aviário, uma mercearia, um "supermercado" e seis bares. Não há posto médico, apenas uma farmácia. Também não há posto telefônico, havendo um orelhão dentro de loja comercial, o acesso a ele estando restrito ao horário de funcionamento da loja. Os moradores dispõem de uma creche-maternal, de ensino religioso ministrado pelas freiras, e uma Escola Pública de 1º Grau.

Descendo a rua principal em direção à Baía da Guanabara, encontram-se as ruínas de uma usina de álcool e sua vila operária; aproveitando o abandono da antiga fábrica, algumas famílias ocupam, em condições precárias, as instalações fabris e as casas.

Defronte à vila operária uma bifurcação leva, de um lado, à Cerâmica Portuense, e, de outro, à Fazenda da Cruz. A Cerâmica é a única fábrica da vila e o maior empregador local, absorvendo uma centena de empregados. A Fazenda Macacu, de propriedade de empresário na área de transporte coletivo, cria gado em suas terras.

Do estudo do espaço sagrado de Porto das Caixas emerge uma característica específica do lugar. Localizado na Baixada Fluminense, constitui um núcleo integrado à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a função de centro de convergência de peregrinos o qualifica como dotado de forte singularidade, pois está integrado por fluxos constantes aos domingos, dia em que os outros núcleos da periferia não apresentam forte integração, pois são, na maioria dos casos, núcleos-dormitórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A característica fundamental da Vila de Porto das Caixas está em sua função religiosa; recebe a cada fim de semana 2 000 pessoas no Santuário. Com base nessa avaliação, julgamos que a Vila deva receber algo em torno de 100 mil visitantes anualmente.

O aparecimento do fenômeno religioso reorganiza o lugar e, de certa forma, o poder religioso redimensiona o econômico, o político e o social na vila, afetando conseqüentemente a sua organização espacial.

BIBLIOGRAFIA

- BERGER, P. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de: J. C. Barcellos. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- BOURDIEU, P. A. *Economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BUTINER, M. et al. Zur Geshiche und Systematik der Religionsgeographie. In: GEOGRAPHIA Religionum. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1985. p. 15-122. (Interdisziplinäre Schriftenreihe zur Religionsgeographic, n. 1).
- _____. Kantund moderne Religionsgeographie von der Mikro - zur Makroreligionsgeographie. In: GEOGRAPHIA Religionum. Berlin: Dietrich Reimer Verlag. 1986. p. 11-30. (Religionum. Interdisziplinäre Schriftenreihe zur Religionsgeographie, n. 2).
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la geografia contemporanea*. Barcelona: Barcanova, 1983.
- CLAVAL, P. Le thème de la religion dans les études géographiques. *Geographie et Cultures*, Paris, n. 2, p. 85-111, 1992.
- CORRÊA, R. L. *Espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- DEFFONTAINES, P. *Géographie et religions*. Paris: Gallimard, 1948.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. Tradução de: Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Perspectivas, 1976.
- DURKHEIM, E. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- ELÍADE, M. L'espace sacré: centre du monde. In: TRAITÉ d'histoire des religions. Paris: Payot, 1959. p. 314-329.
- _____. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Tradução de: Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil, 1962.
- EVANS-PRITCHARD, E. *Theories of primitive religion*. London: Oxford University Press, 1966.

- FRAZER, J. *Magic and religion*. London: Thinker's Library, 1945.
- ISAAC, E. Religion, landscape and space. *Landscape*, California, n. 9, p. 14-18, 1959-1960.
- JACKSON, R., HUDMAN, L. E. *Cultural geography, people, places and environment*. St. Paul: West Publishing Company, 1990.
- KONG, L. Geography and religion: trends and prospects. *Progress in Human Geography*, London, v. 14, n. 3, p. 355-371, 1990.
- LEWANDOWSKI, S. J. The built environment and cultural symbolism in postcolonial Madras. In: AGNEW, J. A. et al. *The city in cultural context*. Boston: Allen and Unwin, 1984. p. 237-254.
- RIBEIRO DE OLIVEIRA, P. A. Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira. *Religião e Sociedade*, n. 2, p. 111-113, nov. 1977.
- _____. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- RINSCHÉDE, Das Pilgerzentrum Lourdes. *Geographia Religionum*, Berlin, n. 1, 1985.
- ROSENDAHL, Z. A busca da saúde na sala dos milagres. *Travessia*, v. 7, n. 20, p. 29-31, set. 1994.
- SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SHIELDS, R. *Place on the margin*. Routledge: University of Lancaster, 1991.
- SOPHER, D. *Geography of religions*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.
- _____. Geography and religions. *Progress in Human Geography*, London, v. 5, n.4, p. 511-524, 1981.
- TANAKA, H. The Evolution of pilgrimage as a spatial symbolic system. *The Canadian Geographer*, Toronto, v. 25, n. 3, p. 240-251, 1981.
- TUAN, Y. F. Sacred space: exploration of an idea. In: BUTZER, K. *Dimension of human geography*. Chicago: [s.n.], 1979. (Chicago Research Paper).
- WEBER, M. Sociologia de la comunidad religiosa. In: ECONOMIA y Sociedad I. México; Buenos Ayres: Fondo de Cultura Económica, 1964.

RESUMO

Porto das Caixas é um espaço sagrado do catolicismo popular da Baixada Fluminense. A pesquisa se insere na Geografia da Religião, aborda teoricamente o papel do sagrado e do profano na organização espacial do lugar. A Vila de Porto das Caixas apresenta uma forma singular de integração à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através da peregrinação que, desde 1968, converge ao Santuário de Jesus Crucificado.

A questão central é desvendar a organização espacial do lugar sagrado, reconhecendo a relação da gênese e a dinâmica da peregrinação em seu contexto global. O estudo das hierópolis ou centros religiosos se preocupa com o espaço sagrado e sua re-criação pela pulsação rítmica e sistemática que ocorre a cada tempo sagrado. O agente modelador do espaço é o romeiro que representa simultaneamente o produtor e o consumidor do sagrado no espaço.

Considera-se o milagre ocorrido em 1968 como marco do fim de uma fase e o início de outra em Porto das Caixas. Na primeira fase, o núcleo urbano caracterizou-se por ter sido um ativo porto fluvial que, com a ferrovia, entrou em decadência. O milagre ressuscitou a então decadente vila.

O estudo analisa a estrutura social dos romeiros e daqueles que participam das atividades comerciais vinculadas ao sagrado.

ABSTRACT

Porto das Caixas is the sacred space of the Baixada Fluminense (State of Rio de Janeiro Lowlands). This research inserts itself in the Geography of Religion. To make it, we theoretically re-constructed the role of the sacred and profane in the spatial organization of the place site, that presents a singular form of integration to the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, through the pilgrimage that, since 1968, converges to the Sanctuary of the Crucified Jesus of Porto das Caixas.

The central question is to disclose the Geography of the sacred place, recognizing the relation of genesis and dynamics of the pilgrimage in its global context. The study of the hieropolis and sanctuary-cities concerns the production of sacred space and its re-creation by the rhythmic and systematic pulsation which occurs at each sacred time. The modelling agent of space is the pilgrim, who simultaneously represents the producer and the consumer of the sacred in space.

It is considered the miracle occurred in 1968 as a benchmark of the end of a period and the beginning of other. In the first period Porto das Caixas was a river port which functions were blighted with the railroad. The miracle reborn the small urban place.

The study considers the social structure of pilgrims and of those concerned to commercial activities related to the sacred.

DINÂMICA ECONÔMICA E REORGANIZAÇÃO ESPACIAL. NOTAS SOBRE O CASO DA EXPANSÃO DO CAPITAL URBANO NO ESPAÇO AGRÁRIO NA AMAZÔNIA*

*Angela Moulin S. Penalva Santos***

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento capitalista transferiu o eixo econômico do espaço agrário para o espaço urbano, ao longo do processo de industrialização. Este desenvolvimento foi marcado pela transferência de recursos, população em particular, para as cidades, onde se situavam os novos investimentos. Em função disso, o aumento da taxa de urbanização da população passou a ser considerado um indicador de desenvolvimento, enquanto que o campo passou a ser identificado com atraso e tradicionalismo.

O aprofundamento da acumulação capitalista tem levado, entretanto, a expansão

do capital urbano em direção ao espaço agrário. Este tornou-se uma das órbitas de valorização do capital. Esse novo direcionamento do fluxo do capital tem trazido modificações importantes no relacionamento entre campo e cidade, implicando na necessidade de requalificar a hipótese em que relaciona desenvolvimento com urbanização. Estas novas relações cidade-campo representam uma nova forma de estruturação do espaço, devendo ser consideradas na formulação de políticas públicas.

Neste artigo procuramos investigar o fenômeno da expansão dos capitais urbanos em direção ao espaço agrário, tomando como referência estudo de caso de comerciantes estabelecidos em cidades nos projetos de colonização na Amazônia.

*Recebido para publicação em 20 de outubro de 1994.

Este artigo originou-se de um relatório elaborado pela autora e por Manoel Augusto de Andrade Magina no âmbito do projeto BRA 89/008, do Contrato IPEA/PNUD.

**Doutora em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP e Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FCE/UERJ.

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITAL URBANO EM DIREÇÃO AO ESPAÇO AGRÁRIO

Um dos processos geradores das novas relações campo-cidade foi a modernização técnica da agricultura brasileira. Este processo, amplamente investigado na literatura econômica, estabeleceu estreitos vínculos entre o setor agrícola e os setores industriais a montante e a jusante, intensificando e diversificando as relações de troca entre o campo e a cidade.

A modernização da agricultura estabeleceu, por exemplo, novas funções às cidades: trata-se da necessidade crescente de serviços urbanos de agricultura moderna. Ao contrário dos antigos empreendimentos agrícolas, a moderna empresa agropecuária não pode ter uma organização autárquica por demandar serviços que por sua natureza se estruturam nos núcleos urbanos. Estes são os casos dos serviços de telecomunicações, financeiros, *marketing*, manutenção de equipamentos, assistência técnica, dentre outros.

Contudo, a dimensão econômica das relações campo-cidade não se restringiu à articulação inter-setorial agricultura-indústria ou à constituição dos Complexos Agroindustriais. Uma outra modalidade de integração econômica entre campo e cidade, objeto de nossa atenção, diz respeito à expansão de capitais oriundos de atividades urbanas no meio rural. Neste caso, não se trata de uma simples relação de troca entre setores, e sim da ampliação direta de capitais acumulados na cidade em áreas rurais.

Este fenômeno parece extremamente relevante, pois expressa claramente a revalorização do campo e que agora buscamos focalizar ao nível das relações econômicas. É relevante, igualmente, por recolocar questões que são importantes para a compreensão das transformações do agrobrasileiro, isto é: a) a questão do mercado de terras e da apropriação fundiária por agentes econômicos da cidade; b) a questão

do uso produtivo *versus* o uso especulativo da terra; e c) o redimensionamento do campo enquanto fronteira de negócios para capitais acumulados na cidade. Tais questões nos levam a considerar o estudo sobre a expansão de capitais de origem urbana, no meio rural, bastante revelador das novas relações entre campo e cidade.

Apesar de sua importância, poucos estudos foram realizados acerca do tema. Já foi mencionado que a modernização da agricultura brasileira tem sido amplamente estudada. No entanto, a maioria destes estudos focaliza as relações inter-setoriais agricultura-indústria, a exemplo das importantes contribuições de J. Graziano da Silva (1978), G. Mueller (1989), A. Kageyana (1990), J. Wilkinson (1986), dentre outros.

Com relação aos investimentos não agrícolas no campo, destaca-se o singular trabalho de Delgado (1985). Ao estudar a articulação entre a agricultura e o capital financeiro no País a partir da década de 70, o autor focaliza a expansão de grandes conglomerados econômicos no setor agrícola. Este processo, por ele denominado de fusão de capitais, distingue-se da articulação inter-setorial (integração técnica agricultura-indústria) por envolver a apropriação da terra para fins produtivos e/ou especulativos.

O investimento em terras agrícolas para fins produtivos está articulado à diversificação produtiva do capital industrial e comercial, sobretudo daqueles que possuem vínculos a jusante com a agricultura (indústrias alimentares, têxteis, supermercados). Por outro lado, os investimentos em terra por parte de grandes empresas ligadas a setores sem vínculos diretos com a agricultura, constituem estratégias de valorização patrimonial, a exemplo do capital bancário e de vários segmentos do capital industrial. Nestes casos, a produção agropecuária representa parcela ínfima na receita das empresas, muito embora as propriedades agrícolas possuam peso importante nos seus patrimônios.

A aplicação de capitais industriais, comerciais e bancários no setor agrícola, seja para fins produtivos seja para fins de diversificação patrimonial, constitui manifestação concreta de um dos mais importantes pro-

cessos de articulação rural-urbano, qual seja, a transformação da terra em ativo financeiro.

De fato, a terra agrícola passa a constituir-se em um ativo, concorrendo com outros títulos no mercado financeiro. Não obstante sua menor liquidez, a terra representa uma alternativa estável para o investidor, pois não está sujeita às oscilações do mercado financeiro que, por sua vez, tem sido objeto de intervenções do governo justificadas por políticas de estabilização. Além disso, trata-se de um ativo que oferece oportunidade de valorização produtiva. É neste contexto que se verifica a aplicação de investidores urbanos em terras agrícolas.

Há, contudo, na apreciação deste fenômeno de expansão de capitais da cidade para o campo uma ausência de estudos sobre a atuação do pequeno capital, ou seja, dos agentes econômicos de pequeno porte que, muitas vezes sob a forma de pessoas físicas, investem recursos obtidos em atividades urbanas na aquisição de terras e na produção agropecuária. Estes pequenos investidores, embora tenham um raio de atuação bem menor do que o das grandes empresas (geralmente limitando-se ao entorno de suas cidades), constituem agentes de inegável importância no processo de articulação rural-urbana.

Mais do que o caráter especulativo que, historicamente, a terra assumiu no País, a compra de terras agrícolas por pequenos agentes da cidade apresenta um novo significado. Num contexto em que a terra, conforme já foi dito, constitui um ativo à semelhança de títulos financeiros, é possível que a atuação do pequeno capital urbano no mercado de terras represente uma estratégia de diversificação dos rendimentos, análoga a das grandes empresas. Uma vez que as possibilidades de escolha das diferentes alternativas de investimento no mercado financeiro são reduzidas em face do menor volume de capital, a compra de terras

parece ser uma opção segura para o pequeno investidor.

Queremos destacar, portanto, o fato de que a expansão de capitais da cidade para o campo, que entendemos como uma das dimensões das novas relações entre campo e cidade, envolve não somente a atuação de grandes empresas como também do pequeno investidor. A falta de estudos conceituais e empíricos faz com que as considerações aqui feitas acerca das estratégias desses pequenos agentes urbanos estejam ainda no campo das especulações. No entanto, constituem o ponto de partida para o estudo de caso que focalizamos na seção seguinte¹.

URBANIZAÇÃO E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NA AMAZÔNIA

A colonização dirigida foi uma das estratégias de ocupação da fronteira amazônica. Desde fins da década de 60 até o final dos anos 70, foi implantada uma série de projetos de colonização oficiais, através do INCRA, e privados, através de colonizadoras particulares.

Projetados para assentar população no campo, os projetos de colonização agrícola na Amazônia contribuiriam para aumentar a produção de alimentos (e com isso, diminuir as pressões inflacionárias oriundas da oferta agrícola inadequada); arrefecer o crescimento urbano nas cidades já densamente ocupadas (o que diminuiria os dispêndios com investimentos de infra-estrutura urbana); além de evitar o enfretamento do problema da estrutura agrária, baseada no latifúndio, com a transferência dos "excedentes de população rural"(realizando o que ficou conhecido como "reforma agrária pacífica").

¹O exame que agora faremos sobre a aplicação de capitais no campo por parte de pequenos comerciantes da Amazônia baseia-se em um levantamento de dados primários realizado em 1991 para a pesquisa "A Colonização da Amazônia", desenvolvida no IPEA/RJ, em convênio com o PNUD. O objetivo principal desta pesquisa foi o de analisar as condições socioeconômicas dos colonos estabelecidos em 8 projetos de colonização dirigida nos Estados do Pará e Mato Grosso, durante a década de 80, bem como avaliar as perspectivas de reprodução social num contexto de auto-sustentabilidade. Por isto foram levantadas informações tanto dos colonos agricultores como também dos comerciantes que se estabeleceram nos núcleos urbanos dos projetos estudados. São, portanto, nas informações acerca dos comerciantes locais que apoiamos nosso estudo empírico.

A exemplo da ocupação de outras fronteiras de recursos, como o Oeste Americano e mesmo o Paraná, os núcleos urbanos dos projetos de colonização foram planejados para dar suporte à atividade agrícola. Esta foi planejada para estar centrada em apenas um ou poucos produtos. Mais do que as dificuldades de armazenamento e comercialização, a dependência da cotação de um único ou poucos produtos foi responsável pelo fraco desempenho econômico da agricultura nos projetos de colonização.

No entanto, a hipótese corrente, ao longo da década de 80, que explicaria este resultado indicava o relacionamento entre produtores agrícolas e comerciantes. Estes últimos imporiam preços mais altos aos agricultores que recorriam ao comércio local para abastecer-se, bem como estavam submetidos aos preços mais baixos na venda dos produtos agrícolas aos comerciantes. Isto é, haveria uma apropriação da renda agrícola por parte dos comerciantes que impedia a reprodução da condição de pequeno agricultor. Vale dizer, ocorreria a clássica drenagem

de recursos do campo em direção à cidade. Em razão disso, muitos vendiam seus lotes, realizavam um lucro patrimonial, com o que aumentava o tamanho médio das propriedades agrícolas que progressivamente passavam por um processo de reconversão do uso da terra da agricultura para a pecuária. A pequena demanda por força de trabalho engendrada por esta atividade, por sua vez, também contribuía para a transferência de população do campo para as cidades.

A significativa taxa de urbanização da população da Amazônia e a das localidades de colonização, em particular, indicam que a estratégia de manter a população no campo não tem sido exitosa. A população dos núcleos urbanos daquelas localidades dá sinais de que está estabelecida aí, desenvolvendo atividades que lhe permite reproduzir-se em condições vantajosas, quando comparadas com sua situação anterior à vinda para a Amazônia. A Tabela 1 apresenta o crescimento demográfico nas localidades de colonização e indica a sua taxa de urbanização.

TABELA 1

POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE URBANIZAÇÃO E POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO O TIPO DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA - PARÁ E MATO GROSSO - 1970/1991

TIPO DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDA	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA DE URBANIZAÇÃO(%)		POPULAÇÃO URBANA RELATIVA EM 1991
	1970	1980	1991	1980/1991	1991/1980	
Pará	2 161 316	3 411 868	5 084 726	57,9	48,0	...
Colonização oficial	43 662	121 419	236 247	178,1	94,6	...
Altamira	15 345	48 164	120 441	213,9	150,1	43
Medicilândia	-	17 406	38 043	-	118,6	10
Pacajá	-	17 943	30 784	-	71,6	13
Monte Alegre	28 317	37 906	46 979	33,9	23,9	36
Mato Grosso	601 042	1 141 661	2 020 581	88,9	77,0	...
Colonização particular	-	26 265	79 439	-	202,5	...
Alta Floresta	-	14 085	46 396	-	229,4	73
Paranaíta	-	3 883	12 154	-	213,0	54
Nova Mutum	-	1 086	5 491	-	405,6	38
São José do Rio Claro	-	7 211	15 398	-	113,5	54

A política de colonização dirigida mudou o perfil demográfico da Amazônia. Além dos migrantes que se estabeleceram nos projetos de colonização, a ocupação da região atraiu novos fluxos migratórios espontâneos. Cabe destacar, entretanto, a inesperada taxa de urbanização verificada na população atual das localidades de colonização, situação que caracteriza a população da própria fronteira Amazônica como um todo.

Assim, a estruturação da região Amazônica tem sido realizada com população majoritariamente urbana, ao contrário do ocorrido nas outras regiões de fronteira acima mencionadas. Isso reflete uma situação em que os interesses urbano-industriais já tinham se tornado em centro dinâmico da economia brasileira, a fronteira amazônica, inclusive.

Considerando que as cidades da colonização foram planejadas para dar suporte às atividades primárias que, em grande medida, apresentaram mau desempenho econômico, poder-se-ia supor que o crescimento da população urbana local não se sustentaria. A hipótese mais difundida nos anos 80 era de que estas cidades atrairiam os excedentes de população expulsos da área rural e que, num momento subsequente, os próprios núcleos urbanos expulsariam esta população por incapacidade de geração de renda que permitisse sua incorporação na economia local.

O que se observa, contudo, é que as cidades têm se consolidado. Os núcleos urbanos vêm sendo emancipados à condição de novos municípios e o comércio tem se firmado como principal atividade a sustentar as economias locais.

Caberia questionar-se sobre a estrutura destas economias, responsáveis pelo dinamismo observado nas atividades urbanas, independente do mau desempenho da agricultura. Em primeiro lugar, é fundamental considerar a injeção de recursos na economia local através das transferências governamentais. Os recursos governamentais despendidos nas atividades de apoio à agricultura e na estrutura administrativa das localidades de colonização emancipadas à condição de municípios contribuem para consolidação das atividades comerciais que se tornam, elas próprias, a base econômica destas localidades. A padronização do consumo, que constitui fator de suma importân-

cia para potencializar as atividades mercantis nos pequenos centros urbanos, representa outro ponto a ser destacado na consolidação nas economias daquelas cidades. Ademais, cabe mencionar a renda gerada pela atividade garimpeira, muito importante em alguns projetos de colonização.

Tais fatores se conjugam para sustentar o nível de atividade econômica nos núcleos urbanos, traduzindo-se em elevadas taxas de rentabilidade auferidas pelos comerciantes, permitindo que estes diversifiquem seu patrimônio. É dentro deste contexto que se insere a expansão dos capitais urbanos em direção do espaço agrário.

ACUMULAÇÃO MERCANTIL E INVESTIMENTO EM TERRAS

Os núcleos urbanos dos projetos de colonização, desde sua origem, tiveram como função permitir a circulação da produção agrícola e atender à demanda dos colonos. Vale dizer, a agricultura deveria constituir-se em atividade dinâmica sustentando o comércio localizado nas cidades. No entanto, a agricultura tem sofrido uma grave crise, sentida mais intensamente nas localidades de colonização privada do que na oficial. Em Mato Grosso vem ocorrendo mesmo a erradicação de culturas implantadas no início da colonização, como é o caso da cultura do café nos projetos de Alta Floresta e Paranaíta, ambos da colonizadora INDECO. O uso da terra vem sendo crescentemente reconvertido para a atividade pecuária. Importante também são as atividades extrativistas: ouro nos acima mencionados projetos da INDECO e madeira, particularmente em São José do Rio Claro.

Por outro lado, a inversão no comércio permitiu notável valorização do patrimônio daqueles que se dirigiram aos projetos de colonização, maior mesmo do que a aplicação no ativo financeiro típico dos pequenos investidores, caso da caderneta de poupança, cuja remuneração mensal é de 0,5%. A Tabela 2 apresenta as taxas de acumulação média mensais auferidas por comerciantes, bem como a participação dos comerciantes que têm ativos agrícolas (terras e animais).

TABELA 2
ACUMULAÇÃO MERCANTIL NAS CIDADES DE COLONIZAÇÃO
PARÁ E MATO GROSSO - 1991

CIDADES	TAXAS DE ACUMULAÇÃO (média mensal)	ATIVOS AGRÍCOLAS(%)	
		Dos comerciantes	No patrimônio
PARÁ			
Colonização oficial			
Altamira	1,53	26	10,6
Medicilândia	2,20	33	47,3
Pacajá	1,95	10	41,5
Monte Alegre	5,04	33	25,6
Mato Grosso			
Colonização particular			
Alta Floresta	4,35	53	41,6
Paranaíta	(-) 0,29	71	33,8
Nova Mutum	2,94	12	3,0
São José do Rio Claro	0,90	36	2,2

FONTES - IBGE, Pesquisa de campo, 1991.

A acumulação mercantil permitiu que muitos dentre os comerciantes da amostra diversificassem seu patrimônio, investindo na aquisição de Terras e Animais. Esta diversificação patrimonial foi movida pelo interesse em aplicar especulativamente num ativo real, principalmente entre os comerciantes da colonização privada. Conforme se pode observar na tabela acima, é justamente nos dois projetos da INDECO, onde as culturas agrícolas foram praticamente erradicadas, que a participação dos ativos agrícolas no patrimônio dos comerciantes foi maior. Essa imobilização em terras deve-se ao efeito combinado da descoberta de ouro naquela região com a rentabilidade auferida no comércio.

Dada a instabilidade da economia brasileira, com modificações bruscas nos preços relativos, a imobilização em "Terras" pode constituir-se numa alternativa para assegurar o valor do patrimônio. Quanto ao ativo "Animais", além de conservar o valor patrimonial - ou até aumentá-lo, já que a variação do preço do gado tem sido maior do que a variação do IGP - proporciona alto grau de liquidez.

É curioso observar que a participação dos ativos agrícolas está mais disseminada entre

os comerciantes que mantêm relacionamento mercantil com outros comerciantes estabelecidos nas Regiões Sudeste e Sul do País, conforme sugere os dados da Tabela 3. Nesta tabela, distribuímos os comerciantes de acordo com o tipo principal de relacionamento mercantil no qual estão envolvidos: se são principalmente fornecedores para o mercado meramente local, da Região Norte-Nordeste, para o Centro-Oeste ou para o Sul-Sudeste; ou se constituem mercado consumidor para os agentes estabelecidos naqueles mesmos locais.

Podemos verificar que as maiores taxas de acumulação encontram-se no comércio Local/Norte e Local/Sul, basicamente caracterizado pela venda de produtos agrícolas e florestais, beneficiados ou não. É este tipo de comércio que responde também pelos maiores percentuais de ativos agrícolas no patrimônio dos comerciantes. Destaca-se aí, também, o comércio Sul/Local que diz respeito ao fornecimento de produtos industrializados, desde alimentos até eletrodomésticos, muito dinâmico em função da tendência à padronização do consumo.

TABELA 3

**TAXA DE ACUMULAÇÃO MERCANTIL E PARTICIPAÇÃO DOS ATIVOS
AGRÍCOLAS NO PATRIMÔNIO DOS COMERCIANTES, SEGUNDO O
TIPO DE ÁREA DE ALCANCE DE SEUS MERCADOS - 1991**

TIPO	NÚMERO DE QUESTIONÁRIO	TAXA DE ACUMULAÇÃO (%)	ATIVOS AGRÍCOLAS NO PATRIMÔNIO DOS COMERCIANTES (%)
Local/Local	31	2,61	16,5
Local/Norte	3	8,32	37,2
Local/Centro-Oeste	-	-	-
Local/Sul	11	3,04	61,3
Norte/Local	1	1,45	-
Centro-Oeste/Local	7	1,20	15,9
Sul/Local	26	1,84	34,0

FONTE - IBGE, Pesquisa de Campo, 1991.

Observa-se que são os comerciantes que intercambiam com o Sul aqueles que mais diversificaram seu patrimônio, investindo em ativos agrícolas. Considerando que os sulistas migraram para a região, especialmente os que se dirigiram aos projetos de colonização privada, movidos pelo interesse em estabelecer-se diretamente na atividade comercial na área urbana das localidades de colonização, conclui-se que a rentabilidade de seus negócios tem permitido que se tornem proprietários fundiários. Assim, em última instância, a condição de proprietário de terras ainda atrai os migrantes para a fronteira amazônica, ainda que a origem do seu capital acumulado seja o comércio.

Esta diversificação patrimonial não aponta para uma transferência de atividade urbana para a rural. Ao contrário, os entrevistados alegam que pretendem manter-se na condição de comerciantes, mas elegem a compra de terra e a atividade pecuária como alternativas de aplicação de seu capital acumulado. Neste sentido, as atividades mercantis não são temporárias, ao contrário, estão estabelecidas de modo a propiciar aos que a elas se dedicam renda que lhes permitam sobreviver e/ou acumular patrimônio na fronteira amazônica.

Podemos, desta forma, afirmar que a acumulação mercantil nos projetos de colonização estudados tem gerado estratégias de diversificação patrimonial que envolvem a

compra de terras agrícolas, tanto para fins meramente especulativos, como sugerem os dados referentes aos projetos privados onde a valorização da terra é maior, quanto para fins produtivos, como parece ocorrer na colonização oficial.

Cabe observar, entretanto, que a própria dinâmica demográfica, anteriormente mencionada, aponta para uma superação da estagnação agrícola, ainda muito dependente do relacionamento comercial com o Sul. O crescimento da população regional e mais, o crescimento da taxa de urbanização da população, sugere uma nova alternativa para a agricultura local, destinada ao abastecimento alimentar daquela população. Neste contexto, o movimento de expansão de capitais urbanos em direção ao espaço agrário apresenta perspectivas rentáveis, não devendo ser reduzidas a inversões apenas especulativas, com base em investimentos públicos do governo federal tão característicos dos anos 60 e 70.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O exame que procuramos realizar sobre os investimentos de pequenos agentes urbanos no mercado de terra na Amazônia teve como intuito retratar um fenômeno que

vem ocorrendo com freqüência em todo o País, sobretudo no entorno dos núcleos urbanos. Este fenômeno apresenta particularidades que o diferem da forma historicamente dominante de apropriação especulativa da terra no País, a qual está associada a constituição de latifúndios.

Em primeiro lugar, devemos destacar o momento histórico atual em que a terra agrícola se transforma em um ativo à semelhança dos títulos financeiros, o que por si só gera novas expectativas por parte dos agentes econômicos. Esta característica muda completamente o significado da terra enquanto reserva de valor. Conseqüentemente, a especulação com terras assume novas formas. A compra de terra para futura valorização, muito comum até os anos 70, torna-se em tempos de crise econômica e ciclo inflacionário, estratégia pouco atraente para o investidor, tendo em vista a existência de ativos mais rentáveis e de maior liquidez no mercado financeiro.

Vale lembrar, por sua vez, que o contexto que dá novo significado econômico à compra de terras é marcado também pela redefinição jurídica da função social da propriedade rural, legitimada na Constituição de 1988, amplamente desfavorável à especulação fundiária. Neste contexto, a apropriação especulativa da terra não passa mais, necessariamente, pela subutilização ou semi-abandono de propriedades rurais.

Finalmente, observa-se que a compra de terras tem sido objeto de diversificação patrimonial não apenas por parte de grandes empresas, mas também por pequenos investidores urbanos. Estes vêm na compra de ter-

ras agrícolas uma fronteira de novas oportunidades de aplicações rentáveis de capital.

Num contexto de mudança de um modelo de desenvolvimento tão polarizado, como o que caracterizou o desenvolvimento da economia brasileira, para um outro mais descentralizado, apresentando tendência à desconcentração da população, observa-se uma expansão de novos negócios nas pequenas e médias cidades. Estas, por sua vez, gerarão impactos positivos na economia de suas áreas de influência, vale dizer, representarão mercados a serem abastecidos por produção alimentar de suas áreas rurais. Este cenário sugere intensificação do uso produtivo da terra agrícola e, portanto, perspectivas de dinamização nas formas de apropriação da terra.

Este fenômeno de expansão dos capitais urbanos em direção ao espaço agrário não é uma característica da Amazônia, mas corresponde a uma tendência na qual o capital tende a homogeneizar o espaço mediante a apropriação para fins de geração de lucro. Neste contexto, o espaço agrário torna-se completamente submetido à lógica de acumulação capitalista, o que contribui para levar, tendencialmente, à superação das distinções na forma como se apresenta o campo e a cidade. Na Amazônia, apesar de se constituir numa região de ocupação recente, em processo de estruturação, este fenômeno já está presente e encontra menos resistência em se expandir por falta de ocupação anterior consolidada. Portanto, o que se apresenta como tendências nas regiões já consolidadas, na Amazônia emerge como característica ainda mais nítida.

BIBLIOGRAFIA

- DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Icone: Universidade de Campinas, 1985.
- KAGEYANA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C., GASKES, J. G., VILLA VERDE, C. M. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. 574 p.
- MUELLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: HUCITEC, 1989. (Série Estudos Rurais).
- SILVA, J. Graziano (Org.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- WILKINSON, J. *O estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: HUCITEC, 1986. (Série Estudos Rurais).

RESUMO

Este trabalho parte da premissa de que o capitalismo, em seu processo de desenvolvimento, vai apresentando desdobramentos espaciais que acabam por conferir à cidade a condição de *locus* privilegiado de acumulação. Uma vez, contudo, que as oportunidades de investimentos rentáveis na cidade vão diminuindo, o espaço agrário se apresenta como uma fronteira de novas oportunidades, o que acaba resultando em novas relações entre campo e cidade que não podem ser reduzidas apenas à clássica drenagem de recursos do campo em direção à cidade. Estas novas relações cidade-campo não são características apenas das regiões de ocupação já consolidada, mas também das áreas de ocupação recente, como é o caso da Amazônia, mesmo nas localidades cuja incorporação à economia capitalista se deve a projetos de colonização agrícola.

ABSTRACT

This paper considers that Capitalism, in its development process, present spacial unfoldings that confer to the City the condition of main "locus" of accumulation. Since, however, that diminishes the profitable opportunities of new investments into the City, the agrarian space presents itself as a frontier of new opportunities. This results in new relationships between City and Field that cannot be simplified only as the classical drainage of resources from the Field to the City. This new relationship "City-Field" is not common only in consolidated areas, but also in areas of recent occupation, for instance, Amazon, even in small villages where the incorporation to the capitalist economy is due to the agrarian colonization projects.

IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL*

*Roberto Lobato Corrêa***

O TEMA

A gestão do território constitui o conjunto de práticas visando, no plano imediato, à criação e ao controle de uma dada organização espacial, isto é, as formas espaciais, suas funções e sua distribuição no espaço. Visa também ao controle dos processos que afetam a organização espacial, entre eles a concentração e a dispersão das atividades no espaço. Em última instância a gestão do território, uma faceta da gestão econômica, política e social, constitui um poderoso meio através do qual se viabiliza a reprodução da sociedade como um todo (Corrêa, 1992).

Como fato social a gestão do território é caracterizada por uma historicidade definida a cada momento por agentes e práticas distintas. Na fase atual do capitalismo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas e o Estado são, efetivamente, os principais agentes da gestão do território.

O centro de gestão do território, por outro lado, é aquela cidade onde se localizam, de

um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nelas sediadas. Ressalte-se que a concentração dos órgãos do Estado e de sedes de empresas em uma mesma cidade não é incomum.

Como foco político-administrativo, a magnitude de um centro é dada pelo número e nível hierárquico dos órgãos estatais nele situados, pela importância do Estado na vida nacional e pela dimensão e riqueza do território sob sua jurisdição. Enquanto ponto focal de sedes de empresas admite-se que, quanto maior é o seu número, maior é a dimensão dessas empresas, medida pelo montante de produção e pelo número de pessoas empregadas, e, quanto maior e mais rico o espaço sob controle delas, maior será a magnitude do centro de gestão. Estas correlações já foram evidenciadas por diversos autores como Pred(1974), Borchert(1978) e Goodwir (1965) para os Estados Unidos, Strickland e Aiken (1984) para a Alemanha e Corrêa (1968) e Cordeiro (1987), entre outros, para o Brasil.

* Recebido para publicação em 20 de outubro de 1994.

** Professor Visitante do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A presente pesquisa foi realizada no âmbito do LAGET (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/UFRJ), tendo sido financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

O presente estudo considera os centros de gestão do território enquanto locais de concentração de sedes sociais de empresas. Neste sentido um dos modos de se identificar e qualificar tais centros consiste em considerar a distribuição espacial de unidades financeira e administrativamente dependentes de empresas neles sediadas. O número de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, a diversificação das atividades controladas e o número de pessoas empregadas são variáveis úteis para tal identificação e qualificação.

Objetivando identificar e qualificar os centros de gestão do território no Brasil considera-se o conceito de assalariado externo como base para o propósito acima especificado. Por assalariado externo compreende-se, segundo Fillâtre comentado por Rochefort e Hautreux (1963), aquele empregado que trabalha em estabelecimento (fábrica, loja, agência bancária, etc.) pertencente a uma empresa cuja sede se localiza em outro lugar que não o do estabelecimento. Assim, os empregados da fábrica de cigarros da Companhia de Cigarros Souza Cruz localizada em Uberlândia, Minas Gerais, são assalariados externos da metrópole carioca, onde se localiza a sede da referida empresa.

A importância do conceito em tela reside no fato dele indicar o controle que um dado centro exerce sobre a vida econômica, política e social de um determinado lugar, afetando o nível de empregos diretos e indiretos, a renda e os impostos. Mais do que isto, quando acompanhado da descrição das atividades em que estão empregados, constitui em dado capaz de indicar a inserção de cada lugar na divisão territorial do trabalho da empresa e do País, região ou em âmbito internacional.

O controle exercido pelo centro de gestão do território resulta tanto da criação pela empresa nele sediada de atividades em outros lugares, como da absorção de empresas ou unidades pertencentes a empresas concorrentes. Criação e absorção que se inserem no processo de expansão marcado seja pela concentração horizontal, seja pela concentração vertical ou integração, seja ainda por ambas e pela diversificação (Corrêa 1991). Esta expansão, por sua vez, deriva de necessidades intrínsecas à empresa (e ao sistema capitalista) e vincula-se à necessi-

dade de novas localizações caracterizadas pelo acesso e controle das matérias-primas, fontes de energia, mercado consumidor, força de trabalho mais barata e politicamente menos ativa.

Sobre o assunto em questão, os argumentos de Palloix(1978) são extremamente esclarecedores: subjacente àquelas necessidades locacionais está a tentativa de superação da tendência de taxas de lucro decrescentes. A difusão espacial das atividades através da criação e absorção de unidades pode cumprir esse papel, ao mesmo tempo em que confere às cidades-sedes a função mais explícita de centro de gestão do território.

O número de assalariados externos segundo os lugares e as atividades permite, por outro lado, qualificar os centros de gestão do território. Assim, se um centro controla 60 000 assalariados externos distribuídos em 80 lugares e em 12 atividades distintas, e outro controla apenas 18 000 distribuídos em 20 lugares e em apenas cinco atividades, então o primeiro será maior e mais complexo que o segundo.

O presente estudo procura então identificar e qualificar os centros de gestão do território no Brasil a partir do número de assalariados externos controlados, sua localização e as atividades a que estão vinculados.

OS DADOS: NATUREZA E LIMITES

A fonte de dados é o Censo Industrial de 1985, em relação ao qual uma tabulação especial foi solicitada contendo as seguintes informações:

- 1) localização (município) de cada estabelecimento industrial cuja sede da empresa que o controla estivesse em outro município;
- 2) localização (município) da rede da empresa dos referidos estabelecimentos;
- 3) gênero de indústria dos estabelecimentos acima selecionados;
- 4) nome da empresa que controla cada um dos estabelecimentos em questão; e
- 5) número de pessoas ocupadas em cada um dos estabelecimentos em pauta (assalariados externos).

O fato de se considerarem os assalariados externos industriais merece um comentário. São eles capazes de colocar em evidência o controle da atividade produtiva pelas cidades brasileiras, pois se referem não apenas à produção de bens de produção como o aço e certos produtos químicos, como também à produção de bens intermediários e bens de consumo durável e não-durável. Deste modo os dados são capazes de indicar o papel que cada centro industrial cumpre na divisão territorial do trabalho no País. Os dados referem-se, por outro lado, ao beneficiamento de produtos da agropecuária e da extração vegetal e mineral, assim como à transformação de produtos da silvicultura. Deste modo dizem respeito a uma complexa gama de atividades, envolvendo o processo produtivo na cidade e no campo e, em relação a ele, o papel de gestão que as cidades brasileiras desempenham.

Os dados utilizados merecem ainda outros comentários, pois eles implicam limites aos resultados obtidos. Os comentários que se seguem vinculam-se ao conceito de estabelecimento industrial adotado pelo Censo, à definição dos gêneros industriais e à adoção da empresa como unidade organizacional e jurídica.

O Censo Industrial de 1985, assim como os anteriores, não considera o estabelecimento industrial, unidade de levantamento das informações, como o local onde a produção é realizada, local que é identificado por um mesmo endereço. No mesmo endereço podem existir dois ou mais estabelecimentos industriais. Uma fábrica, usina ou mina identificada por um único endereço, é denominado de *unidade local*. O *estabelecimento industrial* é considerado uma *unidade de operação*, na qual são realizadas atividades industriais que apresentem os mesmos processos físico-químicos. Isto significa que em uma mesma unidade local podem ser encontrados mais de um estabelecimento industrial, ainda que haja, como regra geral, uma coincidência entre unidade local e estabelecimento industrial (classificação de atividades e produtos, matérias-primas e serviços industriais, 1988).

Vejamos um exemplo hipotético. Uma fábrica têxtil localizada em um único en-

dereço constitui uma unidade local. Se ela possuir, além de suas seções de fiação e tecelagem, uma de manutenção das máquinas (gênero mecânica), na qual os processos físico-químicos são distintos daqueles da produção têxtil, terá essa unidade local, além de alguns possíveis estabelecimentos classificados como do gênero têxtil, um do gênero mecânica.

A implicação decorrente é que o número de estabelecimentos controlados por uma dada empresa tende a ser ampliado. Assim, à guisa de exemplo, a fábrica têxtil do Cottonifício Gávea Ltda. Localizada em Teresópolis, está dividida em seis estabelecimentos, cinco do gênero têxtil e um do gênero mecânica. É por esta razão que o número de estabelecimentos controlados não foi considerado como indicador da magnitude dos centros de gestão do território.

Convém ressaltar, por outro lado, que o Censo Industrial de 1985 considera como estabelecimentos industriais as unidades em que são realizadas atividades não-industriais, porém diretamente vinculadas à produção como os almoxarifados, depósitos, escritórios de venda e as unidades de produção de energia da empresa. Neste caso a unidade foi classificada como de energia elétrica autoproduzida, enquanto as demais unidades foram classificadas de acordo com o gênero industrial do estabelecimento a que estavam vinculadas.

A implicação da inclusão dessas unidades, geralmente possuidoras de um pequeno número de empregados, é que se evidencia a magnitude da rede de localizações e interações das grandes empresas. Neste sentido não se trata de uma limitação, mas de uma vantagem.

Em relação aos gêneros de indústria há alguns problemas resultantes de sua definição pelo Censo. O mais significativo diz respeito ao gênero mecânica que parece ter ampliado muito o número de seus empregados. Isto se deve em razão de serem encontradas seções de manutenção em fábricas têxteis, usinas de açúcar, minas e usinas metalúrgicas, entre outras. Se as atividades de manutenção de máquinas não fossem consideradas, o número de empregados (e assalariados externos) do gênero

mecânica seria certamente menor, assim como o número de estabelecimentos. Neste sentido, o número de assalariados externos segundo os gêneros industriais constitui uma aproximação.

Uma outra limitação refere-se ao fato de ter sido considerada a empresa como unidade organizacional e jurídica, com razão social e identificação próprias no Cadastro Geral de Contribuintes. Não são consideradas como unidades, os grupos econômicos ou corporações constituídos por uma empresa *holding* e suas empresas "controladas" (50% ou mais das ações nas mãos da *holding*) e "coligadas" (menos de 50%), empresas que, embora possuam razões sociais próprias, são dependentes das respectivas *holdings* tanto em termos financeiros como decisoriais.

Vejamos um exemplo. A Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio, *holding* do grupo Souza Cruz e com sede na cidade do Rio de Janeiro, detinha o controle acionário da Indústria Alimentícia Maguary S.A. com sede em Recife. Os assalariados externos desta última são, de acordo com o Censo Industrial, considerados como vinculados a Recife e não à metrópole carioca. No caso em questão, a capital pernambucana, em razão de uma definição formal de controle, amplia o número de seus assalariados externos.

A limitação em pauta implica o fato de que o número de assalariados externos controlados por um dado centro de gestão do território constitui uma aproximação. Dada a concentração do capital nas grandes metrópoles, sobretudo em São Paulo, acredita-se que o número de assalariados externos dos maiores centros de gestão esteja subestimado, enquanto o dos centros menores superestimado.

Se o papel das grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro parece estar subestimado, é necessário considerar que muitos dos seus assalariados externos são empregados de grandes corporações multinacionais que possuem *sedes regionais* nos grandes centros metropolitanos. Assim, os assalariados externos da SANBRA, Gessy Lever e Nestlé, entre outras, que são contabilizados para a metrópole paulista, são, em realidade, assalariados externos de centros

metropolitanos localizados fora do Brasil. Neste sentido, o papel dos grandes centros de gestão do território apresenta-se, em realidade, superestimado.

Esta limitação sugere que nos estudos sobre os centros de gestão do território considerem-se os grupos econômicos como unidades organizacionais e não as empresas. Mas esta solução parece ser possível apenas para estudos de casos como o realizado por Corrêa(1991) sobre o grupo Souza Cruz.

As limitações derivadas dos conceitos de estabelecimento e gêneros industriais e da adoção da empresa como unidade organizacional e jurídica, contudo, não inviabilizam os resultados da presente pesquisa: apenas indicam alguns de seus limites.

OS RESULTADOS

Os resultados aqui apresentados são preliminares. Dizem respeito a: a) identificação dos centros de gestão do território; b) uma breve comparação entre as duas grandes metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro; c) uma comparação entre as metrópoles regionais; e d) uma classificação dos centros de gestão no que se refere à diversificação-especialização das atividades que controlam.

Os resultados, adicionalmente, não consideram a atuação espacial dos centros de gestão senão ao nível de Unidades da Federação, um nível espacial muito agregado.

a) Magnitude e Distribuição Espacial dos Centros de Gestão do Território

Em 1985 foram identificados 77 centros que controlavam pelo menos 1 000 assalariados externos. A Tabela 1 indica cada um desses centros, enquanto a Tabela 2, o número desses centros de acordo com seis classes de tamanho e segundo as cinco macrorregiões do Brasil.

TABELA 1

**NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS PELOS PRINCIPAIS
CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO - 1985**

CENTRO DE GESTÃO	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS	CENTRO DE GESTÃO	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS
		39. Petrópolis (RJ)	2 774
1. São Paulo (SP)	449 641	40. Novo Hamburgo (RS)	2 653
2. Rio de Janeiro (RJ)	183 379	41. Jaraguá do Sul (SC)	2 648
3. Belo Horizonte (MG)	58 473	42. Joinville (SC)	2 638
4. Porto Alegre (RS)	36 457	43. Simões Filho (BA)	2 371
5. São Bernardo do Campo (SP)	22 834	44. Poços de Caldas (MG)	2 316
6. Maceió (AL)	16 397	45. Goiânia (GO)	2 302
7. Salvador (BA)	16 214	46. Feira de Santana (BA)	2 295
8. Recife (PE)	15 424	47. Americana (SP)	2 212
9. Curitiba (PR)	15 322	48. São Leopoldo (RS)	2 144
10. São Caetano do Sul (SP)	14 586	49. Matão (SP)	2 023
11. Barueri (SP)	12 788	50. Rio Grande (RS)	1 999
12. Sapiroanga (RS)	12 054	51. Volta Redonda (RJ)	1 912
13. Campinas (SP)	9 889	52. Campo Largo (PR)	1 906
14. Sorocaba (SP)	8 863	53. Lajeado (RS)	1 905
15. Fortaleza (CE)	8 763	54. Diadema (SP)	1 843
16. Osasco (SP)	8 423	55. João Pessoa (PB)	1 822
17. Blumenau (SC)	8 297	56. Ribeirão Preto (SP)	1 656
18. Manaus (AM)	7 868	57. Chapecó (SP)	1 608
19. Vitória (ES)	7 690	58. Piracicaba (SP)	1 429
20. Belém (PA)	6 799	59. São João de Meriti (RJ)	1 361
21. Santo André (SP)	6 739	60. Itaúna (MG)	1 314
22. Caxias do Sul (RS)	6 617	61. Pratápolis (MG)	1 310
23. Aracaju (SE)	6 093	62. Bento Gonçalves (RS)	1 280
24. Sabará (MG)	5 953	63. Pelotas (RS)	1 273
25. Natal (RN)	5 527	64. Pojuca (BA)	1 265
26. Jundiá (SP)	5 395	65. Botucatu (SP)	1 262
27. Montes Claros (MG)	5 369	66. São José dos Pinhais (PR)	1 255
28. Criciúma (SC)	5 312	67. Santos (SP)	1 246
29. Campo Bom (RS)	4 877	68. Caçador (SC)	1 197
30. Guarulhos (SP)	4 604	69. Lages (SC)	1 106
31. São José dos Campos (SP)	4 417	70. Teutônia (RS)	1 106
32. Camaçari (BA)	4 180	71. Niterói (RJ)	1 099
33. Brasília (DF)	3 830	72. União da Vitória (PR)	1 091
34. Videira (SC)	3 652	73. Campos (RJ)	1 081
35. Gaspar (SC)	3 475	74. Petrolina (PE)	1 065
36. Ponta Grossa (PR)	3 169	75. Sumaré (SP)	1 063
37. Contagem (MG)	2 971	76. Salto (SP)	1 035
38. Lençóis Paulista (SP)	2 855	77. Montenegro (RS)	1 025

TABELA 2

**NÚMERO DE CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, POR CLASSE DE TAMANHO
RELATIVAS AO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS,
SEGUNDO AS MACRORREGIÕES - 1985**

MACROR- REGIÕES	NÚMERO DE CENTROS, POR CLASSE DE TAMANHO DE ASSALARIADOS EXTERNO							
	Total	De 1 000 a 1 999	De 2 000 a 4 999	De 5 000 a 9 999	De 10 000 a 24 999	De 25 000 a 60 000	De 100 000 a 200 000	De 400 000 a 500 000
Brasil	77	28	21	16	8	2	1	1
Norte	2	-	-	2	-	-	-	-
Nordeste	12	3	3	3	3	-	-	-
Sudeste	35	13	8	8	3	1	1	1
Sul	26	12	8	3	2	1	-	-
Centro-Oeste	2	-	2	-	-	-	-	-

FONTES - IBGE, Censo Industrial, 1985.

A análise das referidas tabelas coloca em evidência alguns aspectos a seguir comentados:

1) A metrópole de São Paulo sobressai nitidamente como o principal centro de gestão do território, controlando cerca de 450 000 assalariados externos. É assim 2,45 vezes maior que a metrópole carioca que controla pouco mais de 180 000 assalariados externos. Ressalte-se que na pesquisa realizada por Corrêa (1968) com dados relativos a 1962, em que pese o fato de terem sido considerados apenas os estabelecimentos industriais com cinco ou mais empregados, a diferença a favor de São Paulo era menor: com 133 289 assalariados externos, a metrópole paulista era 1,34 vezes maior que o Rio de Janeiro que controlava 99 013 assalariados externos. A primazia paulistana é assim ampliadamente ratificada.

2) Belo Horizonte e Porto Alegre situam-se, respectivamente, em 3º e 4º lugar. As outras metrópoles regionais - Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia e Curitiba - contudo, não ocupam posições que vão do 5º ao 11º lugar. Há vários centros não-metropolitanos que ocupam posições mais importantes que pelo menos

uma das metrópoles regionais acima indicadas.

Alguns desses centros são capitais estaduais como Maceió e Vitória, outros são capitais regionais dotadas de importante atividade industrial, como se exemplifica com Blumenau e Sorocaba, enquanto Campinas constitui uma emergente metrópole. Muitos centros são, contudo, núcleos que fazem parte de regiões metropolitanas como a de São Paulo (São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Barueri, Osasco e Santo André, entre outros) e Porto Alegre, exemplificada por Sapiranga.

3) É significativo o número de centros de gestão do território que são núcleos integrantes da Região Metropolitana de São Paulo, alguns controlando mais de 10 000 assalariados externos. No conjunto controlam mais de 60 000 assalariados externos, mais do que Belo Horizonte, situada em 3º lugar, controla.

Duas possibilidades emergem explicando a magnitude desses centros que também cumprem papéis de subúrbios industriais. Ou foram capazes, a partir de um empresário local, de criar importantes empresas que se expandiram econômica e espacial-

mente, ou a importância deles deriva de um processo de descentralização de redes de empresas que se localizavam anteriormente na cidade de São Paulo. Comprovada esta segunda possibilidade, então pode-se falar de um processo de descentralização da função de direção e controle da cidade central para os núcleos de sua região metropolitana.

Núcleos integrantes de regiões metropolitanas que se destacam como centros de gestão do território localizam-se em torno de Porto Alegre (Sapiranga, Campo Bom, Novo Hamburgo e São Leopoldo), Salvador (Camaçari e Simões Filho), Belo Horizonte (Sabará e Contagem), Curitiba (Campo Largo e São José dos Pinhais) e Rio de Janeiro (São João de Meriti e Niterói).

Ressalte-se que a pequena expressão dos núcleos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é indicadora da existência de uma região metropolitana, a segunda em tamanho demográfico e econômico, em que o processo de descentralização a partir de uma cidade central é muito limitado. Assim, subúrbios dotados de importante função industrial como Nova Iguaçu e Duque de Caxias não figuram entre os 77 maiores centros de gestão do território. Ressalte-se ainda que o mesmo se pode dizer em relação às Regiões Metropolitanas de Recife, Fortaleza, Belém, Manaus e Goiânia.

4) A Região Sudeste aparece como a principal área concentradora de centros de gestão do território. Aí estão localizados 35 dos 77 centros identificados, entre eles os três maiores. O Sudeste possui centros em todas as classes de tamanho, os menores representando 21 em 35 centros.

Ressalte-se o fato de que nas proximidades da metrópole paulista há um importante conjunto de centros de gestão do território, alguns dos quais de expressiva magnitude: Campinas, Sorocaba, Jundiaí, São José dos Campos, Americana, Piracicaba e Santos. Juntamente com os subúrbios paulistanos, o conjunto de centros em torno de São Paulo constitui poderoso foco de gestão do território. Pode-se falar em *metrópole ampliada*, composta de centros em torno da cidade de São Paulo.

A concentração de centros de gestão em torno de São Paulo revela uma desigual dis-

tribuição espacial desses centros no Sudeste. Em torno das metrópoles carioca e mineira localizam-se dois conjuntos menores de centros de gestão do território, abrangendo oito centros. Além destas duas concentrações há uma relativa dispersão de centros que desempenham adicionalmente funções de capital regional ou de centro sub-metropolitano (Campos, Montes Claros, Poços de Caldas, Ribeirão Preto e Vitória), industriais, a exemplo de Volta Redonda, ou combinam a indústria com funções centrais menos importantes (Pratápolis, Matão, Lençóis Paulista e Botucatu).

Visando a evidenciar mais ainda a desigual distribuição dos centros de gestão do território, considere-se o oeste paulista. Nesta região, tais centros são quase inexistentes. As prósperas capitais regionais de São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba, Marília e Presidente Prudente não se destacam como centros de controle e decisão de atividades industriais, sendo neste aspecto superadas por cidades dotadas de menor centralidade como Americana, Salto e Matão.

Em realidade há uma clara associação entre a função de gestão de atividades e a função industrial, que em sua espacialidade ocorre na região urbano-industrial que da metrópole paulista estende-se, através de Campinas, a Ribeirão Preto (Luma e Corrêa, 1977).

5) A Região Sul aparece em 2º lugar apresentando 26 centros de gestão do território. As metrópoles regionais, Porto Alegre e Curitiba, sobressaem dos demais centros, a elas agregando-se alguns núcleos integrantes de suas respectivas regiões metropolitanas. Seguem-se centros que, além de expressiva centralidade, são focos de importante atividade industrial que apresentaram um significativo espraiamento espacial: Blumenau, Caxias do Sul e Criciúma, todos controlando entre 5 000 e 10 000 assalariados externos.

Diferentemente da Região Sudeste os pequenos centros de gestão, que controlam até 4 999 assalariados externos, são relativamente mais numerosos na Região Sul: 20 em 26, contra 21 em 35 no Sudeste. Trata-se de um expressivo conjunto de pequenas e médias cidades, em que o processo de

desenvolvimento industrial extrapolou para fora da cidade, criando estabelecimentos controlados por elas. Videira, Gaspar, Ponta Grossa, Jaraguá do Sul, Joinville, Rio Grande, Chapecó e Bento Gonçalves são alguns dos exemplos.

Na Região Nordeste estão 12 dos 77 centros de gestão do território que foram selecionados. Os três maiores são Maceió, Salvador e Recife, seguindo-se Fortaleza, Aracaju e Natal. O número de centros menores, com até 4 999 assalariados externos é igual ao dos centros maiores, apenas seis. Dentre estes dois estão na Região Metropolitana de Salvador, reforçando a importância da capital baiana como o mais importante centro de gestão do território no Nordeste. Próximo a Salvador, estão Feira de Santana e Pojuca, como a indicar a formação de uma relativamente expressiva área de comando de atividades industriais.

As Regiões Norte e Centro-Oeste, finalmente, apresentam apenas quatro centros de gestão do território, Manaus e Belém, na primeira, e Brasília e Goiânia na segunda.

São as maiores cidades das duas regiões e, à exceção de Brasília, são as metrópoles regionais.

Uma constatação se impõe. Quanto maior o número de centros de gestão do território em uma dada região, menos importante em termos relativos é o peso da metrópole regional. Inversamente, quanto menor o número de centros de gestão do território, mais importante é o papel da metrópole regional, efetivamente uma metrópole primaz.

b) São Paulo e Rio de Janeiro: uma Comparação

Os dois maiores centros de gestão do território e, conseqüentemente, de acumulação capitalista, diferenciam-se não apenas em termos de número de assalariados externos controlados, como também no que se refere aos gêneros industriais que controlam e à atuação espacial. As Tabelas 3 e 4 descrevem, respectivamente, as duas características diferenciadoras indicadas.

TABELA 3

COMPARAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO COMO CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, MEDIDA PELO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS, SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1985

(continua)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS	
	São Paulo	Rio de Janeiro
Total	449 641	183 379
Produtos alimentares	69 411	10 598
Mecânica	46 548	21 974
Química	48 242	24 992
Metalúrgica	47 972	15 085
Material elétrico e de comunicações	42 697	3 273
Têxtil	34 701	12 965
Minerais não-metálicos	23 395	6 444
Material de transporte	23 259	19 831
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	19 478	2 993
Papel e papelão	17 989	1 570
Borracha	11 601	266

TABELA 3

COMPARAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO COMO CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, MEDIDA PELO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS, SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS - 1985

(conclusão)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS	
	São Paulo	Rio de Janeiro
Diversos	11 258	2 077
Produtos de matérias plásticas	8 811	1 134
Extrativa mineral	8 130	32 877
Produtos farmacêuticos e veterinários	7 148	1 979
Editorial e gráfica	6 128	1 573
Mobiliário	5 802	105
Perfumaria, sabões e velas	5 245	496
Madeiras	4 346	1 393
Bebidas	2 286	7 888
Couros, peles e artefatos	1 033	13
Energia elétrica autoproduzida	621	266
Fumo	540	13 487

FONTE - IBGE, Censo Industrial, 1985.

TABELA 4

ATUAÇÃO ESPACIAL DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO COMO CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, MEDIDA PELO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS - 1985

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ASSALARIADOS EXTERNOS CONTROLADOS			
	São Paulo		Rio de Janeiro	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Total	449 641	100,00	183 379	100,00
São Paulo	317 216	70,80	36 605	20,00
Rio de Janeiro	27 895	6,20	56 856	31,20
Minas Gerais	25 458	5,60	38 129	20,80
Paraná	25 684	5,70	7 056	3,80
Rio Grande do Sul	23 267	5,10	8 799	4,70
Outras	30 121	6,60	35 934	19,50

FONTE - IBGE, Censo Industrial, 1985.

A metrópole paulista é, como já se referiu, 2,45 vezes maior que o Rio de Janeiro. Esta diferença, contudo, amplia-se quando se consideram os gêneros industriais, sendo pouco numerosos aqueles em que a metrópole carioca controla um número supe-

rior de assalariados externos. De fato, dos 23 gêneros industriais a metrópole paulista é numericamente mais importante que o Rio de Janeiro em 20 gêneros. Destes, apenas quatro são mais importantes até 2,45 vezes (mecânica, química, material de transporte e

energia elétrica autoproduzida). Em outros termos, a despeito da importância das empresas vinculadas ao petróleo e seus derivados (PETROBRÁS S.A.) e à construção naval (diversos estaleiros), que possuem suas sedes sociais na metrópole carioca, a capital paulista supera a antiga capital federal no que diz respeito aos assalariados dos referidos gêneros.

Maior que o Rio de Janeiro entre 2,46 e 4,90 vezes estão os gêneros metalúrgica, têxtil, transformação de produtos minerais não-metálicos, madeira, produtos farmacêuticos e editorial e gráfica. Neste grupo estão as indústrias metalúrgicas em relação às quais o Rio de Janeiro sedia importantes empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional. Também a indústria têxtil, tradicional atividade da metrópole carioca que controla numerosos estabelecimentos externamente localizados, é superada por São Paulo, neste caso em 2,67 vezes.

São 10 os gêneros em que São Paulo supera 4,91 vezes ou mais a metrópole carioca, entre eles situando-se tanto indústrias "tradicionais" como a de produtos alimentares e de vestuário, calçados e artefatos de tecido, como indústrias "modernas" como a de material elétrico e de comunicações e produtos de matérias plásticas.

A metrópole carioca somente supera São Paulo em três gêneros, os quais estão associados a grandes empresas que dominam os respectivos setores ou que apresentam forte grau de competição com a metrópole paulistana. São os gêneros vinculados à mineração, na qual sobressai a Companhia Vale do Rio Doce, ao fumo, no qual a Cia. de Cigarros Souza Cruz tem um virtual monopólio e à produção de bebidas na qual a Cervejaria Brahma tem papel de destaque, competindo com outra poderosa indústria paulistana.

Quando se compara a metrópole de São Paulo com a do Rio de Janeiro no que se refere à atuação espacial, constata-se que a segunda tem uma atuação relativamente mais dispersa que a da capital paulista, conforme se pode evidenciar ao se consultar a Tabela 4. A metrópole paulista possui 70,8% de seus assalariados externos localizados no Estado de São Paulo. Este fato merece um comentário. A concentração da atuação

de São Paulo no próprio Estado - o que não é incomum entre as metrópoles brasileiras - pode ser vista como o resultado de um processo no qual a capital paulista primeiramente criou e passou a controlar-a sua hinterlândia próxima e, a seguir, extravasou para o restante do País. Esta é, possivelmente, uma hipótese que deve ser verificada. Mas a atuação paulistana é também, no plano regional, fortemente concentrada. É o Centro-Sul do País onde estão, a seguir, os seus assalariados externos: Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Apenas 6,6% localizam-se nas demais unidades da federação, indicando como estas pouco representam como áreas de investimento de capitais e, conseqüentemente, de geração de lucros.

A metrópole carioca, ao contrário, apresenta uma atuação que em seu próprio Estado é muito mais reduzida: apenas 31,2%. Seguem-se os Estados de Minas Gerais e São Paulo. A sua atuação se faz também majoritariamente na Região Centro-Sul. Contudo, a sua atuação nos outros Estados é mais expressiva que aquela da metrópole paulista: 19,5% de seus assalariados externos estão localizados nesses Estados.

Verifica-se assim que a metrópole carioca é muito mais, sob esse prisma, uma metrópole de atuação nacional do que regional. Sua atuação se faz em todo o País, assim como ocorre com São Paulo mas, diferentemente desta, não apresenta a magnitude que a metrópole paulista dispõe em sua hinterlândia regional. Este tema deve merecer investigação mais acurada, tanto em termos empíricos como também apoiado em uma base teórica.

c) As Metrópoles Regionais: uma Comparação

O Quadro 1 permite que se estabeleça uma comparação preliminar entre as metrópoles regionais do País. Estas, em número de nove, foram identificadas pelo estudo realizado pelo IBGE sobre as regiões de influência das cidades (Corrêa, 1987). No Quadro em pauta são indicados o número de assalariados externos controlados por cada uma delas, os principais gêneros industriais controlados e as respectivas atuações no espaço brasileiro.

QUADRO 1

COMPARAÇÃO DAS METRÓPOLES REGIONAIS COMO CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, A PARTIR DO NÚMERO DE ASSALARIADOS EXTERNOS, PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS E DE ATUAÇÃO ESPACIAL - 1985

METRÓPOLE REGIONAL	NÚMERO DE ASSALARIADOS CONTROLADOS	PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS	ATUAÇÃO ESPACIAL SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
BELO HORIZONTE	58 473	Metalurgia - 39.2 Mecânica - 20.4 Têxtil - 15.9 Extrativa Mineral - 7.6 Produtos alimentares - 5.4	Minas Gerais - 90.2 São Paulo - 3.4 Espírito Santo - 2.9
PORTO ALEGRE	36 457	Produtos alimentares - 21.3 Metalurgia - 14.6 Mecânica - 11.1 Química - 9.8 Material de transporte - 8.3 Madeira - 7.8 Extrativa mineral - 5.2	Rio Grande do Sul - 66.2 São Paulo - 10.5 Rio de Janeiro - 8.8 Santa Catarina - 6.3 Paraná - 5.6
SALVADOR	16 214	Produtos alimentares - 23.6 Fumo - 19.1 Química - 12.1 Bebidas - 10.9 Têxtil - 7.0 Metalurgia - 6.7 Extrativa mineral - 5.2	Bahia - 81.1 Alagoas - 7.4 Pernambuco - 5.8
RECIFE	15 424	Produtos alimentares - 57.4 Têxtil - 11.4 Mecânica - 7.5 Minerais não-metálicos - 6.3	Pernambuco - 66.5 São Paulo - 7.3 Ceará - 5.7 Minas Gerais - 4.7
CURITIBA	15 322	Madeira - 36.2 Papel e papelão - 16.0 Produtos alimentares - 11.1 Minerais não-metálicos - 6.3	Paraná - 54.8 Santa Catarina - 21.9 São Paulo - 9.0 Rio Grande do Sul - 6.3
FORTALEZA	8 763	Produtos alimentares - 46.0 Bebidas - 19.6 Vestuário/calçados - 8.4 Mecânica - 6.5 Minerais não-metálicos - 6.5 Produtos matérias plásticas - 5.4	Ceará - 56.5 São Paulo - 7.3 Pará - 5.7 Paraíba - 5.5 Rio de Janeiro - 4.9 Pernambuco - 3.6
MANAUS	7 868	Extrativa mineral - 52.2 Material elétrico e de comunicações - 15.0 Diversos - 11.6 Têxtil - 7.8	Amazonas - 41.9 São Paulo - 32.4 Pará - 15.5
BELÉM	6 799	Produtos alimentares - 26.1 Madeira - 23.0 Extrativa mineral - 17.2 Perfumaria/sabões - 11.7 Minerais não-metálicos - 8.0 Mecânica - 6.3	Pará - 81.5 São Paulo - 9.7 Rio de Janeiro - 3.9
GOIÂNIA	2 302	Produtos alimentares - 66.0 Editorial/gráfica - 19.6 Minerais não-metálicos - 7.9	Distrito Federal - 35.1 Goiás - 34.2 São Paulo - 27.8

Em relação ao tamanho dos mencionados centros metropolitanos Belo Horizonte e Porto Alegre destacam-se nitidamente dos demais, controlando, respectivamente 58 473 e 36 457 assalariados externos. Segue-se um grupo, constituído por Salvador, Recife e Curitiba, que controla, cada uma, um número bastante aproximado de assalariados externos. Enquanto as duas maiores metrópoles regionais são centros do Sudeste e Sul, no segundo grupo apenas Curitiba, no Sul do País, está localizada no Centro-Sul e as outras duas no Nordeste.

Há um terceiro grupo constituído por Fortaleza, Manaus e Belém que controla cada uma, entre 6 000 e 9 000 assalariados externos. Duas delas estão na região Norte e uma no Nordeste. Finalmente Goiânia, na Região Centro-Oeste, constitui-se a menor delas, com pouco mais de 2 000 assalariados externos.

Deste modo, há, de acordo com o tamanho, uma diferenciação entre as metrópoles do Centro-Sul e as das demais regiões. Esta distinção, contudo, não implica rígidas separações entre as metrópoles das diversas regiões. Mas coloca em evidência que as três metrópoles do Centro-Sul controlam um número de assalariados externos (110 252) que é 1,92 vez maior que o controlado pelas seis outras metrópoles (57 370).

No que se refere aos gêneros industriais controlados constatou-se que as metrópoles regionais comandam atividades que definem o papel que suas respectivas hinterlândias desempenham no âmbito da divisão territorial do trabalho, assim como algumas de suas especializações produtivas. Elas diferenciam-se entre si, cada uma tendendo a apresentar um conjunto distinto de gêneros industriais controlados. Isto ratifica a idéia de que há no Brasil uma expressiva divisão territorial do trabalho e que esta é, ao menos em parte, comandada pelas metrópoles regionais.

Vejamos alguns exemplos. A metrópole mineira sobressai pelo controle de atividades metalúrgicas, especialmente a siderurgia, atividades localizadas sobretudo na denominada Zona Metalúrgica e centros próximos (Ipatinga, João Monlevade, Itaúna, Ouro Branco e Sete Lagoas). Sobressai também pelo controle da indústria têxtil regional localizada, entre outros centros, em Sete Lagoas, Diamantina, Gouvêa, Pará de Minas, Itaúna, Alvinópolis, Barbacena,

Caetanópolis, Inimutaba e Paraopeba, localizados na região central e no oeste de Minas Gerais. Deste modo, Belo Horizonte exerce o papel de comando de importantes atividades regionais, sendo definida, portanto, como centro de gestão do território.

As metrópoles do Sul, Porto Alegre e Curitiba, por sua vez, comandam atividades que são típicas de suas hinterlândias e que vão originar assalariados nos gêneros de produtos alimentares no primeiro caso, e na importante indústria madeireira e de papel e papelão no caso da Capital paranaense. De fato, o Rio Grande do Sul apresenta-se como um importante produtor de alimentos e os Estados do Paraná e de Santa Catarina são tradicionais produtores de bens a partir de suas florestas naturais no passado e plantadas na atualidade.

As demais metrópoles, à exceção de Manaus, têm nas indústrias de produtos alimentares a maior concentração de seus assalariados externos: açúcar, farinhas, massas e biscoitos, óleos vegetais comestíveis e produtos alimentares em conserva. Em segundo lugar controlam especializações produtivas ligadas à fumicultura (Salvador), fiação e tecelagem (Recife), água mineral (Fortaleza), madeira (Belém).

Manaus é um caso à parte. Erigida recentemente em centro industrial, controla atividades vinculadas às indústrias ali implantadas dos gêneros material elétrico e de comunicações e diversos. Mas sobressai como centro de gestão da mineração de cassiterita que se realiza em Pitinga, que concentra a maior parte de seus assalariados externos.

No que diz respeito à atuação espacial todas são eminentemente regionais, tendo seus assalariados externos localizados em suas respectivas hinterlândias. Assim, tanto Belo Horizonte como Porto Alegre e Curitiba, de um lado, e Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Goiânia, de outro, possuem mais de 50% dos seus assalariados externos localizados em Estados dos quais são as capitais político-administrativas. Em Manaus o percentual é de 41,9% e isto se deve ao peso dos assalariados externos localizados na metrópole paulista, com quem a capital amazonense mantém fortes relações econômicas derivadas de sua produção industrial.

d) Diversificação - Especialização dos Centros

O papel diferenciado que os centros urbanos desempenham como pontos focais da gestão do território traduz-se, entre outros aspectos, por uma maior ou menor diversificação das atividades externamente controladas. Alguns apresentam-se diversificados, enquanto outros são especializados, isto é, controlam uma grande variedade de atividades ou apenas um ou dois tipos de atividades.

A diferenciação em questão deve ser entendida como o resultado da ação distinta daqueles que detêm capital e que investiram em atividades que ganharam escala ou que, por sua natureza intrínseca, foram localizadas fora da cidade que sediava os referidos capitais. Deve ser entendida também como reveladora de uma maior complexidade funcional urbana, como ainda associada à intensidade e natureza das relações entre cidade e região e à história específica do processo de acumulação capitalista em cada cidade.

Como definir diversificação e especialização? Trata-se de dois conceitos que podem ser vistos como apresentando complementaridade entre si. Na linha da diversificação há, num extremo, o mais diversificado e, noutro, o menos diversificado, isto é, especializado. Na linha da especialização o mesmo se aplica: de um lado está o mais especializado e, de outro, o menos, isto é, diversificado. Há, por outro lado, vários procedimentos operacionais capazes de, objetivamente, definirem diversificação e especialização.

A Definição Operacional

Na definição operacional de diversificação-especialização considera-se um conjunto de procedimentos. Primeiramente foram considerados os 23 gêneros industriais que o Censo Industrial define, conforme especificado na Tabela 3. Com o universo de atividades assim definido constatase que um centro com atuação a mais diversificada controlaria atividades externamente localizadas situadas em cada um dos 23 gêneros industriais. O número de gêneros através dos quais um dado centro atua, contudo, não pode servir de indicador

para se definir diversificação-especialização, pois um centro pode, por exemplo, atuar através dos 23 gêneros industriais mas em um deles poderia concentrar 78% dos assalariados externos que controla e nos outros 22 apenas 1% em cada um. Evidencia-se assim uma especialização. A partir desta consideração definiu-se que a diversificação-especialização seria obtida com base no número de assalariados externos em cada gênero industrial.

Em segundo lugar considerou-se que se houvesse equidistribuição, isto é, se a atuação de um dado centro se fizesse com a mesma importância em cada um dos 23 gêneros industriais, cada gênero participaria com 4,35% ($4,35 \times 23 = 100,0$) do total de assalariados externos controlados: ter-se-ia, neste caso, o máximo de diversificação. Considerou-se então que todo o gênero que apresentasse percentual igual ou superior a 4,35 seria indicativo de alguma tendência a sua especialização. A situação externa seria aquela em que um único gênero apresentasse valor superior a 4,35%, isto é, 100,0%, definindo-se assim o máximo de especialização. Por outro lado, quanto maior o número de gêneros com percentual igual ou superior ao percentual em pauta, tanto maior seria a sua diversificação: neste caso o máximo possível seria o de 23 gêneros, definidor de máxima diversificação.

A partir de então computou-se para cada centro de gestão identificado anteriormente a distribuição de seus assalariados externos pelos 23 gêneros industriais. Nenhum deles apresentou nove ou mais gêneros com percentual igual ou acima de 4,35. Os valores variaram entre um e oito gêneros, o que é indicativo de uma tendência a uma relativamente pequena diversificação na atuação dos centros brasileiros de gestão. Foram eles então classificados em *diversificados* (cinco a oito gêneros apresentando 4,35% ou mais), *pouco diversificados* (três ou quatro gêneros) e *especializados* (um ou dois gêneros).

O Quadro 2 nomeia cada um dos centros de cada uma das três classes definidas, indicando ainda como todos apresentam uma atuação espacial bastante concentrada (muito concentrada com 75,1% e mais de seus assalariados externos em uma única unidade da federação e concentrada com 30 a 75% em um único Estado).

QUADRO 2

TIPOLOGIA DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO, POR DIVERSIFICAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO A CONCENTRAÇÃO ESPACIAL - 1985

CONCENTRAÇÃO ESPACIAL	DIVERSIFICADOS	POUCO DIVERSIFICADOS	ESPECIALIZADOS
MUITO CONCENTRADA	Salvador Belo Horizonte São Bernardo do Campo Barueri Vitória Belém Contagem Diadema Sumaré João Pessoa	São Caetano do Sul Santo André São José do Campos Camaçari Petrópolis Poços de Caldas São Leopoldo Matão Piracicaba São João de Meriti Pelotas Campos Montenegro Itaúna	Sapiranga Sabará Criciúma Campo Bom Gaspar Lençóis Paulista Nova Hamburgo Jaraguá do Sul Americana Lajeado Pojuca Botucatu Teotônia Petrolina Salto Maceió
CONCENTRADA	São Paulo Rio de Janeiro Porto Alegre Guarulhos Campinas Fortaleza Osasco Jundiaí Recife Curitiba Joinville Bento Gonçalves	Sorocaba Blumenau Caxias do Sul Aracaju Natal Montes Claros Feira de Santana São José dos Pinhais Santos Caçador Lages Niterói União da Vitória Manaus Brasília Simões Filho Goiânia	Videira Ponta Grossa Rio Grande Volta Redonda Campo Largo Ribeirão Preto Chapecó Pratápolis

FONTE - IBGE, Censo Industrial, 1985.

Os Resultados

Foram identificados 22 centros diversificados, 31 pouco diversificados e 24 especializados. Vejamos cada um destes tipos de centros e, a seguir, as relações entre tamanho e diversificação.

Os centros diversificados caracterizam-se, em sua maioria, por controlarem atividades externamente localizadas que são sobretudo dos gêneros produtos alimentares (18 em 22 dos centros diversificados), mecânica (17 em 22) e metalúrgica (14 em 22). Estes são os gêneros que constituem o tripé da ação dos centros de gestão, gêneros que revelam a importância de:

- do grande número de unidades fabris vinculadas à produção de alimentos e sob o controle de grandes empresas dos setores de óleos vegetais comestíveis, farinhas, massas e biscoitos, e laticínios em geral: a SANBRA, Nestlé e as diversas empresas e cooperativas centrais de leite e laticínios são exemplos;
- do número expressivo de fábricas ligadas ao setor da indústria mecânica, aí incluídas as seções de manutenção em unidades de outros gêneros;
- do grande número de empregados que trabalham nas enormes unidades fabris da metalurgia, sobretudo da indústria siderúrgica. Os assalariados externos

da Companhia Siderúrgica Nacional, sediada no Rio de Janeiro, da Companhia Siderúrgica Paulista, sediada na metrópole paulista e da USIMINAS, sediada na capital mineira, são exemplos dos mais conhecidos.

Os gêneros acima indicados representam, por outro lado, a associação locacional, nos mesmos centros de gestão, das sedes sociais das indústrias que usualmente são classificadas como "tradicionais", no caso a indústria de produtos alimentares e "modernas", como a mecânica e a metalúrgica.

Em segundo lugar sobressaem, entre as atividades externamente controladas pelos centros diversificados, os gêneros química (dez em 22 centros) e, com 8-9 em 22 centros, têxtil, produtos minerais não-metálicos, material de transporte e madeira. Este conjunto inclui unidades fabris de gêneros que podem ser classificados como pertencentes ao setor "tradicional" ou ao setor "moderno". Unidades fabris produzindo derivados de petróleo, tintas, vernizes, fertilizantes, tecidos a partir de diversas matérias-primas, cimento e cerâmicas, veículos automotores e navios e madeira trabalhada, indicam um complexo processo de industrialização que gerou o extravasamento, a criação ou a absorção de unidades fabris localizadas fora dos centros de gestão, distantes das respectivas sedes sociais.

No total os centros diversificados controlam unidades fabris situadas em quase todos os gêneros industriais. Os gêneros material elétrico e de comunicação, produtos de matérias plásticas e extração mineral, importantes entre cinco e seis dos 22 centros diversificados, atestam a complexidade da industrialização e dos centros de gestão da atividade industrial.

A análise da distribuição espacial dos centros diversificados, por outro lado, indica que 13 dos 22 localizam-se na Região Sudeste, enquanto quatro estão na Região Sul, quatro no Nordeste e um na Região Norte. Isto ratifica a Região Sudeste como a mais importante do País e estabelece uma correlação entre número de centros, seu tamanho e a diversificação das atividades externamente controladas.

Dos nove centros diversificados localizados fora da Região Sudeste seis são metrópoles regionais, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba e Porto Alegre, estabelecendo-se uma associação entre função metropolitana e gestão de atividades diversificadas. Apenas três são os centros não-metropolitanos, Joinville, Bento Gonçalves e João Pessoa.

Dos 13 centros diversificados localizados na Região Sudeste encontram-se as duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, uma metrópole regional, Belo Horizonte, e dez outros centros não-metropolitanos. A associação entre diversificação e função metropolitana é assim amplamente ratificada. Entre os centros não-metropolitanos seis são subúrbios de São Paulo (São Bernardo do Campo, Barueri, Diadema, Guarulhos e Osasco) ou de Belo Horizonte (Contagem). Neste grupo estão Jundiaí, próximo à metrópole paulista, Campinas, também dentro da isócrona de uma hora, e seu subúrbio de Sumaré. O outro centro diversificado não-metropolitano é Vitória, uma capital estadual de grande porte.

A identificação desses grupos revela o fato de que é em torno de São Paulo (a metrópole, seus subúrbios e núcleos próximos) que não apenas se concentram os principais centros de gestão definidos pelo tamanho, mas que estes centros são também diversificados. E mais, os mencionados subúrbios não atuam conforme um padrão especializado ou pouco diversificado: a criação de atividades ou a descentralização de sedes sociais a partir da metrópole paulistana se deu diversificadamente.

Os centros pouco diversificados são os mais numerosos, perfazendo um total de 31. Caracterizam-se por controlarem entre três e quatro atividades externamente localizadas. No conjunto estas atividades são também variadas, mas o peso relativo das mais importantes é diferente daquelas controladas pelos centros diversificados.

As indústrias dos gêneros produtos alimentares (14 em 31 centros), mecânica e têxtil, ocorrendo cada uma em 11 dos 31 centros, são as mais importantes entre aquelas controladas pelos centros pouco diversificados. Ressaltem-se os seguintes pontos:

- as indústrias alimentares e mecânicas representam relativamente menos que nos centros diversificados, onde ocorrem, respectivamente, em 18 e 17 dos 22 centros;
- as indústrias do gênero metalúrgica são pouco importantes, ocorrendo em apenas sete dos 31 centros de gestão, enquanto nos centros diversificados ocorrem em 14 dos 22 centros; e
- a indústria têxtil se faz mais presente entre as atividades controladas pelos centros pouco diversificados do que entre os diversificados, onde ocorrem em nove dos 22 centros.

A indústria química está presente em 10 dos 31 centros de gestão. A indústria de transformação de produtos não-metálicos, por sua vez, ocorre em oito centros, enquanto as de vestuário, calçados e artefatos de tecido, metalúrgica, de extração de minerais e de madeira ocorrem em sete centros.

Ressalte-se o fato das indústrias de vestuário e calçados apresentarem uma importância relativa significativa, pois estão presentes em sete centros (Blumenau, Caxias do Sul, São Leopoldo, Caçador, Matão, Aracaju e Natal) que não só possuem tais indústrias, como controlam filiais localizadas em outros centros. A importância destas atividades entre as demais que alguns centros desse grupo controlam sugere já a importância que este gênero apresenta entre os centros especializados. Constate-se, corroborando a afirmativa, que entre os centros diversificados o gênero em pauta está presente em apenas dois centros.

Os centros pouco diversificados localizam-se sobretudo na Região Sudeste onde estão 14 dos 31 centros. A Região Sul concentra nove centros, o Nordeste cinco, a Região Centro-Oeste dois e a Região Norte apenas um único. A importância relativa da Região Sul é, assim, maior, pois concentrava, no caso dos centros diversificados, apenas quatro.

Na Região Sudeste os centros deste grupo são subúrbios metropolitanos, São Caetano do Sul e Santo André em São Paulo e Niterói e São João de Meriti na região metropolitana carioca. Segue-se um conjunto de centros nas proximidades das duas grandes metrópoles, São José dos Campos, Piracicaba, Sorocaba e Santos em

relação à metrópole paulista e Petrópolis em relação ao Rio de Janeiro. Ratifica-se assim o papel da *core area* urbano-industrial do País, neste caso aí incluindo-se o núcleo metropolitano carioca e suas proximidades. Os outros cinco estão localizados nas hinterlândias das metrópoles do Sudeste: Matão, Poços de Caldas, Campos, Itaúna e Montes Claros.

Na Região Sul, ao contrário, a proximidade das duas metrópoles não exerce a mesma importância: aí estão apenas São Leopoldo e São José dos Pinhais. Os demais distribuem-se pelo interior das três unidades que compõem a Região Sul, entre eles sobressaindo Blumenau e Caxias do Sul.

Na Região Nordeste enquadram-se entre os centros pouco diversificados duas capitais, Natal e Aracaju, uma capital regional, Feira de Santana, e dois subúrbios de Salvador, Camaçari e Simões Filho. Apenas duas metrópoles, ambas elevadas recentemente a esta categoria, compõem o elenco deste grupo: Manaus e Goiânia. Pode-se juntar Brasília a elas. As três mencionadas cidades são as três que, neste grupo, estão nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

Enfatize-se o fato de que os centros pouco diversificados, ainda que mais numerosos, distribuem-se em parte nas proximidades das metrópoles ou nelas próprias, ou ainda nas hinterlândias metropolitanas das Regiões Sul e Sudeste.

Os centros especializados são em número de 24. Controlando apenas uma ou duas atividades industriais externamente localizadas, atuam através de 12 gêneros industriais, menos que os centros diversificados e pouco diversificados que atuam respectivamente através de 20 e 18 gêneros.

A atividade industrial mais importante é aquela vinculada aos produtos alimentares (nove em 24 centros), seguindo-se as indústrias de vestuário, calçados e artefatos de tecido, cujo controle se verifica em sete dos 24 centros. As indústrias alimentares controladas incluem frigoríficos, usinas de açúcar e alimentos em conservas sediados em Chapecó, Videira, Rio Grande, Ribeirão Preto e Lençóis Paulista, entre outros, enquanto a indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecido, nos subúrbios portalegrenses de Campo Bom, Novo Hamburgo e Sapiranga e em cidades como Jaraguá do Sul, Lajeado e Botucatu.

Segue-se um conjunto de atividades industriais externamente controladas em quatro dos 24 centros (madeira, transformação de produtos minerais não-metálicos e química) e em três dos referidos centros (couros, peles e artefatos, metalúrgica, mecânica e têxtil).

Diferentemente dos centros diversificados e pouco diversificados, os centros especializados ocorrem principalmente na Região Sul: aí estão 13 dos 24 centros especializados. A Região Sudeste possui oito centros e o Nordeste apenas três.

A área em torno de Porto Alegre aparece concentrando quatro dos 13 centros sulinos: Campo Bom, Novo Hamburgo, Sapiranga e Teutônia, enquanto os demais distribuem-se especialmente pelo território de Santa Catarina (Criciúma, Gaspar, Jaraguá do Sul, Videira e Chapecó). Na primeira localiza-se importante área produtora de calçados, geradora de centros de gestão especializados.

Na Região Sudeste sobressaem os centros localizados no território paulista, que se distribuem tanto pela região urbano-industrial (Americana e Salto), como no Planalto Ocidental. Finalmente, na Região Nordeste merece menção a cidade de Maceió, que controla usinas de açúcar localizadas na Zona da Mata e nos tabuleiros alagoanos.

Os centros de gestão do território apresentam, por outro lado, tamanhos distintos,

conforme já se analisou. Diferenciam-se também no que se refere à diversificação-especialização das atividades externamente controladas. Qual a relação entre ambas as características? Esta questão é justificada pelo fato de se aceitar a tese da existência de uma relação entre tamanho e diversificação, isto é, quanto maior o tamanho de uma cidade, maior a sua complexidade, definida, entre outros aspectos, pela diversificação de suas atividades, incluindo-se aquelas controladas à distância.

A hipótese admitida é a de que quanto maior o tamanho do centro de gestão do território, medido pelo número de assalariados externos, tanto maior é a sua diversificação, medida pelo número de gêneros industriais que apresentam assalariados externos com percentual igual ou superior a 4,35, conforme explicitado anteriormente.

A Tabela 5 resume a relação indicada. Nela o tamanho dos centros foi reagrupado em cinco classes, muito pequenos, pequenos, médios, grandes e muito grandes, esta última classe apresentando enorme amplitude, pois inclui valores que variam de 25 000 a cerca de 500 000. Na definição da diversificação-especialização, por sua vez, mantiveram-se os três tipos anteriormente definidos: diversificados, pouco diversificados e especializados.

TABELA 5

RELAÇÃO ENTRE TAMANHO E DIVERSIFICAÇÃO-ESPECIALIZAÇÃO DOS CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO - 1985

TAMANHO (assalariados externos)	NÚMERO DE CENTROS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO			
	Total	Diversificados	Pouco diversificados	Especializados
Total	77	22	31	24
Muito pequenos 1 000 a 1 999	28	4	12	12
Pequenos 2 000 a 4 999	21	3	10	8
Médio 5 000 a 9 999	16	6	8	2
Grandes 10 000 a 24 999	8	5	1	2
Muito grandes 25 000 e mais	4	4	-	-

A hipótese é em grande parte comprovada. Assim, dos 12 centros classificados como grandes e muito grandes, nove são diversificados. O inverso, contudo, é menos verdadeiro, pois dos 22 centros diversificados apenas nove são grandes e muito grandes.

A análise mais acurada da tabela em questão revela que dos nove centros classificados como grandes ou muito grandes e, simultaneamente, como diversificados, sete cumprem funções metropolitanas. De fato, aí se incluem as duas metrópoles nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro e as metrópoles regionais de Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Curitiba. Funções metropolitanas e importante papel como centro de gestão do território, medido pelo tamanho e diversificação, são correlatos. Os outros dois centros, São Bernardo do Campo e Barueri, são núcleos que integram a Região Metropolitana de São Paulo, ratificando assim o que foi descrito.

No outro extremo estão os centros classificados como muito pequenos ou pequenos e que são pouco diversificados e especializados em sua grande maioria: dos 49 centros apenas sete são diversificados. Os centros de tamanho médio, por outro lado, num total de 16, são predominantemente pouco diversificados ou diversificados: apenas dois são especializados.

Quando se lê a tabela ao longo das colunas constata-se que a hipótese tem a sua validade bastante ratificada. Os centros especializados são, em sua maioria, 20 em 24, pequenos ou muito pequenos. Já nos centros pouco diversificados a vinculação às pequenas dimensões de tamanho é menos nítida, mas ainda prevalece.

Pode-se resumir os resultados advindos de análise da Tabela 5 do seguinte modo:

- os centros grandes ou muito grandes tendem a ser diversificados;
- os centros muito pequenos ou pequenos raramente são diversificados;
- os centros médios raramente são especializados; e
- das relações entre tamanho e diversificação-especialização emergem algumas situações que fogem aos padrões típicos explicitados.

A análise das relações entre tamanho e diversificação-especialização coloca em evidência duas tendências dos centros de gestão do território: a primeira relacionada ao fato de que os maiores e diversificados centros constituem centros metropolitanos, ratificando assim aquilo que a literatura tem evidenciado; a segunda relaciona-se à existência de pequenos centros de gestão localizados nas Macrorregiões Sudeste e Sul, sobretudo, que se caracterizam pela especialização, controlando assalariados externos que trabalham em unidades fabris de um ou dois gêneros industriais.

e) Sumário dos Resultados

A análise realizada colocou em evidência alguns resultados que são, a seguir, sumariados:

a) Os principais centros de gestão do território localizam-se na Região Sudeste, onde estão São Paulo, Rio de Janeiro e um conjunto de centros suburbanos como São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Barueri, Osasco e Santo André e cidades como Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Jundiaí e Santos. Esta concentração em torno da metrópole paulistana permite-nos pensar em uma *metrópole ampliada*.

b) A primazia de São Paulo acentuou-se: a metrópole carioca tem a sua importância como centro de gestão do território bastante diminuída.

c) A segunda mais importante região é o Sul, que se distingue pela presença de numerosos pequenos e médios centros de gestão do território; tais centros, por sua vez, não são numerosos no Nordeste que se caracteriza pela importância das metrópoles regionais, importância que se torna maior nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

d) Há diferenças e semelhanças entre as metrópoles regionais vistas enquanto centros de gestão do território: apenas em parte pode-se distinguir as metrópoles do Centro-Sul daquelas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

e) Os centros diversificados estão sobretudo na Região Sudeste, enquanto os centros especializados estão principalmente na Região Sul, associando-se às indústrias alimentares e de vestuário, calçados e artefatos de tecido. Por outro lado constatou-se que, quanto maior o centro, maior é a sua diversificação.

À GUIA DE CONCLUSÃO: QUESTIONAMENTOS

Ao final deste trabalho pretende-se, à guisa de conclusão, apresentar alguns questionamentos sobre a temática dos centros de gestão do território no Brasil, em relação à qual este estudo, eminentemente descritivo, pretendeu dar uma contribuição.

Há, naturalmente, vários questionamentos possíveis: indicaremos alguns deles, organizados em dois grandes blocos:

a) Como se dá, ao nível dos municípios, a atuação espacial dos centros de gestão do território?

Assim, no que se refere às metrópoles regionais, a atuação delas se faz indiferentemente por toda a hinterlândia metropolitana que é o seu típico espaço de atuação, ou privilegia setores regionais ou pontos descontínuos de sua hinterlândia?

A mesma questão pode ser colocada para as metrópoles paulista e carioca no que diz respeito às suas hinterlândias regionais.

Em face dos centros não-metropolitanos a atuação deles é espacialmente limitada ou abarca ampla área? É ela marcada por continuidades espaciais ou não? Há diferenças em termos de atuação espacial entre os centros diversificados, pouco diversificados e especializados?

b) Como surgiram e evoluíram os diversos centros de gestão do território?

Este questionamento diz respeito à gênese e à dinâmica de empreendimentos no setor industrial que atingiram um determinado patamar que os levou a implantar unidades filiais em outros municípios, transformando as respectivas cidades onde estão as sedes das empresas em centros de gestão do território.

Qual foi a origem do capital desses empreendimentos industriais? Como se expandiu? Como o espaço de atuação foi conquistado e estruturado? Qual a rede de centros subordinados que cada centro de gestão do território controla?

Em face deste segundo questionamento sugere-se que, de um lado, sejam selecionados alguns centros para estudos de casos. Na seleção devem ser consideradas as seguintes variáveis: região de localização do centro, tamanho do centro, medido pelo número de assalariados externos, diversificação-especialização e natureza das atividades controladas. De outro, sugere-se a seleção de algumas empresas ou corporações para estudos de casos. Na seleção delas devem ser consideradas a localização da sede, a sua dimensão, medida em termos de assalariados externos controlados, a natureza das atividades que controla e a rede de centros sobre os quais atua.

BIBLIOGRAFIA

BORCHERT, J. R. Major control points in american economic geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 6, n. 2, p. 214-232, 1978.

CLASSIFICAÇÃO de atividades e produtos, matérias-primas e serviços industriais: indústria extrativa mineral e de transformação. Rio de Janeiro: IBGE, 1 v. (várias paginações), 1988. (Textos para discussão, n. 6).

CORDEIRO, H. K. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 16/17, n. 31/34, p. 153-196, 1987.

CORRÊA, R. L. Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 56-57, abr./jun. 1968.

_____. (Coord.). *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 183 p.

_____. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 33-66, jul./set. 1991.

- CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. In: WORKSHOP DE GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1., 1992, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro, 1992. p. 35-41.
- GOODWIN, W. The management centers in the United States. *Geographical Review*, v. 55, n. 1, p. 1-16, 1965.
- LIMA, O. M. B., CORRÊA R. L. Sistema urbano. In: *GEOGRAFIA do Brasil*. Rio de Janeiro, 1977. v. 3: Região Sudeste, p. 569-661.
- PALLOIX, C. La. *Internacionalización del capital*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1978. 242 p.
- PRED, A. R. *Major Job: providing organizations and systems of cities*. [S.l.]: Association of American Geographers, 1974. 69 p. (Resource paper 27, Commission on College Geography).
- ROCHFORT, M., HAUTREUX, J. *La fonction regionale dans l'armature urbaine française*. Paris: Ministère de la Construction et de l'Équipement, 1963. Mimeogr.
- STRICKLAND, D., AIKEN, M. Corporate influence and the german urban system: headquarters location of german Industrial corporations, 1950/1982. *Economic Geography*, v. 60, n. 1, p. 38-54, 1984.

RESUMO

O presente estudo procura identificar os centros de gestão do território no Brasil a partir do número de assalariados externos industriais controlados. A base de dados é o Censo Industrial de 1985. Foram identificados 77 centros de gestão do território, todos com mais de 1 000 assalariados externos controlados. Localizam-se sobretudo nas Regiões Sudeste e Sul. A metrópole paulista aparece em primeiro lugar, seguida do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This study aims to identify Brazilian management centers considering the external industrial workers. 1985 Industrial Census provides the basic informations. It was identified 77 centers with 1 000 or more external industrial workers controlled. They are located specially in Southeast and South regions. São Paulo is the largest management center and Rio de Janeiro the second one.

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA PREPARO DOS ORIGINAIS

Os originais entregues para publicação devem obedecer às seguintes normas:

1 - O texto deve ser editado, preferencialmente, em *Word*, sem formatação (*default*), acompanhado da respectiva impressão, ou datilografado em papel branco formato A4 (21cm x 29,7cm), em um só lado, em espaço duplo, com margem de 30mm, sem rasuras ou emendas que dificultem sua leitura e compreensão.

O texto em *Word* terá sua edição facilitada, agilizando a publicação do mesmo;

2 - As laudas deverão ser numeradas seguidamente;

3 - A primeira página do original (folha de rosto) deve conter título, nome completo do(s) autor(es), qualificação profissional, com indicação das atividades exercidas, dos órgãos a que estão vinculados, do endereço para correspondência, bem como colaboradores, agradecimentos e auxílios recebidos;

4 - O artigo deve ser acompanhado de um Resumo informativo, de no máximo 200 palavras, de modo a expressar seus pontos relevantes, datilografados em espaço duplo, em folha separada, em português e inglês;

5 - Notas explicativas devem ser numeradas numa seqüência única, listadas no pé da página onde se encontram;

6 - Fórmulas matemáticas devem ser apresentadas com clareza, para evitar problemas de interpretação e desenhadas a nanquim, em

papel vegetal ou plástico, à parte, numeradas ou indicadas no texto por ordem de entrada;

7 - Tabelas e quadros devem ser apresentados com títulos que permitam perfeita identificação, numerados e com ordem de indicação de entrada no texto.

No caso de listagens e tabelas extensas, e de outros elementos de suporte, podem ser empregados apêndices;

8 - As fotografias devem ser nítidas, em preto e branco, contrastadas, de preferência em tamanho 6 x 9 cm, nunca superior a 12 x 18 cm; os gráficos desenhados a nanquim, em papel branco ou vegetal: os dados e dizeres que acompanham os desenhos, em letra de forma; as legendas das ilustrações, datilografadas em folhas separadas e numeradas de acordo com a figura respectiva, com indicação no texto, pelo número de ordem, dos locais de inserção das figuras e, ainda, menção da fonte e permissão para reprodução, quando já houverem sido publicadas;

9 - O formato de impressão máximo de encartes estabelecido para os documentos cartográficos da RBG é de 50 x 55 cm. Sempre que haja reprodução ou ampliação do documento cartográfico original, deverá constar deste apenas a escala gráfica.

O desenho original deve ser feito em material estável. No caso de documentação cartográfica de precisão ou quando a densidade de informações contidas num mapa

ou cartograma dificulte a sua leitura, será excepcionalmente permitida a impressão em cores. Em caso contrário, os valores cor serão substituídos por hachuras, retículas ou símbolos gráficos compatíveis com a escala.

Os documentos cartográficos devem ser precedidos de títulos que permitam perfeita identificação e em suas legendas devem constar: classificação, nomes ou siglas das Unidades da Federação representadas, ano da publicação, escala, projeção (exceto nos cartogramas) e as convenções cartográficas menos conhecidas.

A documentação cartográfica utilizada com o nome ou sigla da fonte e outros elementos complementares compatíveis à escala devem ser descritos de modo sucinto. No caso de mapas e cartogramas, deve existir flexibilidade na disposição dos títulos, legendas e outras referências, utilizando-se os espaços vazios oferecidos pelo próprio desenho. Deve ser estabelecida uma graduação de importância, adotando-se diferentes tamanhos de tipos nos dizeres da legenda.

A moldura em torno do desenho de um mapa ou cartograma deve garantir uma margem no papel. Para as cartas pertencentes ao mapeamento sistemático, devem ser obedecidas as normas e especificações inerentes a cada carta, de acordo com a escala e classificação (contatar com o órgão responsável por esse mapeamento ou com a Comissão de Cartografia). As cartas, mapas ou cartogramas, inseridos ou anexados, devem ser referenciados no texto por um número de ordem correspondente.

As legendas e outras referências devem estar destacadas do desenho e afastadas das margens. No caso de cartas do mapeamento sistemático, ver as normas e especificações de cada tipo de escala. É aconselhável que, para a elaboração de uma base precisa, sejam utilizados os documentos cartográficos realizados pelo IBGE ou por outros órgãos integrantes do Sistema Cartográfico Nacional.

- 10 - As citações bibliográficas no texto devem ser feitas de acordo com o Projeto ABNT 14.01.01.005 - Apresentação de citações em documentos;
- 11 - As referências bibliográficas devem ser numeradas em seqüência única e apresentadas em folhas separadas com indicação dos números respectivos. Devem ser redigidas segundo a norma brasileira respectiva (ABNT - NBR - 6023 Referências Bibliográficas), contendo indicação por extenso dos títulos dos periódicos, quando se tratarem de referências de artigos. A exatidão e adequação das referências a trabalhos consultados e mencionados no texto são de responsabilidade do autor;
- 12 - Quando houver necessidade de dividir o trabalho em capítulos, seções e partes, esses devem ser numerados, progressivamente, com o objetivo único de orientar o diagramador na aplicação de recursos gráficos que permitam substituir essa numeração, ordenação de títulos e subtítulos; e
- 13 - Os originais devem ser encaminhados ao Projeto Editorial de Geociências DEPIN/DIPRO-SE 2, em 2 (duas) vias. Endereço: Av. Brasil, 15 671 Bloco IIIB, térreo, 21 241-051 - Rio de Janeiro - RJ.